



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**MANOEL JOHNSON SALES SOUSA**

**TERRITÓRIO CRIATIVO: UM ESTUDO SOBRE UMA POLITICA  
PÚBLICA DE ECONOMIA CRIATIVA NO POLO DE LAZER DO  
CONJUNTO CEARÁ EM FORTALEZA - CE**

**FORTALEZA**

**2016**

**MANOEL JOHNSON SALES SOUSA**

**TERRITÓRIO CRIATIVO: UM ESTUDO SOBRE UMA POLITICA  
PÚBLICA DE ECONOMIA CRIATIVA NO POLO DE LAZER DO  
CONJUNTO CEARÁ EM FORTALEZA - CE**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Mariana  
Mont'Alverne Barreto Lima

FORTALEZA  
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- S697t Sousa, Manoel Johnson Sales.  
Território Criativo: um estudo sobre uma política pública de economia criativa no polo de lazer do Conjunto Ceará em Fortaleza-CE / Manoel Johnson Sales Sousa. – 2016.  
97 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Biblioteconomia, Fortaleza, 2016.  
Orientação: Profa. Dra. Mariana Mont'Alverne Barreto Lima.
1. Economia Criativa. 2. Território Criativo. 3. Política Pública. I. Título.

CDD 020

---

**MANOEL JOHNSON SALES SOUSA**

**TERRITÓRIO CRIATIVO: UM ESTUDO SOBRE UMA POLITICA  
PÚBLICA DE ECONOMIA CRIATIVA NO POLO DE LAZER DO  
CONJUNTO CEARÁ EM FORTALEZA- CE**

Monografia apresentada ao Departamento de  
Ciências Sociais da Universidade Federal do  
Ceará, como requisito parcial à obtenção do  
título de bacharel em Ciências Sociais.

Aprovada em: 20/07/2016.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Mariana Mont'Alverne Barreto Lima (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Celina Amália Ramalho Galvão Lima  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Luiz Fábio Silva Paiva  
Universidade Estadual do Ceará (UFC)

A Deus e ao multiverso.

A minha mãe, Raimunda de Sales Sousa  
e a minha irmã Sônia Maria Sales Sousa.

## AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Educação Tutorial (PET) de Ciências Sociais por ter me possibilitado a oportunidade de participar de atividades de ensino, pesquisa e extensão que muito enriqueceram a minha formação acadêmica e cidadã sob a tutoria cuidadosa e precisa do Prof. Uriban Xavier e contando sempre com a colaboração dos meus colegas bolsistas.

A Prof.<sup>a</sup> Dra. Mariana Mont'Alverne Barreto Lima, pela ótima orientação, e pela paciência e generosidade que me permitiram exercer a autonomia e ao mesmo tempo dispor de um acompanhamento efetivo ao longo de todo o trabalho.

Aos professores participantes da banca examinadora Celina Amália Ramalho Galvão Lima e Luiz Fábio Silva Paiva pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

À professora Simone Simões, pela preciosa contribuição que deu para a minha formação acadêmica e para a minha vida.

Aos integrantes do coletivo Território Criativo e da Governança do Polo de Lazer do Conjunto Ceará, pelas conversas, entrevistas, e pela convivência agradável e instrutiva ao longo de dois anos de pesquisa.

Aos empreendedores, artistas, produtores culturais e ativistas sociais do polo de lazer do Conjunto Ceará, que estive sempre prontos a contribuir com a minha pesquisa e que com toda a sua sabedoria comunitária, me ajudaram a conduzir este estudo.

Aos grandes companheiros de jornada acadêmica e amigos queridos, George Luiz, Suiany Silva, Ligia Duarte e Liana Coelho que tornaram a minha estadia neste curso muito mais interessante, instigante e prazerosa.

Aos amigos Ana Cristina Sousa e Marcos Rodrigues Feitosa sem os quais, este trabalho teria menos brilho e mais dificuldades em alcançar os seus resultados.

E por fim, sou grato à minha família que segue sempre ao meu lado como apoio, incentivo e inspiração.

“O conceito de economia criativa não significa necessariamente que estamos falando de uma economia sustentável ou solidária, isso depende do que a gente faz com ela. ”

Ana Carla Reis (2012).

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo estudar a atuação do coletivo Território Criativo no âmbito de uma política pública de economia criativa que acontece no polo de lazer do Conjunto Ceará em Fortaleza-CE. Como método principal da pesquisa, adoto a observação participante. Apresento os resultados de dois anos bastante produtivos durante os quais, utilizei de entrevistas, análise de documentos e falas, revisão de bibliografia e de uma imersão profunda no campo, para conhecer, analisar e compreender melhor esta dinâmica comunitária que mobiliza governos, agentes sociais, ações da sociedade civil e do poder público, numa estratégia de concertação social que visa superar estigmas e promover o desenvolvimento local. Os resultados apontam para a existência de uma política pública de tipo singular, em que o protagonismo é exercido pela sociedade civil e não pelo governo. E para o entendimento de que o Polo Criativo – principal estratégia do Território Criativo nesta comunidade - é também um título, uma distinção buscada para ajudar a combater estigmas e desenvolver o lugar. Concluindo que a comunidade do polo de lazer do Conjunto Ceará precisa do reconhecimento público como Polo Criativo para consolidar a sua identidade e impulsionar o seu desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Economia Criativa. Território Criativo. Política Pública.



## RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo estudiar la actuación del colectivo Territorio Creativo en el marco de una política pública de economía creativa que pasa en el polo de lazer del Conjunto Ceará en la ciudad de Fortaleza-CE. Como método principal de la investigación, adopto la observación participante. Yo presento los resultados de dos años bastante productivos durante los cuales usé entrevistas, examen de documentos y falas, revisión de bibliografía, profunda inmersión en el campo, para conocer, analizar y comprender mejor esta dinámica comunitaria que moviliza gobiernos, agentes sociales, acciones de la sociedad civil y del poder público en una estrategia de conciliación social que visa superar estigmas y promover el desarrollo local. Los resultados apuntan para la existencia de una política pública de tipo singular en que el protagonismo es ejercido por la sociedad civil y no por el gobierno. Y para la comprensión de que el Polo Creativo - principal estratégia do Território Criativo nesta comunidade - principal estratégia del Territorio Creativo en esta comunidade - es también un título, una distinción buscada para ayudar a combatir estigmas y desarrollar el lugar. Concluyendo que la comunidad del polo de lazer del Conjunto Ceará, precisa del reconocimiento público como Polo Creativo para consolidar su identidad e impulsar su desarrollo.

**Palabras clave:** Economía Creativa. Territorio Creativo. Política Pública.

## LISTA DE IMAGENS

Figura 1 – Classificação dos setores criativos/UNCTAD .....	21
Figura 2 – Organograma da tecnologia social Território Criativo .....	46
Figura 3 – Vista panorâmica do Conjunto Ceará .....	58
Figura 4 – Sede do TC vista a partir do Maculelê à noite .....	68
Figura 5 – Espaço Cultural Maculelê durante o dia .....	68

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

12° DP	Décimo Segundo Distrito Policial .....
17° BPM	Décimo Sétimo Batalhão da Policia Militar.....
AL	Assembleia Legislativa do Estado do Ceará .....
APENCCE	Associação dos Pequenos Negócios do Conjunto Ceará .....
CAGECE	Companhia de Água e Esgoto do Ceará .....
CCOP	Central de Cultura e Organização Popular .....
CCPA	Centro Cultural Patativa do Assaré .....
CEB	Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica .....
CEF	Caixa Econômica Federal .....
CFJCC	Comissão das Festas Juninas do Conjunto Ceará .....
CMEC	Comitê Ministerial de Economia da Cultura .....
CMFor	Câmara Municipal de Fortaleza .....
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica .....
COELCE	Companhia Energética do Ceará.....
COHAB-CE	Companhia de Habitação do Ceará .....
CSU	Centro Social Urbano .....
CUCA	Centro Urbano de Cultura, Ciência, Arte e Esporte de Fortaleza .....
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito .....
e-Criativa	Rede Colaborativa de Economia Criativa do Estado do Ceará .....
FCS	The Framework for Cultural Statistics .....
FIRJAN	Federação das Indústrias do Rio de Janeiro .....
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística .....
LP <sub>2</sub>	Organização Comunitária Luta e Poder ao Povo .....
MH <sub>2</sub> O <sub>CE</sub>	Movimento Hip Hop Organizado do Ceará .....
MINC	Ministério da Cultura .....
MPB	Música Popular Brasileira .....
ONU	Organização das Nações Unidas .....
PIB	Produto Interno Bruto .....
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento .....
PRODECOM	Projeto de Desenvolvimento Comunitário do Conjunto Ceará .....
RAP	Rhythm and Poetry .....

REDEC	Rede de Economia Criativa .....
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas .....
SEC	Secretaria da Economia Criativa .....
SER V	Secretaria Executiva Regional Cinco .....
SDE	Secretaria de Desenvolvimento Econômico.....
STDS	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social .....
TC	Território Criativo .....
UECE	Universidade Estadual do Ceará .....
UFC	Universidade Federal do Ceará .....
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura .....
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.....
UPA	Unidade de Pronto Atendimento .....

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1.1</b>	No campo com a alma, o corpo e algo mais .....	<b>13</b>
<b>1.2</b>	Estrutura do trabalho .....	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>ECONOMIA CRIATIVA .....</b>	<b>17</b>
<b>3</b>	<b>TERRITÓRIO CRIATIVO .....</b>	<b>31</b>
<b>4</b>	<b>O POLO DE LAZER DO CONJUNTO CEARÁ .....</b>	<b>54</b>
<b>5</b>	<b>ANÁLISE, EXPLICAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA .....</b>	<b>70</b>
<b>5.1</b>	Metodologia .....	<b>71</b>
<b>5.2</b>	Uma política de economia criativa no polo de lazer do Conjunto Ceará .....	<b>76</b>
<b>5.3</b>	O campo .....	<b>78</b>
<b>5.4</b>	O TC .....	<b>84</b>
<b>5.5</b>	Objetos específicos .....	<b>85</b>
<b>5.6</b>	A Hipótese e a distinção .....	<b>86</b>
<b>5.7</b>	Aspectos socioeconômicos .....	<b>88</b>
<b>5.8</b>	Fechamento .....	<b>89</b>
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>90</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>93</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Vivemos tempos difíceis em que o Estado, como agente prioritário responsável por atender as demandas sociais das populações, parece não dar conta das suas tarefas, principalmente nas comunidades das periferias. Se isso acontece devido a uma crise estrutural dessa instituição ou se tem a ver com prioridades dos governantes, é uma questão que não compõe o objeto deste estudo. No entanto, incide sobre ele. Segundo Yúdice (2013), o Estado estaria diminuindo a subvenção direta de todos os serviços sociais e tentando repassar as responsabilidades relativas a este papel, pelo menos em parte, para a cultura. Esta questão tem relevância para a minha pesquisa que estuda uma experiência comunitária que busca o desenvolvimento a partir da economia criativa, nestes tempos de insuficiência e/ou ausência de Estado.

A pesquisa, Território Criativo: um estudo sobre uma política pública de economia criativa no Conjunto Ceará, parte da hipótese de que a comunidade do polo de lazer do Conjunto Ceará precisa do reconhecimento público como Polo Criativo para consolidar a sua identidade e impulsionar o seu desenvolvimento. Tem como objetivo geral, estudar as ações do grupo - Território Criativo (TC) - conhecendo as suas principais estratégias de atuação e o significado dessa luta para os seus integrantes. E como objetivos específicos, conhecer as intenções dos seus integrantes em relação à comunidade; saber porque os mesmos elegeram a economia criativa como ferramenta de intervenção neste lugar; e conhecer as conexões entre a atuação do Território Criativo, o passado histórico do local e a expectativa de futuro que este grupo alimenta em relação à comunidade.

### 1.1. No campo com a alma, o corpo e algo mais

O agente social é, antes de mais nada, um ser de carne, de nervos e de sentido [...] e que participa do universo que o faz e que, em contrapartida, ele contribui para fazer, com todas as fibras de seu corpo e de seu coração. A sociologia deve se esforçar para capturar e restituir essa dimensão carnal da existência (WACQUANT, 2002. p.11).

Quando cheguei no Conjunto Ceará, vindo do interior do estado, tive a oportunidade de ainda conviver neste bairro com os últimos momentos de um dos mais expressivos movimentos culturais de Fortaleza. E acompanhar as mudanças que se deram nesta época de transição para a realidade que o lugar vive atualmente. Eu vi

nascer o polo de lazer do Conjunto Ceará brotando de uma área institucional encravada na piçarra no centro do bairro. Vi a reação dos moradores diante da novidade, vi as animadas “feirinhas” acontecendo com comidas, bebidas e danças ao ar livre no meio da praça principal e reunindo milhares de jovens aos sábados; e vi esse espaço perdendo gradativamente o interesse de setores da comunidade devido à construção de mais de vinte praças nas unidades de vizinhança (UV)<sup>1</sup> e do avançar da violência, primeiro com “tretas” de pichadores e de turmas de jovens no início da década dos anos noventa. E depois, com o avanço do tráfico de drogas a partir dos anos dois mil. Eu vi os governos se desinteressarem por essa área e o empreendedorismo local, aliado ao movimento cultural, resistir e mantê-lo como coração econômico, cultural e social da comunidade. Portanto, a minha relação com o polo de lazer do Conjunto Ceará é uma relação histórica. Há laços políticos, sociais, culturais e afetivos de longa data. Eu não apenas vi a História acontecendo, eu também participei de alguns acontecimentos. E se a História desta comunidade for a História de uma cidadania de autoconstrução (HOLSTON, 2013), é bem possível que eu tenha contribuído em algum nível para que o Conjunto Ceará e, em especial, o polo de lazer, seja o que ele é atualmente.

Desta forma, o meu trabalho, não é, não poderia ser, desinteressado. As minhas atitudes, no mínimo, objetivam o “lucro simbólico”. E, me vejo, de certa forma, na mesma condição dos nascidos no jogo, na condição de “economizar cinismo”. E isto, de forma alguma me ofereceu dificuldades neste trabalho. Pelo contrário, esta pesquisa em todas as suas fases, me despertou libido (BOURDIEU, 2011). Por fim, neste estudo, tomei para mim mesmo, o conselho para jovens escritores, citado por Whyte (2005), de que estes devem trabalhar a partir da sua própria experiência.

## **1.2. Estrutura do trabalho**

Este trabalho está organizado em quatro partes:

A primeira, traça um panorama global e nacional da economia criativa - em um cenário marcado pela decadência da economia tradicional - apresentando as suas

---

<sup>1</sup> Conjunto composto por moradias, uma escola pública, um centrinho para reuniões comunitárias e um mercadinho para a comercialização de produtos. O Conjunto Ceará foi dividido em 11 Unidades de Vizinhança, sendo que três delas são duplicadas, somando-se no total 14 UVs na comunidade. É comum os moradores se referirem às escolas públicas como UVs (UV1, UV2...) de acordo com a Unidade de Vizinhança que ela esteja localizada, e não pelo seu nome. Um exemplo é a Escola José Maria Campos de Oliveira que a comunidade prefere nominar como UV8-2º Grau.

origens e definições. Além de mostra-la como alternativa para atender a demanda por um tipo de desenvolvimento mais humanizado. Neste momento da pesquisa, o principal recurso metodológico empregado é a revisão de literatura, que examina, principalmente, três relatórios da ONU sobre o tema. E a partir das obras de outros pensadores como Moraes, Alves, Bauman e Bourdieu, procura fazer reflexões sociológicas sobre as possibilidades da economia criativa. Esta primeira parte do estudo, busca evidenciar que a economia criativa é ainda um campo em formação e analisar as dificuldades decorrentes da insuficiência de dados oficiais e da indefinição conceitual do tema, em especial, para as políticas públicas. Discute a relação da economia criativa com categorias como “capital cultural”, além de estudar o Território Criativo no contexto deste fenômeno mundial, destacando as suas particularidades.

A segunda parte do estudo é dedicada a apresentar e analisar o Território Criativo. Nesta fase do trabalho, o acompanhamento de reuniões e atividades *in loco*, a coleta, leitura e análise de documentos, realização de entrevistas, participação em conversas espontâneas, análise de falas e revisão bibliográfica, foram os recursos adotados. O TC foi estudado em duas frentes: na sua dinâmica interna e na sua relação com o Polo de Lazer. Nas duas análises, predominaram a observação participante de tipo “natural” que, para Marconi & Lakatos (2010) é aquela em que o observador pertence à mesma comunidade ou grupo que investiga. Foi neste momento da pesquisa que concentrei esforços na análise das ações do grupo, buscando conhecer as suas principais estratégias de atuação, o significado da sua luta para os seus componentes, as intenções destes em relação à comunidade, e o porquê de terem eleito a economia criativa como ferramenta para intervir nela. Além de buscar conhecer as conexões entre a atuação deste coletivo e o passado histórico do Conjunto Ceará; e a expectativa de futuro que o grupo alimenta em relação à comunidade. Ou seja, nesta parte, priorizei os objetivos específicos do estudo.

A terceira parte do trabalho foca no polo de lazer, que é o *lócus* desta pesquisa. O capítulo inicia fazendo um resgate da história deste espaço. São analisadas as ambiguidades do lugar, os seus estigmas e as lutas simbólicas que se dão em torno das classificações e das formas de distinção que dizem respeito aos usos que se espera e que se faz dele. Se discute também, a relevância do capital simbólico para o desenvolvimento local. Este momento da pesquisa trata ainda do próprio Conjunto Ceará. E o faz como recurso para melhor compreender as contradições existentes no polo de lazer e as conexões entre a atuação do TC e o passado histórico do lugar. É



nesta parte do trabalho que o Polo Criativo é apresentado como a principal estratégia do TC na comunidade. E como elemento de distinção que o coletivo utiliza para tentar superar o estigma do polo de lazer e promover o seu desenvolvimento. Esta parte do estudo termina chamando a atenção para a importância dos elementos de classificação e distinção que dizem respeito ao polo de lazer.

A quarta parte do estudo é dedicada a análise, explicação e interpretação do objeto de pesquisa, e começa afirmando que esta pesquisa é qualitativa e adota a observação participante como método principal. Depois, lembra que o objeto da pesquisa é o Território Criativo e uma política pública de economia criativa no polo de lazer do Conjunto Ceará. Retoma a hipótese da qual partiu o estudo, explicando a sua origem e as contribuições que ela recebeu da revisão de bibliografia. Esta parte do trabalho se divide em oito tópicos a partir dos quais, se dá a análise, a explicação, e a interpretação do objeto. Os tópicos são, Metodologia; Uma política pública de economia criativa no polo de lazer do Conjunto Ceará; O Campo; O TC; Objetivos específicos; A hipótese e a distinção, Aspectos socioeconômicos; e Fechamento. E esta parte termina explicando que a pesquisa estuda, efetivamente, uma experiência comunitária em que um agente protagonista articula e anima uma estratégia de desenvolvimento local baseada na economia criativa, por meio de uma tecnologia social que envolve e mobiliza nesta estratégia, os agentes locais que são coordenados para gerar ações sinérgicas com o objetivo de superar estigmas e alcançar distinção e desenvolvimento para o polo de lazer do Conjunto Ceará.

## 2. ECONOMIA CRIATIVA

Diante das consequências ruins das últimas três décadas de políticas neoliberais desregulamentadoras, privatizantes e socialmente hostis que no final do século passado hegemonizaram o nosso continente e boa parte do planeta, embaladas pela pretensão do pensamento único e, até mesmo pelo desejo do “fim da história”, a sociedade civil e vários governos tem se esforçado para encontrar caminhos menos excludentes para o desenvolvimento. O colapso global - alardeado por ambientalistas e gradativamente confirmado pelo mundo científico - tem sido outro fator determinante para que se pense em formas mais sustentáveis de *desarrollo*. É deste cenário que emerge uma proposta econômica que se relaciona diretamente com a produção de bens simbólicos e com atividades capazes de agregar valor a produtos e serviços, e até a territórios e regiões inteiras: a economia criativa.

Segundo o site “Criaticidades”<sup>2</sup> desenvolvido pela consultoria Garimpo de Soluções – empresa liderada pela economista Ana Carla Fonseca Reis, assessora para a UNCTAD<sup>3</sup> e uma das mais renomadas especialistas brasileiras em economia criativa - é da Austrália que vem um dos principais elementos da gênese do conceito de economia criativa. Este é, na verdade, uma derivação do termo “indústrias criativas” e surgiu no discurso *creative nation* (Nação Criativa) que o primeiro-ministro australiano, Paul Keating, proferiu no ano de 1994. O gestor estava preocupado com o impacto negativo da globalização em relação à diversidade cultural, com a potencialidade das novas tecnologias, e com a inserção da economia australiana no mercado global.

Para além destas preocupações do governo da Austrália, podemos elencar ainda, como elementos que contribuíram para a criação de condições propícias para a economia criativa se apresentar como uma alternativa emergente e carregada de sentidos para descontentes com a economia convencional, a dificuldade que as formas econômicas tradicionais encontram para gerar inclusão socioeconômica. Além, claro, da opinião que tem se formado, em escala mundial, de que essas formas representam ameaça para a própria existência humana na terra. Tudo isso, aliado ao avanço tecnológico e a descoberta e uso comercial de novas tecnologias; além da crescente utilização do valor agregado pelo conhecimento aos produtos e serviços, contribuíram

---

<sup>2</sup> Disponível em <http://www.criaticidades.com.br/economia-criativa/> acessado em 12 de abril de 2016.

<sup>3</sup> A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.

para a criação de condições propícias para a economia criativa se mostrar como uma alternativa emergente e carregada de sentidos para adeptos e entusiastas de novas, e inovadoras, formas de pensar e fazer economia, que tenham como base o respeito ao homem e a cultura.

A Organização das Nações Unidas (ONU) por meio de órgãos como UNESCO<sup>4</sup> e UNCTAD foi fundamental para normatizar e disseminar a economia criativa a partir de uma nova ótica de abordagem da cultura e do seu potencial econômico. O pesquisador Alves (2006, p. 1-2) fala de uma maior valorização das culturas locais e destas adquirindo novas intensidades simbólicas, desde que os organismos internacionais passaram a se relacionar de forma diferente com as atividades culturais, definindo novas formas políticas de relação e, invertendo, ou deslocando o conceito de cultura para um inédito patamar de exploração. Para esse pensador, o cenário em que a economia criativa procura se desenvolver é composto de muitas variáveis, sociais, econômicas e culturais que podem ser assim descritas:

[...] Com efeito, a profusão e a aplicação do conceito/tema da economia criativa mundo a fora e, especialmente no Brasil, está escorada em um feixe de transformações: 1) o recrudescimento do processo de diferenciação do consumo simbólico-cultural; 2) a profusão de uma nova ecologia sócio-técnica, que têm coalhado o ambiente doméstico das famílias (miniaturização dos suportes e toda sorte de dispositivos digitais); 3) a instantaneidade das tecnologias da informação e da comunicação; 4) a valorização e legitimação das políticas culturais; 5) a utilização dos equipamentos culturais para o reordenamento e valorização econômica do espaço urbano-imobiliário; 6) o direcionamento de parte da nova racionalidade administrativa e empresarial para os negócios culturais; 7) o aumento das práticas de lazer e fruição no ambiente doméstico e fora dele; 8) o crescimento da proteção jurídica sobre a propriedade intelectual (ALVES, 2013, p. 2, 3).

Junta-se a isso, a valorização da diversidade étnico-cultural fomentada pela ONU como elemento de convívio pacífico que engloba diferentes formas de alteridade. Nos conta Alves (2006, p. 2), que estas mudanças começam logo após o fim da segunda guerra mundial, se intensificando com o advento da globalização que, por sua vez, acabou gerando, a partir da acentuação da busca pela homogeneização simbólico-cultural que lhe é característica - e que foi disseminada principalmente pelo crescimento e potencialização dos conglomerados de mídia em escala planetária - o efeito colateral de resistência e necessidade de valorização de elementos simbólicos, culturais e

---

<sup>4</sup> Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

identitários como tradições, lendas, mitos, danças, músicas, rituais religiosos, acervos iconográficos, entre outros.

Em relação a este setor econômico, Alves (2012, p. 1- 2) nos diz que, em termos de Brasil, existem pelo menos duas frentes empíricas compondo o objeto da economia criativa: uma, dizendo respeito ao caráter multifacetado, sinuoso e diferenciado do mercado de bens simbólico-culturais; e a outra, relacionada com o processo de formulação, planejamento e execução de políticas culturais dirigidas à economia criativa. O Território Criativo (TC), coletivo que estudo neste trabalho, apresenta a maioria das suas ações voltadas para a segunda frente. Pois, se mantém em constante relação com o desenvolvimento, cobrança e crítica de políticas públicas culturais relacionadas com a economia criativa. E é esta, a frente empírica que priorizo neste estudo, buscando conhecer e compreender melhor o conjunto de interações, práticas e desdobramentos que envolvem as políticas públicas de cultura e economia criativa (ou a ausência delas) no território específico do polo de lazer do Conjunto Ceará.

Pesquisar a vertente relacionada com as políticas públicas culturais que incidem sobre o campo da economia criativa, requer – segundo Alves (2012, p. 2) – a reflexão sobre como o tema da economia criativa é tratado, o seu significado, e como são pensadas e implementadas as políticas. Além de se averiguar a atuação política das instituições animadoras do tema na sociedade.

Esta pesquisa, tornou possível conhecer alguns aspectos da formulação e implementação de políticas públicas relacionadas com a economia criativa em Fortaleza e, ajudou a perceber certa disparidade de perspectivas entre o que pensa e faz a sociedade civil (aqui representada pelo TC) e o poder público, representado pela Secretaria Executiva Regional V<sup>5</sup> (SER V) e pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Fortaleza (SDE)<sup>6</sup>, agentes públicos que interagiram com o Polo Criativo do Conjunto Ceará e que tiveram algumas das suas intervenções analisadas durante esta pesquisa que busca conhecer as principais estratégias de atuação do TC, em especial, as relacionadas com formulação, planejamento e execução de políticas culturais dirigidas à economia criativa.

---

<sup>5</sup> Na década dos anos 1990 a prefeitura de Fortaleza foi dividida em seis regiões administrativas que receberam uma Secretaria Executiva Regional (SER), cada. Mais tarde, se criou a Secretaria Executiva Regional do Centro. E a cidade ficou com sete destes órgãos (SER I, SER II, SER III, SER IV, SER V, SER VI, e SER Centro) que foram pensadas como uma espécie de subprefeituras. A Secretária Executiva Regional V é o órgão responsável pela Regional V onde se localiza o Conjunto Ceará.

<sup>6</sup> Órgão da Prefeitura de Fortaleza que mantém uma incubadora de economia criativa e uma célula específica para tratar do tema. As ações da Prefeitura envolvendo a economia criativa no polo de lazer do Conjunto Ceará são desenvolvidas a partir desta Secretaria.

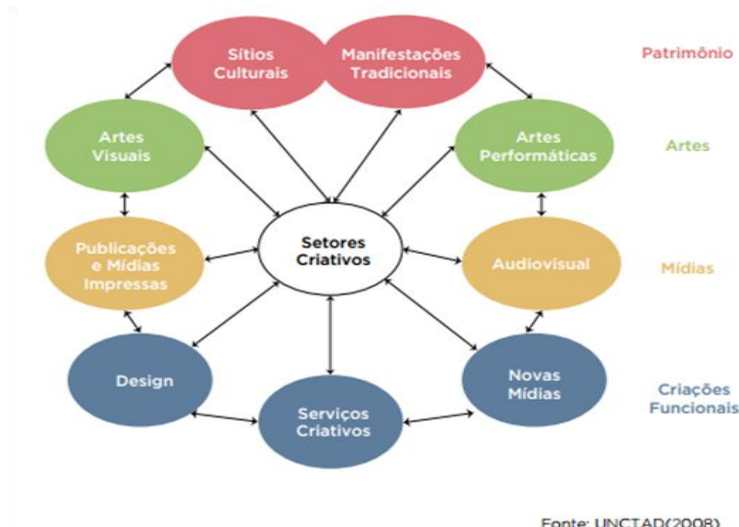
Sempre lembrando que o próprio conceito de economia criativa ainda se encontra em formação. E, por isso mesmo, boa parte das contradições e dificuldades na elaboração e implementação e até no reconhecimento de políticas públicas para o setor, pode ter raiz nessa condição de se estar lidando com um conceito ainda em desenvolvimento. Esta mesma condição, levou a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) a construir um conjunto de categorias culturais, definindo setores e atividades que servissem de base para a realização de pesquisas e análises estatísticas: *The Framework for Cultural Statistics (FCS)*. A preocupação da UNESCO ao criar esta “estrutura” a partir do ano de 1986, estava centrada na enorme diversidade de parâmetros e categorias, utilizadas pelos vários países em relação às suas metodologias de pesquisa, referentes à economia criativa. A UNESCO via nesta multiplicidade, um fator dificultante da consolidação dos dados do setor.

As categorias definidas pela UNESCO – e que veremos mais adiante já compiladas pela UNCTAD - foram ampliadas nos anos que se seguiram, ao serem submetidas a intensos debates e ao incorporarem os conteúdos gerados pelas discussões no âmbito internacional sobre cultura e criatividade. Estatísticos, especialistas em políticas culturais e acadêmicos, participaram destes estudos e debates. Para além dos setores nucleares, definidos inicialmente pela UNESCO, foram definidas atividades a eles associadas.

O esforço da UNESCO ofereceu ao mundo uma ferramenta capaz de unificar parâmetros de organização e comparabilidade das estatísticas internacionais e também nacionais, relacionadas com a produção econômica e social envolvendo as expressões culturais e criativas. Estes parâmetros e categorias, com alto poder classificatório, estão na gênese dos conceitos de economia criativa adotados globalmente. Nos anos de 2008 e 2010 a UNCTAD, ao produzir os seus dois primeiros relatórios, compilou os setores criativos em quatro categorias e nove áreas. Na figura abaixo as categorias estão marcadas nas cores Vermelho (patrimônio); Verde (artes); Laranja (mídias); Azul (criações funcionais).

Como é possível observar na figura 01, cada categoria engloba determinadas áreas: Patrimônio (sítios culturais e manifestações tradicionais); Artes (artes visuais e artes performáticas); Mídias (publicações e mídias impressas, e audiovisual); Criações Funcionais (design, serviços criativos e novas mídias).

Figura 01 – (Classificação dos setores criativos/UNCTAD)



As quatro categorias podem ser assim detalhadas: Patrimônio – sítios culturais (arqueológicos, museus, bibliotecas e galerias) e manifestações tradicionais (arte popular, artesanato, festivais e celebrações); Artes – artes visuais (pintura, escultura e fotografia) e artes performativas (teatro, música, circo e dança); Mídias – publicações e mídias impressas (livros, jornais e revistas) e audiovisual (cinema, televisão e rádio); Criações Funcionais – *design* (interior, gráfico, moda, joias e brinquedos), serviços criativos (arquitetura, publicidade, P&D<sup>7</sup> criativos, lazer e entretenimento) e novas mídias (softwares, jogos eletrônicos e conteúdos criativos digitais). Essas são as principais referências conceituais e os parâmetros mais utilizados, atualmente, na definição dos setores entendidos como componentes da economia criativa.

Longe de se ter atingido um consenso em torno destes preceitos, os debates seguem. E a cada dia aumenta mais a complexidade do tema. No entanto, essas categorias têm servido de ponto de partida para as mais diferentes abordagens ao redor do mundo. No caso do Brasil, foi constatado que o legado conceitual da economia criativa, não é suficiente para dar conta da diversidade e das singularidades da produção cultural da nação. Então, mesmo partindo dessas referências criadas pela UNESCO e UNCTAD, se fez necessário aos estudiosos, gestores e ativistas do tema no Brasil, promoverem mudanças visando a adequação da economia criativa à realidade da produção brasileira.

<sup>7</sup> Pesquisa e desenvolvimento.

Alves (2012, p. 3) compreende a categoria economia criativa como uma construção simbólico-discursiva, erigida no âmbito das transformações político-econômicas dos últimos dez anos do século vinte, com um núcleo de significado que revela a plêiade de atividades e feitos artístico-culturais pertencentes a um conjunto de serviços e bens culturais; e também atua com a capacidade de gerar práticas novas por meio do registro discursivo que leva a saberes considerados como criativos. O fato é que não parece fácil definir o conceito e a abrangência da economia criativa. Ao mesmo tempo, em que aparenta ser crescente a convicção em torno do potencial gerador de riquezas, empregos e inclusão produtiva do setor. Na abertura do Congresso Europeu da Cultura, no ano de 2011, em *Wroclaw*, na Polônia, o sociólogo Zygmunt Bauman, afirmou:

[...] O mundo está se transformando em um mosaico de diásporas, em um arquipélago de culturas que, enquanto produz riqueza, também pode criar uma falta de comunicação babélica. Precisamos investir em sistemas de tradução que permitam a criação de uma nova biblioteca de Alexandria (BAUMAN, 2011, p. 1).

Bauman (2011), disse na mesma ocasião, que o futuro da Europa dependia da cultura. O pensador polonês apresenta uma ampla percepção do gigantismo da diversidade cultural e da necessidade de pensar mecanismos para armazenar e decodificar toda essa riqueza. Percebo esta preocupação com a “babel” que pode nascer da diversidade cultural, como relacionada ao desperdício que pode gerar a sua não compreensão. E, conseqüentemente, a não interação entre estes conhecimentos diversos que passam, cada vez mais, a assumir valor econômico e social, a tal ponto de serem considerados pelo “pensador da liquidez” como determinantes para o futuro da Europa.

E assim, a cultura pode ser vista como fator determinante para o futuro, não só da Europa, como declarou Bauman (2011), mas, também, de comunidades como o Conjunto Ceará, com toda a sua diversidade cultural. E, guardadas as devidas proporções, parece ser isto o que a economia criativa, uma vez articulada com os desejos de desenvolvimento e melhoria na qualidade de vida de comunidades, parece oferecer como perspectiva ao acenar com novos caminhos tanto para grupos como o TC, como para o poder público, em relação à construção das suas políticas.

Em se tratando do Brasil, por ocasião do lançamento da agenda de economia da cultura (um conjunto de ações de médio e longo prazo pensadas pela Secretaria de Políticas Culturais para promover o fortalecimento do setor), o Ministério da Cultura (MINC) divulgou dados de 2014 da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro

(FIRJAN) que dão conta que o setor é formado por 251 mil empreendimentos em todo o Brasil. E que estes, são responsáveis pela geração de R\$ 126 bilhões anuais, que correspondem a 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB); respondendo por 892,5 mil empregos formais. O que significa que 1,8% do total de empregos formais gerados no Brasil, dependem do setor. As informações foram divulgadas pelo ministro da cultura Juca Ferreira durante a reunião inaugural do Comitê Ministerial de Economia da Cultura (CMEC), em Brasília, no dia 30 de julho de 2015.

O Plano da Secretaria da Economia Criativa (SEC) publicado pelo MINC, ainda em 2012, reconhecia a escassez de dados relativos à economia criativa no Brasil e afirmava que mesmo os poucos estudos existentes estavam baseados em metodologias e categorizações diferentes entre si. Este documento apontava duas causas principais para essa situação: a primeira seria a ausência de uma conta satélite<sup>8</sup> de cultura, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para mensurar produtos e atividades dos setores criativos. A segunda causa, seria a inexistência, nos órgãos públicos, de uma diretriz que apontasse para a uniformização da classificação e do enquadramento das atividades econômicas e da força de trabalho do setor. O documento evidenciava a insuficiência dos dados apresentados pelos diversos órgãos e instituições que se ocupam desses levantamentos, afirmando que essas informações não conseguem, efetivamente, representar a dimensão real da economia criativa brasileira, pois, levavam em conta apenas as atividades formais de um setor que mantém na informalidade grande parte da sua produção, comercialização, e força de trabalho. Os números apresentados pela FIRJAN são relativos à parte formal dos negócios com economia criativa. Portanto, ainda deixam a desejar em relação à realidade do setor no Brasil.

Vemos aqui que a situação brasileira segue corroborando o cenário internacional, no tocante à exclusão dos setores informais dos relatórios estatísticos e mapeamentos oficiais. As consequências dessa exclusão podem penalizar o setor tanto no campo da economia, que perde muito da sua pujança e representatividade junto ao Produto Interno Bruto nacional, como pode estender o seu impacto negativo à área social. Pois, ao excluir os setores informais das estatísticas oficiais, pode acabar por lançar na “invisibilidade” grande parte da força produtiva e criativa da nação. Esses trabalhadores criativos poderão, daí por diante, não ter acesso às políticas públicas

---

<sup>8</sup> As contas-satélites são uma extensão do Sistema de Contas Nacionais. Elas permitem que se façam análises sobre o perfil e a evolução de um setor de forma comparável ao total da economia, medido pelas Contas Nacionais (Fonte IBGE).



destinadas ao setor. Já que aos olhos do governo e dos órgãos oficiais, eles não existirão.

Outro desafio, é a indefinição conceitual na qual ainda se encontra a economia criativa. Principalmente, no tocante a políticas públicas. É que desde 2011 com a criação da SEC, o MINC trabalhava com o conceito de economia criativa, alinhando-se com a sociedade civil e com os estudiosos e ativistas do tema, no país. Mas, para surpresa do setor, no dia 03 de março de 2015, uma nota num blog<sup>9</sup> do portal O Globo, anunciaria de forma não oficial, que o ministro da cultura, Juca Ferreira, teria acabado com a SEC, a secretaria que tinha como missão, conduzir a formulação, implementação e o monitoramento de políticas públicas para o desenvolvimento local e regional, priorizando o apoio e o fomento aos profissionais e aos micro e pequenos empreendimentos criativos brasileiros.

De fato, desde que assumiu o ministério da cultura, no segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff, que o Ministro já mudara o tratamento que o órgão dava para o assunto, passando a tratar com maior ênfase o termo “economia da cultura” em detrimento do grande destaque que o ministério dava, até então, para a “economia criativa”. A mudança causou desconforto junto aos vários grupos que atuam com o tema, e deixou desalinhados órgãos governamentais e projetos que vinham seguindo a linha capitaneada pela SEC. E ao que tudo indica, esta não foi uma opção, apenas, semântica. Ela destoava do entendimento global. Para Alves (2012, p. 12), a noção de economia criativa adotada atualmente pela UNCTAD, não se limita aos setores artístico-culturais, mas, abrange a totalidade dos bens e serviços que têm a criatividade e os recursos intelectuais como insumos primários e imprescindíveis.

Desde as mudanças promovidas pelo ministro da cultura, o debate envolvendo as diferenças entre os conceitos de “economia da cultura” e de “economia criativa” passaram a figurar de forma mais contundente no cenário nacional. Portanto, um dos efeitos das mudanças adotadas no MINC, pode ter sido, provocar uma cacofonia entre os dois termos em relação a formulação de políticas públicas no Brasil. No momento, organizações como a Rede Colaborativa de Economia Criativa do Estado do Ceará (e-Criativa) e Rede de Economia Criativa de Santa Catarina, entre outras, seguem fazendo uso do conceito de “economia criativa” e tecendo fortes críticas à mudança implementada pelo MINC. No dia 15 de maio de 2015 aconteceu a videoconferência “O

---

<sup>9</sup> Disponível em <http://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/ministerio-da-cultura-acaba-com-secretaria-de-economia-criativa-562106.html>, acessado em 08 de setembro de 2015.

Futuro da Economia Criativa no Brasil” organizada pela e-Criativa. E durante este evento, participantes de oito estados fizeram fortes críticas à postura do MINC, lamentaram a extinção da SEC e discutiram o cenário e as oportunidades para o setor.

[...] O fim da SEC (Secretaria da Economia Criativa) está criando uma coisa interessante, nunca se falou tanto no Brasil em economia criativa, parece que a morte institucional impulsionou um movimento. A economia criativa surge como uma alternativa viável, possível, e o Brasil, como uma referência que poderia ser pelo mercado que possui, pela extensão geográfica, pela população, pela diversidade cultural, o Brasil reuni todas as condições para liderar essa discussão (LEITÃO, 2015, p.3).

Ainda assim, a economia criativa, com todas essas nuances, orienta as práticas do TC no Conjunto Ceará. As possibilidades de mobilização comunitária a partir dos setores criativos locais são exploradas por este coletivo, como elementos facilitadores do fortalecimento dos laços comunitários, da geração e integração de políticas públicas e do desenvolvimento do bairro.

O TC também manteve o uso do termo “economia criativa”, mesmo diante da mudança de abordagem por parte do MINC, e a referência ao plano nacional da extinta SEC, que continua presente nas falas e ações dos integrantes do TC. Tal posição, evidencia uma diferença conceitual entre o coletivo e a política nacional do ministério. Tudo indica que os debates envolvendo os conceitos e as políticas públicas de economia criativa, deverão seguir acalorados e oxigenados pelas diversas experiências gestadas no seio da sociedade civil, e que contrastam com as escolhas feitas pelo Governo Federal.

Mas, existem outros aspectos a serem abordados na - conturbada - história da economia criativa. Um deles é o papel político e social que este tipo de economia pode (se é que pode) assumir, no tocante a políticas públicas voltadas para a inclusão sócioprodutiva das populações, e para o desenvolvimento de comunidades. E acredito que esta questão esteja posta para a atuação do Território Criativo no polo de lazer do Conjunto Ceará, e conseqüentemente, para a minha pesquisa.

Para melhor compreender as possibilidades da economia criativa como indutora de políticas públicas e facilitadora do desenvolvimento local, busquei inspiração na lógica do pensamento de Bourdieu (2007), quando ele apresenta o “capital cultural” como investido do paradoxo de representar um mecanismo reprodutor das condições sociais, mas, oferecendo também uma dinâmica de mudança.

"O valor relativo das diferentes espécies de capital econômico e cultural ou das várias espécies de capital cultural ... é continuamente questionada e reavaliada através de lutas para aumentar ou desvalorizar um ou outro tipo de capital." (BOURDIEU, P. 1987. p.10).

É que, para mim, a economia criativa que tem na cultura um dos seus pilares principais, não tem como fugir, totalmente, da lógica da reprodução das condições sociais. No entanto, devido a sua relação com instrumentos de conhecimento e de construção do mundo objetivo, que em muitos casos, é imanente à sua própria lógica de produção, traz em si, também, a possibilidade de reflexão crítica sobre essas mesmas condições. Essa economia, é baseada na criatividade, e se nutre da inovação para se desenvolver. Penso que, devido a sua possibilidade de reflexão derivada da sua relação com instrumentos de conhecimento e construção do mundo objetivo e das suas tendências à inovação, ela tem a possibilidade de abrir caminho para mudanças nas condições sociais que ela mesma reproduz. Portanto, procuro analisar a economia criativa a partir do seu potencial como ferramenta para a percepção crítica das condições sociais.

Além disto, abordo o setor da economia criativa como espaço possível de desenvolvimento de recursos de poder derivados da posse de informações e elementos culturais constitutivos dos gostos que - para Bourdieu (2007) - são o princípio de tudo o que se tem, daquilo tudo que somos para os outros, através do que, classificamos e somos classificados. E examino se alguns elementos culturais que servem de distinção social por terem o seu acesso monopolizado por setores elitizados da sociedade, como por exemplo, certos conhecimentos, a posse de determinados itens, ou, o gosto por alguns tipos de artes, podem ser fomentados - por políticas públicas de economia criativa - junto aos setores não abastados da sociedade. E se, ao ter o seu acesso facilitado a tais elementos, os setores populares podem ter a oportunidade de alterar a sua posição no sistema classificatório de dada sociedade. Ou ainda, a possibilidade de questioná-lo.

Me interessa saber se a economia criativa, quando abordada como base para políticas públicas de inclusão socio-cultural, apresenta esse potencial. E, ao longo da minha pesquisa sobre o Território Criativo e uma política pública de economia criativa no polo de lazer do Conjunto Ceará, me mantive atento para esta questão.

Reflito que, ao tratar de "capital cultural", Bourdieu (2003) se baseou em uma realidade - no auge da sociedade industrial - em que as divisões sociais a partir dos

elementos de distinção eram bem mais claras do que atualmente. Observo que a hegemonia daqueles estilos de vida, muito próprios daquela sociedade, esteja perdendo força. E que os setores não elitizados, não se mostram mais - como ele observara naquele contexto - tão bem situados do lado do “desinteresse”. Argumento que os trabalhadores e os setores populares da sociedade, atualmente, dão a impressão de uma maior sofisticação em relação aos seus gostos. Não considero que ainda se mantenham reduzidos ao que o autor chamou de virtudes “de primeira necessidade” e em contraste com as “classes médias” desejosas de conforto e roupas da moda (BOURDIEU, 2003, p. 76). Principalmente, em se tratando do Brasil.

Compreendo que as condições sociais, a partir das quais, desenvolveu-se o conceito de “capital cultural”, estejam se tornando mais complexas, sobretudo na nossa nação. E talvez, isto tenha a ver, pelo menos em parte, com uma configuração onde os setores não elitizados da sociedade encontram-se mais dispostos à adotarem estilos de vida mais sofisticados, buscando o acesso a bens culturais que antes não lhe despertavam interesse ou lhe eram interditos. É a partir deste raciocínio que eu examino as políticas públicas de economia criativa como potenciais indutoras de mudanças sociais.

Mesmo ciente das diferenças que podemos registrar em relação ao que Bourdieu (2003) escreveu acerca do “capital cultural”, e o conteúdo que trato nesta pesquisa, considero bastante útil para o seu desenvolvimento, utilizar o pensamento deste sociólogo para ajudar a refletir sobre o caráter de distinção que a posse exclusiva - por determinados setores sociais - de alguns elementos culturais que denotam gosto, representa para a sociedade. E seguindo esse raciocínio, me interessa saber se as políticas públicas de economia criativa têm a possibilidade de interferir, possibilitando que alguns setores sociais, até então, excluídos, possam desenvolver determinados gostos e acessar certos bens com potencial de distinção. E também, se isto poderia alterar, em favor de setores não elitizados, as classificações sociais que estas distinções alimentam.

Percebo que cada vez menos os trabalhadores e os setores não abastados da sociedade, têm se contentado em apenas participar da produção de itens culturais de potencial distintivo, e cada vez mais têm buscado e conseguido, a posse de alguns desses itens. Observando o aumento da presença de trabalhadores e filhos de trabalhadores como estudantes nas universidades brasileiras na última década, se tem a sensação de que algo está mudando em relação ao acesso a certos elementos simbólicos

com potencial para a geração de distinção a partir da sua posse. O mesmo se pode pensar em relação a outros bens vinculados à economia criativa, a produtos do trabalho imaterial<sup>10</sup> (HARD; NEGRI, 2005) e aos serviços criativos. Todos esses elementos, graças à sociedade - cada vez mais conectada - na qual vivemos e aos usos da informática e das tecnologias da comunicação e informação, se encontram cada vez mais disponíveis para a maioria dos setores sociais. Penso que alguns desses itens apresentam potencial para se somar a estratégias de combate a tipos de exclusão que se relacionem com a distinção social derivada da posse de determinados elementos culturais.

E, se realmente, estiver aumentando o acesso ao capital cultural para os menos favorecidos, facilitando, assim, a sua inserção na cultura socialmente legitimada, é possível – inspirando-se no pensamento de Bourdieu (1998) – levantar a hipótese de que também estejam acontecendo mudanças relacionadas ao exercício do “poder simbólico”<sup>11</sup> por estes estratos sociais no âmbito das “lutas simbólicas”<sup>12</sup>. Para tanto, se faz necessário refletir se especialmente no Brasil, a ampliação da educação pública com o acesso de amplos setores sociais, não elitizados, ao ensino universitário, de fato resulta em algum nível de democratização do acesso aos capitais culturais.

Partindo da hipótese de que mudanças sociais podem estar ocorrendo como resultado do aumento das possibilidades de acesso a bens simbólicos para setores não privilegiados da sociedade, e que estas mudanças podem resultar em diminuição das desigualdades entre os homens, acredito que a reflexão sobre o papel das políticas públicas de economia criativa se justifique e ganhe importância nesta seara. Principalmente, reconhecendo que a economia criativa oferece a possibilidade a quem nela se insere, independente da sua origem social, de flertar com os quatro tipos de capitais listados por Bourdieu (1989), capital econômico (ligado aos meios de produção

---

<sup>10</sup> Tipo de trabalho que tende a sair do mundo limitado do terreno estritamente econômico. Trabalho produz diretamente relações sociais. Trabalho que é também biopolítico na medida em que se orienta para a criação de formas de vida social e só pode ser realizado em comum. Trabalho relacionado com a produção de ideias, conhecimentos e afetos (HARDT; NEGRI, 2005).

<sup>11</sup> O poder simbólico é para Bourdieu (1998), um tipo de poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade de quem não quer saber se está submetido a ele ou o exercendo. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer um sentido imediato do mundo. Em especial, do mundo social.

<sup>12</sup> Segundo Bourdieu (1998) as lutas simbólicas são lutas pela manutenção da posição ou ainda pelo reposicionamento dos agentes no interior de determinado campo. São lutas para determinar, validar e ou legitimar representações. Têm a ver também com as posições do discurso nas diversas esferas do mundo social, com o reconhecimento da sua legitimidade. Pois para Bourdieu, as relações de comunicação são, também, relações de poder que dependem na forma e no conteúdo do poder material e ou simbólico acumulado pelos agentes (BOURDIEU, 1998).

e renda); capital cultural (diplomas e títulos, expressão oral, posse de quadros ou obras de arte); capital social (conjunto das relações sociais de que dispõe um indivíduo); e capital simbólico (relacionado à honra, ao reconhecimento e correspondente ao conjunto de rituais, etiquetas, protocolo). Vários destes capitais perpassam as categorias compreendidas como elementos da economia criativa, o que possibilita que os agentes criativos possam consegui-los e acumulá-los ao longo do seu fazer artístico, cultural e empreendedor, de uma forma rápida e mais fluida. Principalmente, partindo do capital cultural rumo ao capital econômico; e desenvolvendo e agregando os demais tipos de capitais pelo caminho. O campo artístico e o campo esportivo ilustram bem essas possibilidades.

A economia criativa poderia funcionar como espaço privilegiado de geração, trocas e conversão entre estes capitais? Pelo menos uma questão, parece lhe favorecer. É que, diferentemente da economia convencional, em vários dos seus setores, ela não apresenta as mesmas dificuldades relacionadas aos insumos e ao aparato material necessário aos meios de produção. A economia criativa tem como principal insumo a criatividade. Este insumo é democraticamente distribuído entre os diversos estratos sociais e é inesgotável. Vários dos nichos da economia criativa, com destaque para as áreas ligadas ao design, artes visuais, novas mídias e serviços criativos, possibilitam que trabalhadores, munidos apenas de criatividade e ferramentas mínimas, como um computador doméstico com as configurações adequadas, possam atuar produzindo, difundindo e comercializando produtos criativos de alto valor agregado.

Cabe então, analisar se a economia criativa seria, portanto, um espaço propício, para os setores não privilegiados da sociedade criarem o capital econômico a partir do capital cultural. Levando-se em conta que a economia criativa, por ter como imperativo para o seu desenvolvimento, a colaboração entre criatividade e formação, fomenta o desenvolvimento educacional e a colaboração de instituições educacionais com setores produtivos e comunidades. Desta forma, a economia criativa necessita da democratização do acesso ao capital cultural, como base para a sua própria existência, difusão e consumo. Além do mais, a economia criativa, pelas várias características e razões já mencionadas, tem grande chance de contribuir para que um agente criativo, desprovido de capital econômico, possa adquiri-lo a partir da posse e desenvolvimento de outros capitais. Alguns destes, inerentes à sua própria condição de criativo. Afinal, os artistas e produtores criativos podem gerar, eles próprios, as obras de arte; as produções orais; produções acadêmicas e científicas; e demais produtos criativos que lhes rendam,

além de ganhos econômicos, o reconhecimento e títulos. Estes reconhecimentos e títulos podem funcionar como indutores de relações sociais novas e fortalecedores de relações sociais já existentes. Estas relações sociais podem lhes trazer honra e reconhecimento, relacionados ao conjunto de rituais, etiquetas e protocolos do capital simbólico que, por sua vez, pode ser convertido em capital econômico a favor de quem antes não o possuía. Se o campo de produção simbólica é um microcosmos da luta simbólica entre classes, como acreditava Bourdieu (1989), a questão que me interessa é, se no cenário atual, a economia criativa poderá se apresentar como uma possibilidade de democratização do acesso ao capital simbólico para setores não privilegiados, no âmbito das lutas sociais.

A economia criativa como setor econômico é ainda um espaço em formação que abriga um conjunto de disputas conceituais e de posição, dos seus agentes. Estas disputas de posições e também de discursos, em muito me fazem lembrar a noção de campo do sociólogo Pierre Bourdieu. Para ele, campo é um espaço estruturado de posições onde se dá a luta entre dominantes e dominados em torno da conquista e manutenção de postos. Os campos possuem as suas próprias regras e mecanismos e têm propriedades singulares. São vários os tipos de campos existentes como o campo da universidade, das artes, o político, etc. Outra das suas propriedades é que todas as pessoas que participam de determinado campo, têm em comum um certo número de interesses fundamentais, tudo o que está relacionado com a própria existência do campo.

Mesmo não se aplicando aqui esta noção de campo, ela me serviu de inspiração para a análise dos espaços da economia criativa, do Polo Criativo e do próprio Território Criativo. A partir dela, estudei o conjunto de antagonismos, e diferenças de visão, que envolvem as disputas de posições dos agentes que se movimentam estrategicamente e buscam definir, delimitar, e melhor posicionar-se nesses espaços. Acredito que essa referência possa me ajudar a compreender melhor como estão se dando, na prática, esses conflitos, oposições e relações que fazem parte da dinâmica da economia criativa. E foi para uma maior compreensão de como os atores sociais, que protagonizam esses conflitos e relações, estão se construindo socialmente como agentes criativos enquanto constroem o próprio espaço da economia criativa e o delimitam, que direcionei a minha curiosidade sociológica para o Território Criativo, um dos principais protagonistas do polo de lazer do Conjunto Ceará.

### 3. TERRITORIO CRIATIVO

[...] O Território não como um conjunto de fronteiras fixas; Mas como um lugar onde se dão as vivências sensoriais, sociais e culturais de um povo.<sup>13</sup>

O trecho acima ilustra a página do Território Criativo no facebook e aponta para uma noção de território para além de fronteiras fixas. Esta concepção vai de encontro à outra noção largamente trabalhada por vários autores, estudiosos, pesquisadores e movimentos sociais:

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. Um faz o outro, à maneira da célebre frase de Churchill: primeiro fazemos nossas casas, depois elas nos fazem... A ideia de tribo, povo, nação e, depois, de Estado nacional decorre dessa relação tornada profunda (SANTOS, 2001, pg. 97).

O geógrafo Santos (2001) articula na sua definição de território, a natureza e a cultura, ao falar de sistemas naturais e de coisas criadas pelo homem, como partes integrantes deste. E, mantém a ideia de território como lugar de fronteiras fixas, como terra, como limite geográfico, reforçando-a ao evidenciar a figura do estado nacional como exemplo do aprofundamento dessa concepção. Já o Território Criativo, busca superar a noção de limites geográficos fixos, projetando a ideia de território para além de fronteiras pré-determinadas e fixadas. Assim, o conceito de território do TC, se torna adequado também para abarcar espaços não físicos, como o espaço virtual, ou o espaço das redes sociais onde o TC mobiliza, compartilha e difunde as suas ações. De fato, uma ideia de território como algo móvel, com fronteiras não fixas, e até onipresente, emerge da fala de um dos membros do TC que atua no Conjunto Ceará:

O território criativo é aqui onde estamos (no polo de lazer do Conjunto Ceará onde realizei esta entrevista), mas, pode ser também na barra do Ceará em uma escolinha de surf, na praia de lagoinha numa comunidade de pescadores, ou em uma comunidade da grande São Paulo. Ou ainda pode ser numa comunidade virtual, num site ou blog. Pode ser cada um desses lugares e todos ao mesmo tempo (Entrevistado 1<sup>14</sup>. Entrevista concedida em Fortaleza no dia 04 de maio de 2015).

<sup>13</sup> Disponível em <https://www.facebook.com/TerritorioCriativo/>, acessado em 24 de março de 2016.

<sup>14</sup> O entrevistado é doravante identificado apenas como “Entrevistado 1” devido a ter preferido o anonimato.



A descrição “quase poética” do Entrevistado 1 começa a nos apresentar este coletivo que nasceu da junção de vários grupos em torno de um espaço físico no Polo de Lazer do Conjunto Ceará. O espaço em questão, é um antigo prédio que já abrigou a sede local da Companhia de Habitação do Ceará (COHAB-CE) nos primeiros anos de existência deste conjunto habitacional. Depois, passou a sediar o que o Governo Estadual chamou de Centro Integrado, reunindo vários serviços públicos que incluíam a Companhia Energética do Ceará (COELCE), a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE), a própria COHAB, e uma agência da Caixa Econômica Federal (CEF).

De todos esses serviços, restou a CEF, que ocupou o lugar até o final da década de noventa. No início dos anos dois mil, o prédio foi cedido pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) do Governo do Estado ao Movimento Hip Hop Organizado do Ceará (MH<sub>2</sub>O<sub>CE</sub>) que fez uso do equipamento para sediar oficinas artísticas e projetos sociais. No final do ano de dois mil e doze, o MH<sub>2</sub>O<sub>CE</sub> encerrou as suas atividades no prédio e o repassou para uma gestão coletiva de várias organizações sociais e culturais que atuam de forma colaborativa no polo de lazer, e que passaram a dividir a ocupação e gestão do equipamento. Entre estas organizações destacam-se a produtora Lumpen Produções; a Associação dos Pequenos Negócios do Conjunto Ceará (APENCCE), o Coletivo Entrepolos, a Comissão das Festas Juninas do Conjunto Ceará (CFJCC); e o próprio Território Criativo (TC) que, apesar de, na época, encontrar-se ainda em formação, já exercia grande influência sobre as demais instituições, e funcionava como catalizador das suas ações para a intervenção na comunidade.

Em pouco tempo, o TC terminou por constituir-se em uma organização geradora e mobilizadora de tecnologias sociais<sup>15</sup>, abrigar em seu âmbito a maioria das instituições que atuavam no prédio, e coordenar o local e as ações conjuntas das demais entidades no polo de lazer. Estas ações e os projetos pensados e ou implementados a partir da sede comum, passam a contar com a cooperação das demais instituições ali instaladas. Como exemplos de ações dos coletivos que integram o TC e, que sendo originariamente individuais, foram convertidas em ações colaborativas, podemos citar a Tradicional

---

<sup>15</sup> Segundo a fundação banco do Brasil que mantém um dos maiores prêmios para tecnologias sociais no País: Compreende produtos, técnicas ou metodologias, reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representam efetivas soluções de transformação social. Disponível em <http://www.fbb.org.br/data/pages/8AE389DB40BC207E0140BC9830F52472.htm>. Acessado em 13 de fevereiro de 2016.

Festa Junina do Conjunto Ceará<sup>16</sup>, conduzida pela CFJCC, e que terminou por agregar o Festival Alternativo<sup>17</sup>, realizado pela Lumpen Produções com a participação do Entrepolos, Artitude de Rua, APENCCE e do próprio TC; e o Grito *Rock*<sup>18</sup>, evento do Entrepolos que conta com o apoio do TC e da Lumpen Produções para captar recursos.

O TC é uma organização não formalizada composta por pessoas e grupos com alguma relação com a arte e com a cultura. Sejam artesãos, produtores culturais, escritores, ativistas culturais ou entidades que trabalhem com a cultura e com a criatividade. Alguns, vêm de vivências frente à projetos de desenvolvimento local. E o “núcleo duro” do coletivo é formado por pessoas reconhecidas como referência em economia criativa e empreendedorismo. E talvez devido a isto, a atuação do TC no polo de lazer, tenha logo se convertido em uma estratégia de desenvolvimento local apoiada na economia criativa.

O polo de lazer do Conjunto Ceará - que conheceremos mais a fundo na terceira parte deste trabalho - é um espaço que reúne uma grande diversidade de manifestações culturais. Entre essas manifestações, várias estão relacionadas com o setor da economia criativa. Este espaço, a despeito de representar o centro comercial, cultural e político do bairro, sofre com a ausência de ações planejadas e estruturantes por parte do poder público. Esta situação, marcada por potencialidades e necessidades é apresentada pelo TC como parte da justificativa para a criação do projeto Pró-Polos Criativos<sup>19</sup>. O TC é uma organização da sociedade civil que atua no polo de lazer por meio de uma tecnologia social - que é o Pró-Polos Criativos - com a intenção de criar neste local um instrumento voltado para o desenvolvimento planejado e que tenha como base a economia criativa. Tal instrumento, o TC nomina de Polo Criativo do Conjunto Ceará. Este estudo se dispõe a analisar a atuação do TC na perspectiva da política pública. Pois, como veremos mais adiante, a sua atuação no local se dá fortemente relacionada com as ações governamentais que acontecem, ou não, neste espaço.

---

<sup>16</sup> Evento realizado há quarenta anos e que se constitui de apresentações de quadrilhas juninas e grupos culturais regionais e venda de comidas típicas. Acontece sempre no período que compreende a data de 13 de junho (em que se comemora o dia de santo Antônio) e junto com a festa de São Pedro que era realizada no bairro João XXII; e a festa de São João que acontece no bairro José Walter, liderava o movimento junino em Fortaleza na década dos anos 1990.

<sup>17</sup> Evento cultural que reúne apresentações de *hip hop*, *rock*, *skate*, poesia, literatura e rodas de conversa sobre temas relacionados com juventudes; e que acontece paralelo à tradicional festa junina do Conjunto Ceará.

<sup>18</sup> Realizado simultaneamente em cerca de quinze países, o Grito *Rock* é um festival musical que desde 2007 funciona como espaço de divulgação para novas bandas e para o próprio estilo musical rock. No Conjunto Ceará ele é liderado pelo coletivo Entrepolos.

<sup>19</sup> Projeto Pró-Polos Criativos – Conjunto Ceará, 2015, p.2. Disponível no acervo particular do Território Criativo.

Apesar de atuar constantemente no polo de lazer, é somente com o Pró-Polos Criativos que o TC consolida a sua liderança na região, e passa a se ver e, a ser visto, como um elemento facilitador do desenvolvimento local. Ao entrevistar o senhor Marcos Rodrigues, que compõe o “núcleo duro” do TC, pude observar, inclusive, que ele percebe o coletivo, do qual faz parte, como uma espécie de liderança do processo de desenvolvimento local. E o mesmo cita organizações públicas como parte do escopo de instituições passíveis de serem lideradas pelo TC. Reconheço nesta fala, sinais de uma visão que remete à noção de política pública. É que, o entrevistado enxerga o TC como uma força capaz de articular agentes da sociedade civil, iniciativa privada e governo, numa gestão coletiva. Infiro, a partir do seu discurso, que Marcos Rodrigues, embora não verbalize nestes termos, tende a pensar o TC como um tipo de animador de algo muito próximo a uma política pública.

Pra mim, o território criativo como instituição é..., conjunto de pessoas que estão organizadas com a intenção de liderar, de protagonizar atos, atitudes e uma gestão coletiva num espaço determinado. Tomando como exemplo, uma área do Conjunto Ceará, um quadrilátero que nós chamamos aqui de Central, F, A e B, e todas as instituições, e todas as organizações públicas, privadas, empresariais que atuam nesse espaço. Então, a gente tem uma instituição que pretende liderar, protagonizar, interagir com instituições que atuam neste espaço a partir desta célula que a gente chamaria, a partir dessa célula, com a intenção de futuramente, né, alargar esse núcleo. Seria mais ou menos isso pra mim, uma instituição que quer congrega vários pensamentos e pretende, né, aumentar o seu índice de ação, que funcionaria como uma pedra lançada na água que faria ondas, né, e daí gerar, né, polo criativo, ações criativas, ações empreendedoras nos diversos segmentos que possam existir, que possam ser descobertos, que possam ser desenvolvidos, que possam ser empoderados, nessa região (Marcos Rodrigues, 50 anos, professor. Entrevistado em Fortaleza no dia 12 de janeiro de 2016).

A fala de Marcos Rodrigues apresenta também uma forma mais situada, mais restrita aos limites do Conjunto Ceará, para definir o Território Criativo. Embora mostre ainda o desejo de ampliação do que ele chama de “índice de ação” do TC, e que compreendi como o aumento das ações e a sua disseminação, inclusive para espaços além do polo de lazer. Porém, ao ouvir outro integrante do coletivo nos deparamos com uma definição diferente:

Eu compreendo o território criativo como um espaço que congrega coletivos e grupos, e atores, que atuam com criatividade, e fazem, é..., e utilizam essa criatividade como uma ferramenta, né, de intervenção social, política também, e econômica. Porque pra mim o território criativo ele é um espaço onde você, é..., é um espaço de criação, de invenção, mas que, não só dentro do contexto social, não só dentro do contexto econômico, não só dentro do contexto cultural. Mas, que ele junta essas três coisas, o social, o cultural e o econômico, né. Então, o território criativo pra mim ele é esse espaço que

congrega esses atores e esses grupos e esses coletivos, né, é, é, pra esse tipo de atuação onde eles transformam a criatividade deles, a capacidade de invenção, em uma ferramenta de intervenção. Né, mas essa ferramenta de intervenção, ela tem que servir também pra, é, é, sustentar os espaços que esses atores estão inseridos, né, promover a sustentabilidade desses espaços onde esses atores tão envolvidos (Ana Cristina Souza, 38 anos, funcionária pública. Entrevistada em Fortaleza no dia 15 de janeiro de 2016).

Sem divergir da primeira concepção, mas apontando para uma perspectiva mais geral, Ana Cristina Souza apresenta o TC independente do espaço físico. Embora ainda comprometido com a sustentabilidade “desses espaços onde esses atores tão envolvidos”. Outro aspecto marcante do discurso dela, que também compõe o “núcleo duro” do TC, é a ênfase no social, no cultural e no econômico, como áreas de atuação do coletivo. Ela diz que o TC junta estas três coisas. Ana Cristina Souza entende o TC como um espaço de acolhimento de atores e grupos criativos e de direcionamento das suas ações através da transformação da sua criatividade e capacidade de intervenção, em ferramenta de intervenção que promova a sustentabilidade dos espaços onde estes atores encontram-se envolvidos. O TC aparece aqui, como elemento transformador de potencialidades em oportunidades. Neste caso, visto como atuando na transformação da criatividade e da capacidade de intervenção de agentes, em ferramentas objetivas de promoção da sustentabilidade dos espaços onde estes agentes estejam envolvidos. Esta característica que os membros do TC reconhecem e apresentam em seus discursos, se mostrará, no decorrer deste estudo, determinante para a compreensão do seu papel em relação a política pública de economia criativa. Já uma terceira fala, centraliza na forma de atuação e na função formativa do TC junto às comunidades. Aqui, o termo “comunidades”, oferece uma outra dimensão para o Território Criativo, levando-o para além do Conjunto Ceará, e apresentando-o como um facilitador do desenvolvimento de qualquer comunidade.

O território criativo é um coletivo de pessoas, instituições, é..., que visa discutir a agência, o desenvolvimento local, a partir das potencialidades da própria comunidade. Então, ele se articula, é..., no tripé de..., agência..., no tripé agência, bricolagem, e..., eu esqueci a terceira palavra que eu ia dizer. É, e aí, a partir, partindo disso, o território criativo atua fazendo a discussão nas comunidades e mostrando para as comunidades que elas não precisam, necessariamente, de um agente, de um elemento externo pra que elas encontrem as soluções para seus problemas entre elas mesmas. Então, a partir disso há um processo de sensibilização das comunidades mostrando que com a potencialidade delas elas conseguem desenvolver e revelar os seus problemas. E aí, o que elas precisam buscar externamente é, talvez, contato e articulações que elas não têm a priori. Mas que a partir do momento que elas se organizam enquanto tal, elas acabam tendo esse capital que elas vão conquistando no processo de organização (Suiany Silva, 28 anos, Socióloga. Entrevista concedida em Fortaleza no dia 20 de janeiro de 2016).

Reconheço como uma questão relevante desta fala de Suiany Silva, este entendimento, do caráter endógeno do desenvolvimento defendido pelos integrantes do TC. Veja que a entrevistada diz que, o TC visa discutir a agência e o desenvolvimento local, a partir das potencialidades da própria comunidade. No entanto, penso que esta postura, pode ter alguma influência nas dificuldades que o TC encontra para lidar com governos que promovem no polo de lazer, intervenções que foram planejadas e são executadas sem a participação, *a priori*, dos agentes locais. Afinal, segundo a entrevistada, o TC mostra para as comunidades que elas não precisam, necessariamente, de um elemento externo para que encontrem as soluções para os seus problemas. Também cumpre registrar que acompanhei algumas ações do TC, tanto em relação ao Polo Criativo do Conjunto Ceará como em relação ao Quilombo do Alto alegre em Horizonte-CE. E em todas estas ações, o que presenciei foi a busca permanente pelo envolvimento do poder público, e pela atração de agentes externos (sejam ações de governos ou tecnologias sociais de agentes extra-comunidade) como elementos de resolução de problemas locais.

Na verdade, nas ações em que a comunidade mais dependia somente dela própria, foi exatamente onde notei as maiores dificuldades. Como no caso do polo de lazer em que, o TC consegue, com muito menos dificuldade, atrair a Câmara Municipal de Fortaleza (CMFor) e a Assembleia Legislativa do Ceará (AL) – como aliás, o fez por três vezes durante esta pesquisa - para debater, em audiências públicas realizadas no próprio polo de lazer, os problemas e demandas da comunidade, do que sensibilizar os agentes locais para assumirem compromissos simples, como cuidar da limpeza do entorno dos seus estabelecimentos comerciais ou participarem das atividades comunitárias. A Entrevistada diz ainda que o TC mostra para as comunidades que, o que elas precisam buscar externamente é contato e articulações. Porém, a forma que estes contatos e articulações são trabalhados e como as ações que vêm de fora para dentro das comunidades são recebidas, pode estar complicando as relações e causando, pelo menos parcialmente, as dificuldades que observei no polo de lazer, onde há uma nítida tensão instalada entre o Território Criativo e órgãos públicos como a Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Fortaleza (SDE), que tentou por várias vezes, sem sucesso, firmar parceria com o TC para implantar, ali, uma “escola de economia solidária”. Em várias ocasiões em que vi este assunto ser pautado em reuniões do TC, notei um clima de desconfiança em relação às intenções da SDE. Observei que a

mesma sensação se instala em relação a qualquer ação, de agentes externos, que não tenham sido, desde o início, construídas junto com os atores locais.

Ainda sobre as falas dos membros do TC - quando se trata do que é esta organização - elas não são necessariamente divergentes, podem até mesmo ser entendidas como complementares. Ao mesmo tempo, podem ser vistas como falas sobre um espaço que ainda se encontra em formação. Durante as entrevistas e mesmo no decorrer da convivência no trabalho de campo, percebi que ao falar sobre o TC, os seus integrantes têm, muitas vezes, o cuidado de afirmar que esta, ou aquela visão, é a sua, particular, evitando emitir opiniões que possam ser entendidas como institucionais, oficiais, do coletivo. Eles geralmente dizem: “pra mim”, “eu entendo assim”, “pelo menos pra mim”. No entanto, não se encontra grandes diferenças na visão dos membros em relação ao que é, e para que serve, o Território Criativo. O que aparece implícito em cada fala é uma espécie de consenso sobre o caráter ainda indefinido do coletivo. Todos aparentam concordar que o TC ainda está se formando. É como se eles ainda estivessem estabelecendo as regras deste espaço. Esta condição, lembra a discussão sobre o “sentido do jogo” feita por Bourdieu (2011) e suscita algumas reflexões.

Partindo do entendimento de que os cuidados observados nas falas de cada um, podem estar relacionados com algum tipo de disputa entre os membros do coletivo, cabe problematizar, se uma vez estabelecidas as regras no espaço do TC, os seus integrantes poderão se comportar como jogadores em busca de “ter o jogo na pele”, de perceber no estado prático “o futuro do jogo”? De certo que o TC não é um campo no sentido que Pierre Bourdieu define. Mesmo assim, vi nas falas dos seus integrantes alguns sinais que sugerem uma cuidadosa disputa de posições. Talvez ninguém queira dar uma “passo em falso” e já sair em desvantagem neste momento em que as regras ainda estão sendo definidas. Os cuidados ao falar sobre o que é e para que serve o TC, podem ter alguma relação com algum tipo de jogo, de disputa de posição no interior do espaço em formação? Tudo isto pode ser parte de uma estratégia de jogo, mesmo que os membros do TC não tenham nenhuma pretensão de que as suas falas e atitudes sejam estratégicas em relação aos seus companheiros de coletivo?

Os agentes sociais têm “estratégias” que só muito raramente estão assentadas em uma verdadeira intenção estratégica (BOURDIEU, 2011, P.145).

Se for assim, então, neste espaço, o jogador disputaria com os seus próprios companheiros de Território Criativo que vêm de origens sociais e culturais diferentes e de formações políticas distintas, alguns são oriundos do *hip hop*, outros do movimento estudantil, há os que têm origem em comunidades eclesiais de base da igreja católica, alguns são acadêmicos e outros passaram por partidos políticos. Há também quem tenha origem sindical. Portanto, pode haver diferenças de percepção e de visão de mundo, entre os membros do TC. E essas visões, entrarão no jogo nesse espaço. Aqui, devido ao pequeno tamanho do coletivo, o jogador, provavelmente, se moverá sozinho, ou, em grupos muito reduzidos, durante o jogo. O que também restringe o número de alianças possíveis ao jogar. Mas, no tocante aos espaços da economia criativa e do Polo Criativo, há uma tendência a que o TC funcione como um time, uma equipe jogando com outros times e/ou indivíduos pelas posições mais favoráveis no interior destes dois espaços.

Estas questões, têm relação direta com os objetivos específicos desta pesquisa. Pois, interessam para a análise dos movimentos políticos internos e externos que envolvem os agentes do TC, e que podem me ajudar a conhecer as intenções dos seus integrantes e o significado que a luta tem para eles. E para avançar mais ainda com esses objetivos, recorro novamente à leitura de Bourdieu (2011) que afirma que todo campo social tende a obter das pessoas que nele ingressam, que reconheçam os alvos, que não sejam indiferentes, que concordem com o essencial que é tacitamente exigido por esse campo, que reconheçam que é importante o que está em jogo ali, chamando a esta relação, de *illusio*. Analisando a fala de Suiany Silva, percebo a manifestação de um sentimento em relação ao TC, que considero demonstrar - guardadas as proporções devidas - uma relação parecida com esta que o campo obtém das pessoas que ingressam nele. E que, em relação ao TC, revela parte do significado que a sua luta tem para os seus integrantes.

O que me motivou..., um pouco da minha história, eu sempre militei, militei a minha vida inteira, militei no movimento social, militai nas CEBs, militei nas pastorais, depois militei dentro de um partido político. E quando eu optei pelo caminho acadêmico, né, eu deixei de lado a militância e construí uma nova identidade, uma nova cara dentro da academia. E o território criativo era, foi essa possibilidade de voltar pra militância. Mas, voltar de maneira diferenciada, né. Porque eu não voltei pra militância, não voltei pro movimento quanto uma militante de determinado grupo específico ou defendendo um determinado segmento. Voltei para a militância dentro de um coletivo que, tá ai, é, nesse auxílio às comunidades. Mas, que tem um leque diversificado de temas a serem discutidos. Tendo como base a economia criativa, você perpassa por isso, a questão da violência; perpassa por isso, juventude; perpassa por isso, desenvolvimento local. Então você tem uma série de eixos que são perpassados tendo a criatividade como elemento base.

Então, é uma outra perspectiva de militância que me levou a estar dentro do território criativo (Suiany Silva. op. cit.).

Para além da relação encantada que Suiany Silva manifesta em sua fala, é possível ver também que ela considera a sua atuação nos espaços da economia criativa e do TC, uma ação militante. A entrevistada ressalta ainda que o TC apoia as comunidades. E neste ponto da entrevista, o seu tom de voz parece ser tomado por mais entusiasmo e deferência. Ela também entende a economia criativa como tendo um leque tão diversificado que perpassa desde a questão da violência, até o desenvolvimento local, passando pelo tema de juventude. Seguindo este raciocínio, o TC poderia atuar em todos estes setores sem afastar-se do seu caminho original. E esta perspectiva nova de militância foi o que, segundo ela própria, motivou-a para estar dentro do TC. O entusiasmo que Suiany Silva demonstra com o alcance da economia criativa, que perpassa várias questões e eixos, criando essa outra perspectiva de militância que lhe atrai, me ajuda a saber mais sobre porque os membros do Território Criativo elegeram a economia criativa como ferramenta de intervenção na comunidade. E este, é outro dos objetivos específicos da minha pesquisa. No caso de Suiany Silva, ela aparenta realmente estar encantada com as possibilidades que este setor oferece. De certo modo, a atuação deste coletivo no polo de lazer tem mesmo dialogado com vários destes setores. No tocante à juventude, o TC tem interagido, permanentemente, com a Coordenadoria Especial de Políticas de Juventude da Prefeitura de Fortaleza, e tem realizado ações para aproximar os jovens que frequentam o polo de lazer, das políticas públicas deste órgão. Inclusive, realizando reuniões com as juventudes locais e o coordenador municipal de juventude, para discutir a gestão de equipamentos como a praça da juventude; e também por meio da realização de uma oficina para orientar os jovens a participar do edital de Protagonismo Juvenil que, lançado por essa coordenadoria, financia projetos de empreendedorismo social e de cultura, para jovens de Fortaleza. Em se falando de violência, tem acontecido algumas ações em que o TC e os laboratórios de estudo da violência da Universidade Federal do Ceará (UFC) e da Universidade Estadual do Ceará (UECE) têm mantido certa colaboração. Estas relações têm se dado no âmbito do Polo Criativo e contribuído para que este se mantenha em permanente interação com as políticas públicas na região.

Compreendo que o TC consegue manter uma postura protagonista, mesmo em relação aos governos e as suas ações, no polo de lazer. Ele tem, cada vez mais, assumindo a forma de uma espécie de “*hub* social”, conectando ações governamentais



independentes entre si, e facilitando o acesso da comunidade a elas. Assim foi, quando o TC conectou a ação da Secretaria da Cultura do Governo do Estado (SECULT-CE) que lançou a chamada pública “praça das artes” para contratar espetáculos culturais a serem apresentados no polo de lazer, com as ações do equipamento praça da juventude da Prefeitura de Fortaleza, por meio da realização de uma oficina preparatória dos jovens locais para participarem da chamada pública, inscrevendo propostas de atuação neste equipamento. A própria inclusão do polo de Lazer na relação de locais aptos a receber atrações culturais da “praça das artes”, pode ter contado, em algum nível, com a influência do Polo Criativo, e com as boas relações do TC com a SECULT-CE. Já que, estão sendo feitas articulações com o objetivo de firmar uma parceria estratégica entre esta Secretaria e o Polo Criativo. E com exceção do Conjunto Ceará, todos os demais locais beneficiados pela “praça das artes” compõem as áreas atualmente prioritárias do “Ceará Pacífico”<sup>20</sup>. Este compromisso do TC com os locais onde atua, além de credencia-lo como um elemento relacionado com políticas públicas, funciona também como motivação para que agentes sociais integrem este coletivo. Pelo menos é o que manifesta Ana Cristina Souza, que demonstra também manter uma relação encantada com esta organização.

O que me motivou a participar do território criativo é que ele traz uma proposta inovadora no sentido de você trabalhar com a criatividade, mas, não só você transformar essa criatividade numa ação, ou num serviço ou num negócio. Mas, essa criatividade, ela, tem que estar a serviço da sustentabilidade do local, ela tem que dar uma contrapartida para o local, para a região onde você tá desenvolvendo algum tipo de atividade. Então, isso eu acho extremamente importante porque de certa forma, essa ação conecta o território criativo com as ações locais. Porque por exemplo, hoje as comunidades elas precisam muito pensar em sustentabilidade, não só depender do governo. Mas, elas próprias precisam arregaçar as mangas para cuidar do seu espaço, para cuidar do seu território, e não ficar na dependência do poder público. Então, o território criativo, ele traz, é, uma proposta de trabalho que sai da dependência do poder público. Né, onde os próprios atores podem se juntar, pensar as suas demandas, os grupos e os coletivos, e a partir daí eles próprios se organizarem pra poder, é, é, trazer, é, fazer cumprir essas reivindicações (Ana Cristina Sousa. op. cit.).

No trecho, acima, da fala da entrevistada, a vemos enfatizar que o TC traz para as comunidades uma proposta de trabalho que aponta para que estas saiam da dependência do poder público. E aqui, cabe problematizarmos um pouco esta questão. É

---

<sup>20</sup> O Ceará Pacífico é uma ação do Governo do Estado do Ceará que reúne um conjunto de projetos e ações voltadas para a prevenção da violência e redução da criminalidade. Com o objetivo de criar uma cultura de paz em todo o território cearense, este programa concentra as suas ações atualmente nos bairros, Vicente Pinzón, Praia de Iracema e Grande Bom Jardim.

que, durante esta pesquisa, não constatei que tal intento venha se concretizando nas áreas em que o TC atua. Ao contrário, o que registrei foi o aumento da procura por relações mais duradoras e institucionalizadas, entre os governos e as comunidades. Como no caso do próprio Polo Criativo, que buscou a institucionalização da sua Governança<sup>21</sup> junto a Secretaria Executiva Regional V, da Prefeitura de Fortaleza; e no caso do Centro Cultural Patativa do Assaré – um dos principais equipamentos culturais do polo de lazer, e que compõe o Polo Criativo - que propôs para a SECULT-CE, que essa Secretaria, assumisse o equipamento e compartilhasse a gestão do mesmo com os empreendedores e grupos culturais que o ocupam. Para mim, parece evidente que a busca por relações mais duradoras e institucionais entre os governos e as comunidades, não necessariamente, terminam gerando a dependência destas últimas em relação ao poder público. No entanto, vejo mais coerência entre os resultados da atuação do TC e o final da fala de Ana Cristina Sousa, quando ela menciona que os grupos e atores podem se unir para pressionar para que as suas reivindicações sejam atendidas, do que com os trechos onde ela menciona a possibilidade do fim da dependência das comunidades em relação ao poder público. É que tenho me deparado, mais com resultados do TC, relacionados com a mobilização das comunidades para reivindicar soluções para as suas demandas junto aos governos, do que com resultados que apontem para a independência destas comunidades em relação a eles. E por isto mesmo, considero os maiores méritos do TC, vinculados aos papéis de fomentar iniciativas comunitárias voltadas para a auto-organização e para a ação estratégica das comunidades; e de catalizador de ações governamentais nos espaços em que atua. Entendo que estas características de atuação, o possibilitam, em certas circunstâncias, agir como elemento gerador de coerência entre as diferentes ações do poder público e da própria comunidade em locais como o polo de lazer do Conjunto Ceará.

---

<sup>21</sup> Torres (2016) afirma que o termo “Governança” foi usado primeiramente pelo Banco Mundial para descrever e entender fenômenos políticos como as condições de funcionamento da democracia em países “subdesenvolvidos”. Diz também que o conceito de governança lança luz sobre o caráter contingente da relação entre estado e sociedade, pondo em relevância que as condições do “bom governo” ou governo democrático não são conquistadas automaticamente pelo desenvolvimento econômico. Ao invés disto, devem ser buscadas nos aspectos institucionais e culturais próprios da vida política. Esta concepção articula “bom governo” com desenvolvimento econômico e democracia (TORRES, 2016. P. 157, 158). No caso do polo de lazer do Conjunto Ceará, o termo “Governança” é aplicado para nominar uma comissão de entidades com atuação no local e que tanto compreende agentes da sociedade civil como representações de governos. E que foi criada com o objetivo de formar uma espécie de gestão compartilhada do polo. A Governança mantém reuniões periódicas, interage com políticas públicas e ações governamentais facilitando a sua penetração na comunidade e tem intervido em várias questões que dizem respeito a essa região. Termina por apresentar um caráter muito próximo de um tipo de gestor intersetorial da aplicação de políticas de governo e ações comunitárias no território em que atua.

O estudo das principais estratégias de atuação e das ações do TC e do significado que a sua luta tem para os seus integrantes, a que me dedico neste trabalho, passa ainda por conhecer as intenções destes integrantes em relação à comunidade. E este é, inclusive, mais um dos objetivos desta pesquisa. Para estudar este aspecto da relação entre os indivíduos e a coletividade, busquei conhecer mais sobre os seus interesses pessoais e perspectivas de ganhos individuais. A minha intenção era analisar aspectos da relação entre os seus projetos e ambições pessoais e os planos coletivos compartilhados por todos os seus componentes. Considerei que a articulação entre esses dois níveis de pretensões, com todo o seu possível conjunto de sinergias e incongruências, me daria um bom material para análise. Ao analisar as falas dos componentes do “núcleo duro” da organização, me deparei com uma característica interessante dos seus discursos. É que, praticamente, todos os depoimentos revelaram certo grau de altruísmo e até aparente desinteresse em relação a ganhos individuais.

Eu sou uma pessoa que ao longo da minha trajetória, ajudou a construir coisas. Ajudei a construir a igreja católica. Por exemplo, discursi no lançamento da pedra fundamental da igreja católica. Depois, ajudei a fundar o centro espírita Joana de Angelis. Eu tava lá no início, desde quando as reuniões eram lá perto da casa mesmo. Quer dizer, na minha história, apesar de toda a minha individualidade, e, assim, eu pareço ser muito briguento, e sou, e brigo pela minha tese, discuto. Mas, a minha história é de construtivismo coletivo. Né, isto eu mostrei na vida sindical, mostrei na vida comunitária, mostrei nos eventos que eu ajudei a participar e a criar. E, num tenho apego às coisas, eu, ajudo a criar e não tenho, não tem problema pra mim deixar pra outro seguir. Ajudei a fundar, criar a federação. Ajudei a criar a federação de eventos juninos, fui o primeiro presidente. Ajudei a fundar o sindicato de trabalhadores em entidades de classe, fui o primeiro secretário geral. E na minha gestão transformei em sindicato. Ajudei a criar a festa junina do Conjunto Ceará, ajudei a criar o conselho comunitário do Conjunto Ceará. Quer dizer, eu tenho diversas experiências de construtivismo (Marcos Rodrigues. op. cit.).

A fala acima é de Marcos Rodrigues, e esta, apesar de ser a mais enfática, não se diferencia muito das falas dos demais membros da “linha de frente” do Território Criativo, no tocante a não manifestar interesses pessoais e perspectivas de ganhos individuais quando indagados sobre as suas atividades e motivações no âmbito da sua atuação no coletivo. Perante estes resultados, ainda iniciais, e baseando-se na compreensão de Bourdieu (2011) de que não existe ato “desinteressado”, que reflexões podemos fazer? Estaremos diante daquela relação estranha com o mundo social e natural em que os agentes visam certos fins sem declará-los (BOURDIEU, 2011, p. 143)? Ou simplesmente estamos diante de uma equipe com elevado nível de desprendimento e altruísmo? De minha parte, já saio desta reflexão com um importante

ganho em relação a atingir um dos objetivos do meu trabalho, ou seja, saio conhecendo um pouco mais de pelos menos algumas das intenções mais altruístas dos integrantes do Território Criativo.

Mas, detectei também, outro tipo de “desinteresse”. Desta vez, relacionado com a organização burocrática do TC, conferindo-lhe uma curiosa particularidade. É que, para uma organização com múltiplas relações com o estado, com entidades da sociedade civil; e participando de diversas ações institucionais, o nível de informalidade do TC é algo que chama a atenção. O TC é uma organização bastante informal, sem estatuto, sem registro mais rigoroso das suas atividades e, sem CNPJ<sup>22</sup>. Se esta situação é opcional e deliberada, ou, se é uma questão vinculada às regras ainda indefinidas do espaço, tentaremos compreender com a ajuda de falas como a que se segue. Outra questão é o quanto esta condição interfere, se é que interfere, no desempenho da organização.

O território criativo não é uma instituição formal, ele é um espaço informal (...) não há ainda um modelo formatado de direção. Por exemplo, ele não é presidencialista. Mesmo na informalidade, ele não tem esse modelo presidencialista. Ele é como se fosse um colegiado, onde ele tem vários atores e todas as deliberações são consensuais. Então, o que não for consensual não é levado adiante. É assim que eu compreendo (...) a gente tem uma comunidade no facebook, nessa comunidade, todas as reuniões que a gente faz, as ações, a gente faz o registro, registro fotográfico e atas, e agente publiciza nessa comunidade. É..., a gente tem também um timbre para ofícios. Os ofícios, também, eles são minunciosamente cuidados. Porque tem os ofícios, quando a gente vai desenvolver alguma atividade com o poder público é necessário que você faça todo um protocolo, né? Você tem que fazer um ofício, tem que protocolar, tem que mandar e-mail, aquela coisa toda. Então, tudo isso a gente tem registrado. O território também já tem uma logo, uma logomarca, né. Que é a logomarca que vai para os documentos dele. Então, assim, se você quiser provar a veracidade do território, existe como provar, existem registros, existem atas, existem e-mails, né. Tem as comunidades que tão..., a comunidade que tá no facebook. E tem também o..., a participação do território criativo em reunião como a rede de economia criativa, né; atuações que, a..., atividades comemorativas como por exemplo, a semana de comemoração do hip hop que teve no ano passado, É..., reuniões com o governo. Então, assim, se você buscar em outros órgãos você vê o registro do território criativo, da participação do território criativo nessas reuniões com o poder público e outras instituições (Ana Cristina Souza. op. cit.).

Durante a pesquisa tive acesso a vários documentos do TC. No entanto, não encontrei nenhuma Ata de reunião da coordenação, dos associados, ou das instâncias deliberativas internas do coletivo, nem no *drive* que funciona como arquivo das suas atividades, nem com os seus membros, e nem na sua página no *Facebook*. Ouvi algumas Atas gravadas e ainda não transcritas. Mas, estes documentos se referem a

---

<sup>22</sup> Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

reuniões as quais o TC promoveu e ou participou, como reuniões da governança do polo de lazer e do Fórum Unificado de Lutas da Comunidade. Porém, não há registro algum de reuniões internas do coletivo. Quanto ao registro de atividades, tanto na página do *Facebook* como no *drive*, na “nuvem”<sup>23</sup> do *Google*, existem vários materiais como fotos, áudios, vídeos e entrevistas. No entanto, na página do *Facebook*, estes registros das atividades do TC, apesar de vastos e bem datados, estão misturados a outros materiais e postagens, o que pode dificultar a sua consulta. Mas, o caráter informal do TC, parece ser visto por alguns de seus membros, mais como uma consequência “natural” da sua forma de composição e organização do que como um problema a ser superado. Embora, eu encontre na fala de Marcos Rodrigues, sinais de que mudanças nesta configuração possam ser, apenas, uma questão de tempo.

Eu acho que nós ainda estamos muito informais. Ainda somos informais. A gente se autodenomina grupo, mas, a gente não tá institucionalizado, a gente, por exemplo, a gente ainda não tem um estatuto, a gente não tem uma diretoria formada, né. Não sei se vamos chegar a isso, até porque cada um de nós desempenha as suas funções nas suas instituições de origem, eu acho que já cumpre bem essa função. Então, o território criativo, hoje, poderemos, amanhã ou depois, daqui há uma semana, daqui há um mês, é..., legaliza-lo, né, do ponto de vista institucional. Mas, a gente é uma instituição de fato, mas ainda não somos de direito. Somos de fato, mas ainda não de direito. Então, a gente é como que fosse um sentimento coletivo, é..., uma ideia comprada, pensada, idealizada por todos ou por alguns, mas, que a ideia é vendida e comprada por todos. A gente comprou a ideia, a gente gostou da ideia; e a gente tem não só trabalhado aqui, como também procurado levar essas ideias para outros locais, outros bairros, outras cidades (Marcos Rodrigues op. cit.).

Marcos Rodrigues, no trecho acima, além de comentar a informalidade do TC, fala dele como um “sentimento coletivo”, uma ideia “comprada”, pensada, idealizada por todos. Uma ideia “vendida” e “comprada” por todos. Esta idealização carrega muito do simbólico que permeia todo o universo da economia criativa. O TC como símbolo de um “sentimento coletivo” e como ideia pensada por todos. Quando fiz o projeto desta pesquisa, escrevi na problematização que queria estudar os aspectos simbólicos, criativos e singulares das ações do Território Criativo. Com o avanço do estudo, estes aspectos foram emergindo de forma muitas vezes explícita e em outras vezes, implícitas e apresentadas até em formatos que chegam a lembrar a poesia. Ao mesmo tempo em que ofereceram respostas sobre o significado dessa luta para os integrantes deste grupo.

---

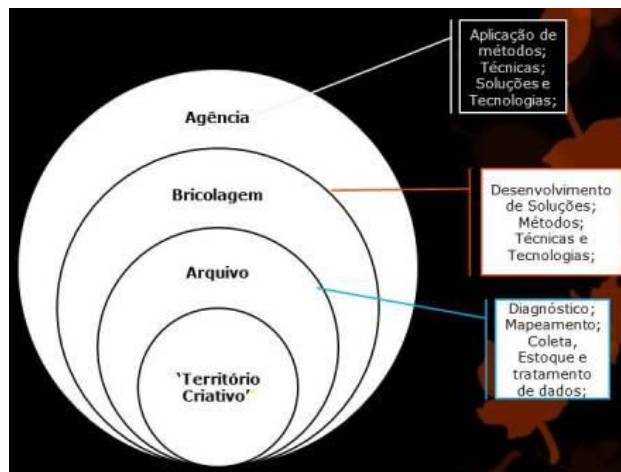
<sup>23</sup> Computação “na nuvem” ou “cloud computing” se refere a utilização de serviços de internet em qualquer lugar e independente de plataforma, através de potentes servidores que podem ser acessados por qualquer terminal autorizado.

Para além da poesia e do “sentimento coletivo” que o TC possa inspirar, espera-se, também, que ele represente uma tecnologia social, uma forma própria e inovadora de agir. Esta tecnologia, deve gerar e conservar um considerável volume de dados como parte do seu método e para embasar a sua atuação. Ao pesquisar sobre a geração, armazenamento e utilização destes dados, constatei que o TC aposta na *internet* como espaço privilegiado para arquivar os seus registros. A maior parte do seu acervo encontra-se na “nuvem” do *Google*, onde está armazenada grande quantidade de informações, com um bom número de fotos e memória de várias atividades. Em um *e-mail*, também do *Google (gmail)*, ficam arquivados os modelos de ofícios, ofícios enviados, comunicação institucional e os contatos do coletivo. Muito embora, a maior parte da *network* do TC esteja dividida nos arquivos particulares dos seus integrantes. Sobre isto, Suiany Silva nos fala:

O que a gente procura fazer enquanto território criativo pra manter o registro ativo do território é tá sempre alimentando a página no facebook do território criativo. E a gente tem também um drive, né, tem um e-mail do território criativo, e tem um drive, em que o acordo com os membros do território criativo é alimentar esse drive com coisas que os membros do território criativo vão vivendo. Então, por exemplo, se hoje eu vou acompanhar uma atividade lá no quilombo do alto alegre, eu registro essa atividade, eu faço o relatório dessa atividade, e eu coloco lá no drive. Então, o território criativo gera um arquivo do seu material de trabalho, seja ele visual, é, seja ele escrito, é, seja o que ganhe no caminho. Porque a gente acaba ganhando uma série de coisas, a gente ganha livros no caminho, a gente ganha depoimentos no caminho, então você tem um material que vai para além do material, é, é, físico. E tem também um material que é, que não é palpável que é um material de experiência, e aí esse material ele tá no campo mais subjetivo e ele é trocado entre si dentre os membros do território criativo (Suiany Silva. op. cit.).

O Território Criativo se auto define como uma tecnologia social em formação e que segue um método que pode ser representado pelo seguinte organograma:

Figura 02 – Organograma da tecnologia social Território Criativo



Fonte: Acervo particular. Disponível no *drive* do TC

Então, ele se articula, é..., no tripé de..., agência..., no tripé agência, bricolagem, e..., eu esqueci a terceira palavra que eu ia dizer (Suiany Silva. op. cit.).

A terceira palavra, esquecida por Suiany Silva, no trecho de fala acima, é “arquivo”. O Território Criativo tem como base das suas ações a criação, consulta e manipulação do seu arquivo que funciona como ponto de partida e ou retaguarda, dependendo do tipo de trabalho a ser realizado. O que o TC chama de arquivo, na verdade, parece mais uma coleção de arquivos. E é composto por um amplo e diverso conjunto de informações e fontes que incluem, lista de contatos e *network* dos seus componentes, banco de tecnologias sociais conhecidas, dados sobre projetos e comunidades, catálogo de políticas públicas, vídeos e *links* de áreas relacionadas com economia criativa, empreendedorismo social e tecnologias sociais; fotos e matérias; e tudo o que os ativistas deste coletivo julgarem necessário para o desenvolvimento das suas ações.

Tudo isto funciona, e só é percebido na sua totalidade, em rede. É quando é requisitado, que o arquivo realmente “se monta” e pode ser percebido na sua totalidade (Entrevistado 1. op. cit.).

Na opinião do Entrevistado 1, as informações contidas no arquivo do TC, servem de base para a criação de soluções destinadas a responder às demandas que surgem das comunidades atendidas e dos seus desafios cotidianos. A construção dessas

soluções é feita, segundo ele, por meio da combinação meticulosa de tecnologias sociais, experiências comunitárias, contatos estratégicos e adaptação de metodologias e ferramentas disponíveis no arquivo. Essa forma de combinar estes elementos para gerar os produtos necessários, o TC apresenta como um tipo de “bricolagem”. Diante disto, considere pertinente comparar esta concepção com a visão de Claude Lévi-Strauss.

O bricoleur é o que executa um trabalho usando meios e expedientes que denunciam a ausência de um plano preconcebido e se afastam dos processos e normas adotados pela técnica. Caracteriza-o especialmente o fato de operar com materiais fragmentários já elaborados, ao contrário, por exemplo, do engenheiro que, para dar execução ao seu trabalho, necessita da matéria prima. (Nota de Almir de Oliveira Aguiar e M. Celeste da Costa e Souza, tradutores da 1ª edição de “O PENSAMENTO SELVAGEM”, de Claude Lévi-Strauss pela editora Nacional. 1976).

Lévi-Strauss (2010) apontava semelhanças entre o pensamento mítico - que ele via como tendo como característica a expressão auxiliada por um repertório de composição excêntrica, e que apesar de extenso, continua limitado - e a atividade do *bricoleur*. Ou seja, o pensamento mítico como uma espécie de “bricolagem intelectual”. A reflexão mítica podendo alcançar no plano intelectual, resultados brilhantes e imprevistos, tal qual o *bricoleur* os alcançava no plano técnico. Arranjar-se com os “meios-limites” seria a regra do jogo do *bricoleur*, que não subordina nenhuma das várias e diversas tarefas para as quais está apto, à obtenção de matérias-primas e/ou de utensílios concebidos e procurados na medida do seu projeto. O universo instrumental do *bricoleur* é fechado. Com base no que pode ser visto como uma analogia empregada pelo TC, cabe perguntar, fechado dentro do seu arquivo, o universo instrumental do Território Criativo se assemelha ao do *bricoleur*? E nenhuma das tarefas, a que se dispõe o TC, está subordinada a matérias-primas necessárias para a sua realização? Se respondidas satisfatoriamente, estas indagações podem determinar o alcance desta analogia. No entanto, não penso que esta questão seja determinante para este estudo. E tampouco considero que a percepção de Lévi-Strauss (2010) seja a única possível em relação à bricolagem.

Mas, é bem verdade que o TC geralmente conta, para cada tarefa, com um conjunto finito de “utensílios” e materiais excêntricos, armazenados no seu arquivo, como o registro de uma criação de um inventor popular que fabricou um cata-vento com partes de barris de plástico, madeira, uma cadeira velha e outros materiais improvisados para bombear água. E que pode ser utilizado como inspiração e ou mesmo reproduzido para solucionar determinado problema de abastecimento de água numa dada



comunidade; uma tecnologia que se utiliza de fungos para degradar garrafas PET<sup>24</sup> e que pode ser mobilizada para atender a alguma demanda ambiental de qualquer lugar; uma nova técnica de planejamento e ou partes dela; ou ainda, uma nova forma de cultivo de produtos orgânicos com inspiração holística, enfim.

Também é verdade que, a priori, estes “utensílios” não guardam relação com o “projeto do momento”, ou mesmo com qualquer projeto específico do TC. Eles estão lá, catalogados, guardados entre os seus registros. E poderão ser requisitados ou não, diante de determinada necessidade que surgir no dia-a-dia dos seus agentes. Acompanhei algumas intervenções do TC e registrei algumas práticas, das quais, cito o caso do quilombo do Alto Alegre em Horizonte - CE, onde a comunidade queria montar uma proposta de turismo social e ecológico a partir de uma trilha por lugares sagrados dos antepassados escravos, mas não sabiam quase nada sobre este ou qualquer outro tipo de turismo. Realizavam a trilha de forma muito improvisada e tendo prejuízos a cada tentativa. E coube à equipe do TC buscar no seu arquivo as ferramentas para ajudar a construir este empreendimento.

Da sua *network* saiu o contato e a visita de uma ativista do meio ambiente que, coincidentemente, também tinha relações com uma rede de turismo comunitário e, visitou e aconselhou a comunidade. Da experiência pessoal de dois dos seus integrantes, vieram horas de consultoria *pro bono* na forma de conversas sobre estratégias de sustentabilidade. Da atividade de acompanhamento de estudantes estrangeiros, em pesquisa no Brasil, realizada por um membro do TC, vieram alguns visitantes que experimentaram a trilha. Desta forma, de um conjunto de “utensílios” limitados e que, a princípio, não necessariamente guardavam relação com o trabalho a ser realizado, se criou as condições para atender a determinada demanda da comunidade. Tal forma de atuação aponta para a execução dos trabalhos sem um plano preconcebido, e para a operação com materiais fragmentários já elaborados. Estas características da ação do TC, guardam certa semelhança com a forma de atuar do *bricoleur* descrita por Lévi-Strauss (2010). Afinal, o TC, como o *bricoleur*, se volta para uma coleção de resíduos de obras humanas para construir as suas tecnologias sociais e as suas soluções comunitárias. Esses resíduos podem ser tecnologias sociais, técnicas, contatos, experiências, invenções, talentos, vivências, dados. E isto, tanto do ponto de vista coletivo, como também, do ponto de vista dos seus componentes, individualmente.

---

<sup>24</sup> Materiais feitos à base de polietileno tereftalato.

No entanto, ver neste tipo de intervenção algo como uma “bricolagem intelectual”, tal qual, Claude Lévi-Strauss viu no pensamento mítico, pede certa dose de imaginação. Seja como for, o TC compreende que o segundo passo do seu método de ação é o processo de “bricolagem”, executado a partir do acervo de que dispõe em seu arquivo e, que se trata deste conjunto de dados, experiências, técnicas, contatos e tecnologias, que podem a qualquer momento, como no caso do Quilombo do Alto Alegre, ser requisitados para uso, como parte de soluções para demandas de comunidades e projetos. No trecho abaixo, o Entrevistado 1 descreve um passo-a-passo que inclui a referida bricolagem.

A gente parte do que armazenamos nos nossos arquivos. Quando chega uma demanda, por exemplo, oferecer uma solução para o desenvolvimento local de uma comunidade qualquer. Nós, é, a gente realiza um diagnóstico dessa comunidade para entender o que tem lá, quais são as potências do lugar e o que falta para acionar o desenvolvimento. Depois a gente consulta o arquivo, vê tipos de tecnologias e ferramentas que foram usadas em casos parecidos, consulta os nossos contatos, e pensamos uma proposta a partir dessas informações de que dispomos. Feito isso o trabalho de bricolagem tá pronto. O próximo passo é levar a proposta pra comunidade e fazer os ajustes e mudanças que a comunidade quiser. Só que, aí, já é o terceiro passo (Entrevistado 1. op. cit.).

O terceiro passo da tecnologia social Território Criativo é a “agência”, que é apresentada no trecho acima da fala do Entrevistado 1 como, “levar a proposta pra comunidade e fazer os ajustes e mudanças que a comunidade quiser”. O “agir” dos membros do TC nas comunidades é encarado aqui como parte do método de ação do coletivo. Nesta fase do trabalho, as suas habilidades criativas relacionadas com fluência de ideias, flexibilidade na identificação de soluções de diferentes perspectivas e originalidade para encontrar respostas incomuns, podem ser bastante exigidas. É que, mesmo partindo com um diagnóstico da comunidade a ser atendida, e com uma relação de possíveis ferramentas a serem utilizadas - como previsto na fase anterior do seu método de ação - a comunidade é sempre surpreendente e apresenta novos e inesperados desafios para os agentes do TC. Um desses casos, é o ocorrido com o Centro Cultural Patativa do Assaré (CCPA), no Conjunto Ceará. O CCPA - que abriga, ao mesmo tempo, empreendedores, artistas e produtores culturais da região - é um dos principais equipamentos componentes do Polo Criativo que o TC está implantando neste bairro. Um equipamento tão importante para o coletivo e para as suas ações, figura permanentemente no centro das atenções desta organização.

Porém, surpreendentemente, este equipamento, junto com uma área de aproximadamente um hectare do polo de lazer do Conjunto Ceará, foi posto à venda, na forma de uma licitação pública, pelo Governo do Estado, através da COHAB-CE, sem que o TC, e a comunidade, tomassem conhecimento antecipado. Esta situação inusitada torna inadequados, insuficientes e ou obsoletos os “utensílios” e ferramentas que os membros do TC previram para a sua atuação em relação ao Polo Criativo, e obriga a sua equipe a encontrar novas respostas diante do novo cenário que se impõe. Assim, a atuação “na ponta”, a agência do TC, é a fase da sua tecnologia que mais exige dos seus membros, competência e visão estratégica, além da capacidade de agir sob pressão e liderar os comunitários na busca por soluções para problemas que podem “chegar sem avisar”.

Neste contexto, identifico que, no caso singular do Polo Criativo, a agência do TC tem como uma das suas tarefas mais importantes, a geração de uma rede de vínculos capazes de produzir ganhos materiais e simbólicos. O Polo Criativo tem a sua existência e o seu desenvolvimento, condicionados à formação e alimentação de um estoque permanente de “capital social”. E nos episódios que acompanhei, inclusive no caso da tentativa de venda do CCPA pelo Governo, foi graças a uma extensa rede de vínculos, que o TC movimentou, que os seus membros conseguiram reagir diante das surpresas e adversidades que encontraram na sua frente, e articular soluções diante de cenários incertos e ameaçadores. Foi assim que a venda do CCPA foi suspensa, com a arregimentação de vários grupos culturais para ocupar o equipamento, protestar contra a sua venda e pressionar o Governo. E com a mobilização de parlamentares (deputados e vereadores) e agentes governamentais (secretários estaduais e municipais e a Vice-Governadora), além da sensibilização de setores da comunidade. Não vejo como o TC pudesse conseguir êxito nesta questão, sem este conjunto de recursos vinculados a uma rede duradora de relações a que Bourdieu (1980) chamou de “capital social”.

O capital social é o conjunto dos recursos atuais ou potenciais vinculados à posse de uma rede duradora de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento; ou dito de outro modo, o pertencimento a um grupo, tanto quanto a um conjunto de agentes que possuem não só propriedades comuns (capazes de ser percebidas pelo observador, pelos demais e por eles mesmos) sendo que estão também unidos por vínculos permanentes e úteis. Estes vínculos não podem reduzir-se às relações objetivas de proximidade e ao espaço físico (geográfico) ou incluso no incluso no espaço econômico e social porque se baseiam em intercâmbios que não podem se separar desde um ponto de vista material ou simbólico e cuja instauração e perpetuação supõem o reconhecimento de afortunada proximidade. Em consequência, o volume de capital social que possui um

agente social depende da extensão da rede de vínculos que este pode, efetivamente, movimentar. Assim como do volume de capital (económico, cultural ou simbólico) que cada um daqueles a que está vinculado possuam (BOURDIEU, 1980, p. 83-84).

Contudo, formar estoques de capital social no polo de lazer do Conjunto Ceará não parece ser tarefa fácil. Tendo-se em mente que estamos falando de uma área bastante estigmatizada. Lembremos então que Goffman (1988) fala do termo “estigma” na perspectiva de um atributo profundamente depreciativo. Um estigma, como um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo que, enquanto estigmatiza um, confirma a normalidade de outrem. Paiva (2014) estudou o bairro Bom Jardim na periferia de Fortaleza na perspectiva de um território estigmatizado, considerado violento e perigoso em relação a outros bairros da mesma cidade que supostamente seriam mais seguros e calmos. Estudei o seu trabalho, buscando auxílio para compreender algumas questões envolvendo o polo de lazer, que eu percebia como tendo ligações com estigma.

E partindo desta leitura, constatei que, no caso do polo de lazer do Conjunto Ceará, o estigma ganha outras nuances. O local é considerado violento e perigoso, não só em contraste com outros bairros da cidade, onde residem os mais pacificados e ou de poder aquisitivo melhor. Mas, também, em relação a outras áreas do próprio bairro. É que, o polo de lazer é visto por segmentos mais conservadores do Conjunto Ceará, como local frequentado, principalmente, pela juventude. E pela juventude alternativa, *underground*, *skatistas*, *hip hoppers*, roqueiros, moradores de rua e jovens vindos das comunidades vizinhas. Todo um público que os mais conservadores consideram diferente dos “cidadãos de bem”, aqueles que, preferencialmente, frequentam a igreja, os *shopping centers* e os restaurantes fora da comunidade, justamente por considerar o bairro, em especial o polo de lazer, como violento e perigoso. Este tipo de opinião pode ser encontrado facilmente nas redes sociais em páginas como “Conjunto Ceará da depressão”<sup>25</sup> e em vários outros espaços similares. É neste cenário que o TC tem que atuar, buscando apresentar a partir do acervo do seu arquivo e da sua bricolagem, soluções que contribuam para estratégias de criação, manutenção e reprodução de relações sociais utilizáveis a curto e longo prazo.

O Polo Criativo do Conjunto Ceará vem se estabelecendo, desde 2012, por meio da tecitura de relações sociais embasadas na confiança e na colaboração, que os diversos atores locais vêm construindo no polo de lazer e no bairro como um todo. Os variados

---

<sup>25</sup> Disponível em <https://www.facebook.com/Conjunto-Cear%C3%A1-da-depress%C3%A3o-488396334556500/?fref=ts> e acessada em 02 de maio de 2016.

interesses políticos, econômicos e sociais, presentes no polo de lazer, têm sido administrados a partir da criação da governança, de forma a mediar os conflitos, encontrar os pontos comuns e gerar confiança entre os agentes sociais. Além do que, possuir governança própria é também um dos elementos referenciais para se identificar, segundo Lima (2012), um polo criativo. Sobre a governança, vejamos o que nos diz o trecho do seu Termo de Reconhecimento e Adesão, exposto a seguir. Este documento serve de referência para incluir organizações na gestão compartilhada do polo de lazer do Conjunto Ceará.

[...] Funcionar como um espaço democrático de busca de consensos e sem hierarquia entre os seus participantes e entre estes e os demais usuários, trabalhadores e frequentadores do polo de Lazer do Conjunto Ceará, priorizando uma estrutura de gestão horizontalizada sem chefes e ou subordinados (Trecho do Termo de Reconhecimento e Adesão à Governança do Polo de Lazer do Conjunto Ceará assinado pelas entidades que compõem a Governança e pelo secretário da SERV).

A governança do polo de lazer, nasce em meio a um cenário turbulento de conflitos internos relacionados com a ocupação do espaço público por comerciantes; perceptível abandono e conseqüente degradação do espaço físico; pouca colaboração entre os usuários do polo; relações de poder que emanam desde o poder público que, segundo membros do TC, não investe, mas quer ordenar unilateralmente o local; passando pelos comerciantes e líderes políticos e sociais mais influentes; e indo até os traficantes que fazem uso do espaço como ponto de venda de drogas, e acabam protagonizando “acertos de conta”, se envolvendo em delitos, e provocando incidentes que intensificam o estigma do polo de lazer como violento e perigoso. Todos estes, são desafios constantes que se apresentam para quem desejar cumprir papel de protagonista na organização do polo de lazer do Conjunto Ceará. E o TC, parece cada vez mais envolvido com este papel. Desta forma, a criação de uma entidade com gestão horizontalizada, sem chefes e ou subordinados para funcionar como espaço de busca de consensos entre os usuários do polo de lazer, ou seja, a governança, pode realmente significar uma conquista importante.

Identifiquei, com esta pesquisa, que há certa disposição do TC e das organizações que ele lidera junto ao Polo Criativo, em favorecer o aumento da presença no polo de lazer, de detentores de capital cultural (BOURDIEU, 2007). observei o Território Criativo se esforçando para atrair pesquisas e atividades universitárias para esta área, por meio de conversas constantes com professores e alunos universitários e pelo incentivo aos seus próprios integrantes, que também frequentam a universidade, a

direcionarem os seus estudos, e pesquisas acadêmicas, para a própria comunidade; e promovendo constante divulgação das atividades culturais e sociais do polo de lazer, nas páginas e grupos relacionados com as universidades nas redes sociais. A presença da universidade como parceira é outro elemento decisivo para o reconhecimento de um polo criativo (LIMA 2012). E também, os detentores de capital cultural representam mão de obra qualificada para os fazeres da economia criativa, além de serem potenciais consumidores para produtos culturais e criativos. Isto, pode explicar o esforço.

Em suma, entendo o Território Criativo como uma organização da sociedade civil, que atua no polo de lazer do Conjunto Ceará, visando criar uma plataforma de desenvolvimento local baseada na economia criativa. Esta plataforma, assume a figura de um Polo Criativo, que funciona como um centro de articulação de ações comunitárias e políticas públicas relacionadas com a economia criativa e com o desenvolvimento local. Um dos objetivos da minha pesquisa, diz respeito a conhecer as conexões entre a atuação do TC, o passado histórico do Conjunto Ceará, e a expectativa de futuro que este grupo alimenta em relação ao local. Para atingir este objetivo considero imprescindível dirigir, mais atentamente, a minha exploração científica para o polo de lazer do Conjunto Ceará.

#### 4. O POLO DE LAZER DO CONJUNTO CEARÁ

O Polo de Lazer do Conjunto Ceará, surge no ano de 1990, através de uma ação do Governo do Estado do Ceará<sup>26</sup>, que transformou a área central do bairro em “área institucional”<sup>27</sup>. Um quadrilátero situado entre as avenidas Ministro Albuquerque Lima (Av. Central), Avenida Alanis Maria Laurindo de Oliveira (Av. B), e Rua 602 (atualmente, a Governança do polo criativo considera este limite como a Av. A) na primeira etapa do Conjunto Ceará.

Palco dos principais eventos culturais e políticos da comunidade, um lugar que desperta sentimentos e visões diferentes, contraditórias e até antagônicas nos moradores, visitantes e nos seus frequentadores habituais. Ao estudar o bairro Bom Jardim, situado na periferia de Fortaleza e vizinho ao Conjunto Ceará, em seu livro “*Contingências da Violência em um Território Estigmatizado*”, Paiva (2014, p. 81) nos diz que os poderes públicos costumam ver as periferias das grandes cidades como uma espécie de “mancha” na estrutura da cidade. A “mancha”, aqui citada, se refere a forma como estes agentes públicos tratam os problemas sociais desses lugares. É, portanto, um termo negativo e potencialmente pejorativo. O polo de lazer do Conjunto Ceará, situado na periferia da mesma cidade e bem próximo da área estudada por Paiva, não foge deste estigma (GOFFMAN,2012). E, vez ou outra, é tratado desta forma pelas autoridades públicas. Como conta Ana Cristina Sousa, no trecho abaixo:

“[...] na reunião (com o secretário da secretaria executiva regional V/SERV da Prefeitura de Fortaleza), ele falou que por ele, cercava o polo, passava o trator e derrubava tudo aquilo pra começar de novo, do nada (Ana Cristina Souza, articuladora do TC, falando sobre uma reunião na sede da Secretaria Executiva Regional V que discutiu a situação do Polo de Lazer do Conjunto Ceará).”

Sobre a postura atribuída por Ana Cristina Sousa ao titular da Secretaria Executiva Regional V, cabe analisar se o Secretário não estaria vendo o polo de lazer como uma “mancha” a ser removida da estrutura da cidade. E se o objeto da remoção,

<sup>26</sup> blog “Conjunto Ceará”. Disponível em <http://conjceara.blogspot.com.br/>, acessado em 12 de novembro de 2015.

<sup>27</sup> É o percentual da área objeto de parcelamento, destinada exclusivamente a implantação de equipamentos comunitários para usufruto da população. (Lei Municipal Nº 7987 DE 23 de Dezembro de 1996). Não encontrei lei similar da época em que o Polo Metropolitano Luiz Gonzaga do Conjunto Ceará foi criado. Usei essa lei como referência, pois corresponde à descrição que obtive de pessoas que acompanharam, na época, a criação do polo de lazer.

nesse caso, não seria a parte viva, social e cultural do espaço. Ao conversar com Ana Cristina Sousa, ouvi que a motivação do Secretário para adotar tal postura, poderia ser consequência de um desentendimento entre ele e os agentes locais, durante uma audiência pública da Câmara Municipal de Fortaleza (CMFor) realizada no Conjunto Ceará, no dia 07 de outubro de 2013, em que a comunidade e a Prefeitura divergiram publicamente sobre a proposta de reordenamento do polo de lazer, defendida pelo Secretário e considerada unilateral e arbitrária pela comunidade. Devido a isto, o gestor teria passado a enxergar a população atuante no polo de lazer como um empecilho, algo indesejado, uma “mancha” na estrutura da cidade.

Retomando a linha trabalhada por Paiva (2014), também podemos encontrar moradores, trabalhadores, frequentadores do polo de lazer e agentes do poder público, que o veem como uma “mancha” relacionada com a insegurança, como em “lugares onde a segurança de seus moradores e de outras pessoas está em risco” (PAIVA 2014, p. 81). Esta visão acabou objetivada nas ações da Prefeitura de Fortaleza, quando esta tentou “fechar” o polo de lazer, proibindo a venda de bebidas alcoólicas, numa área que há aproximadamente quarenta anos, funciona como “área boêmia”. Tal medida, baseada na lei municipal nº 9.477 de 09 de abril de 2009<sup>28</sup> que, entre outras providências, proíbe a venda de bebidas alcólicas em praças públicas, é entendida pelos agentes criativos do polo de lazer, como baseada na noção de que, esvaziar os locais públicos da periferia diminuiria as possibilidades de ocorrência de violência. E resistir a essa noção, foi, justamente, a principal motivação da comunidade para convocar a audiência pública da CMFor que, segundo Ana Cristina Sousa, pode ter irritado o secretário. E pode ter levado o mesmo a ver o polo de lazer como uma “mancha” na estrutura.

Eu ainda acompanharia uma outra situação parecida com esta. Algo semelhante aconteceu. Desta vez, protagonizado pelo comandante da polícia militar, do 6º Batalhão, que expediu uma ordem para que os quiosques, do polo de lazer, não vendessem bebidas em garrafas, durante o evento “Aniversário do Conjunto Ceará”. A alegação era de que o local era perigoso, e que, retirar as garrafas de vidro daquele espaço, diminuiria os riscos de violência durante o evento. É o estigma de lugar violento e perigoso funcionando como uma espécie de medidor das possibilidades da violência se manifestar (PAIVA, 2014, p. 28). Acompanhei uma conversa entre um integrante do TC e o organizador do evento, onde o primeiro lembrou que tal medida não costuma ser

---

<sup>28</sup> Disponível em <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=174796>, acessada em 08 de julho de 2009.



adotada em outras áreas da cidade, como nos espaços frequentados pela classe média, a exemplo do bar do Pitombeira no Benfica, que funciona ao lado de uma escola pública, o que a mesma lei proíbe. Ou, na Praia de Iracema. E que, esta ação apresenta conotações preconceituosas e prejudica a imagem do lugar. Goffman (2012), diz que, em se tratando de estigma, tende-se a inferir uma série de imperfeições a partir da imperfeição original do estigmatizado. Sendo assim, o fato de considerar o polo de lazer um espaço perigoso e violento, pode ter levado a autoridade pública a inferir que o vidro das garrafas de bebidas, estando disponível durante a aglomeração ocasionada pelo evento, poderia ser usado pelos frequentadores daquele espaço, para atos violentos e perigosos.

O TC luta contra o estigma do polo de lazer, e tenta contrapor à imagem de perigoso e violento, à visão do espaço como um local criativo e atraente pela sua diversidade e efervescência cultural. Em boa parte, o sucesso do Polo Criativo pode estar vinculado à condição de se conseguir reverter este estigma. Afinal, um lugar perigoso terá mais dificuldade para criar e manter estoques de capital social. Um espaço violento tenderá a afastar o público e os consumidores de produtos criativos. A imagem de perigoso, poderá dificultar a consolidação do Polo Criativo. Estas são boas justificativas para a pronta ação dos membros do TC, que diante do impasse, telefonaram para o organizador do evento, e para o Secretário da Secretaria Executiva Regional V, reclamando da medida, e pressionando para a sua suspensão. Além de mobilizarem parlamentares (um vereador e um deputado) para comparecerem, junto com referências comunitárias, ao polo de lazer, e apoiar os comerciantes, no dia da festa. A mobilização deve ter desmotivado o comandante, que não apareceu para cumprir a sua proibição.

Se por um lado, existe uma forte tendência por parte de setores da comunidade, e até de autoridades da esfera pública, a reforçar o estigma do polo de lazer. Por outro lado, várias organizações sociais, culturais, esportivas e comerciais, com atuação neste lugar, o consideram um espaço privilegiado de cultura, arte, socialização e criatividade. E foram alguns destes agentes que se juntaram, sob a liderança do TC, para dar vida e forma ao Polo Criativo. Que aliás, é o ente, através do qual, o TC e as demais organizações do polo de lazer, agem na maioria destes casos que dizem respeito a este lugar.

A pesquisa me levou a desenvolver uma visão dual em relação ao polo de lazer. Eu o vejo como, pelo menos, dois polos distintos: o polo estigmatizado como um local

violento e perigoso, e que alguns acham que deve, como uma “mancha”, ser removido da comunidade; e o polo criativo, vivo, positivo, inclusivo e catalisador do desenvolvimento desta mesma comunidade. Em torno do que seriam esses dois polos, se arregimentam diversas opiniões, agentes e ações, que se envolvem num conjunto de lutas simbólicas (BOURDIEU, 1989) que impactam na classificação do local.

Os agentes sociais que atuam no polo de lazer, também lutam por diferenciação social para si, e para o próprio espaço. E estas lutas, de certa forma, são mediadas pela economia dos bens simbólicos. Quanto mais capital simbólico o polo de lazer puder atrair, e manter sob sua influência, mais ele se distanciará do estigma e se aproximará do ideal de polo criativo, vivo e positivo. Para tanto, serão necessárias ações que favoreçam o aumento do capital simbólico dos atores sociais que agem no polo de lazer – sejam elas, ações comunitárias ou políticas públicas - e a atração de mais detentores deste tipo de capital para a órbita do Polo Criativo. Esta, parece ser uma questão crucial, no tocante a ação do TC neste local. Como também, volta a evidenciar a hipótese da qual parti para realizar esta pesquisa. Ou seja, de que a comunidade do polo de lazer do Conjunto Ceará, precisa do reconhecimento público como Polo Criativo, para consolidar a sua identidade e impulsionar o seu desenvolvimento.

Um dos objetivos, específicos, deste estudo, é conhecer as conexões entre a atuação do Território Criativo, o passado histórico da comunidade, e a perspectiva de futuro que este grupo alimenta em relação ao local. Essa tarefa, me levou a procurar mais informações sobre o próprio Conjunto Ceará. Uma das fontes consultadas foi o *blog* “conjuntoceara.blogspot”, que informa que, o bairro, situado na região Oeste de Fortaleza, foi entregue e inaugurado pela COHAB-CE no ano de 1977. E que os limites atuais do Conjunto Ceará, e sua transformação de conjunto habitacional em bairro, foram definidos pela Lei Municipal 6.504 de 11 de outubro de 1989. Em seu artigo primeiro ficava, então, estabelecido:

Fica criado o Bairro Conjunto Ceará, desmembrando-o da jurisdição do Bairro Granja Portugal com os seguintes limites: ao Norte, a AV. J (Jurema Via Férrea Caucaia); a Leste, as Avenidas E e D (Área Verde e Pq. Genibaú); a Oeste, a AV. H (Granja Portugal); e ao Sul, a Avenida I.

Esse, é o segundo maior conjunto habitacional construído pela COHAB no Ceará, com um total de 8.669 habitações, dividido em quatro etapas. O maior conjunto habitacional é o Conjunto Jereissati, que foi entregue em 1985 com 5.000 unidades

habitacionais, recebeu mais 5.000 com a entrega do Jereissati II, em 1986, e com a entrega do Jereissati III, recebeu ainda 1.334 unidades habitacionais. No entanto, é comum ouvir de alguns moradores, que o Conjunto Ceará é o maior conjunto habitacional da América Latina. O Conjunto Ceará localiza-se, mais precisamente, no lado Sudoeste da cidade de Fortaleza, tem como limites, o distrito da Jurema, do município de Caucaia-CE ao Oeste; ao Leste, o Bairro João XXIII; o Bairro Granja Portugal, ao Sul. E, ao Norte, o Parque Genibaú. São 303 ruas e 10 avenidas<sup>29</sup>.

O Conjunto Ceará foi planejado na década de 70, com o objetivo de amenizar a grande concentração populacional motivada pelo êxodo rural, abrigando assim muitas famílias oriundas do interior. Contudo, a grande procura por habitação de baixo custo, a escassez de moradia, o apadrinhamento e a ingerência política fizeram com que a população do Conjunto Ceará fosse constituída tanto por pessoas advindas do interior e que pagavam altos aluguéis na capital, quanto por aquelas que recorriam a “padrinhos” políticos. (VIEIRA, 1996, p.12).

Figura 03 – Vista panorâmica do Conjunto Ceará.



Fonte: Acervo particular Junior M.

Ao conversar com referências comunitárias, é comum ouvir a expressão “bairro dormitório”, para caracterizar o Conjunto Ceará como um bairro de trabalhadores que passam o dia fora trabalhando em outros bairros e, só retornam à noite para dormir. A expressão é também utilizada para dizer que o bairro não aceitou essa condição, e por isso, foi inventando a sua vida cultural, social e econômica, para gerar alternativas de diversão, sociabilidade, comércio e lazer, a despeito das ações governamentais.

Aqui, quando tudo começou, era só mato. Local de ‘desova’. Só tinha uma linha de ônibus e a gente tinha que andar muito a pé do final da linha para as nossas casas, muita lama. Mais aos poucos nós fomos criando tudo. A igreja (católica) foi muito importante. Lá é que se criaram os primeiros grupos de jovens que deram início às primeiras festas nos centrinhos, no salão

<sup>29</sup> Planta Numerada/Partido Urbanístico. COHAB-CE, Fortaleza: 1973. Disponível no acervo particular de Marcos Rodrigues.

paroquial, depois no CSU e nas escolas. Também criamos a festa junina, chegamos a construir a primeira quadra para as quadrilhas dançarem; construída com o dinheiro da comunidade; pedindo um saco de cimento a um depósito; uma ajuda a um comerciante. Essa quadra deu origem ao polo de lazer. Não só ela, mas também os quiosques, que na época eram barracas de madeira e junto com as banquinhas de bombom e cigarros atendiam aos usuários dos ônibus que a essa altura já tinha o final da linha ali de frente para o prédio da COHAB (hoje sede do TC). A gente foi inventando muita coisa, os reisados que até hoje ainda acontecem, a grande festa junina, o Pedro criou o espaço cultural Shangri-lá ali por detrás da delegacia onde hoje funciona o Maculelê que é dele também. A gente costumava dizer que até uma pessoa batendo numa lata fazia juntar gente nesse lugar que hoje é o polo. Aqui teve show dos trapalhões, do Tom Cavalcante, do Fagner, do Zezé di Camargo. Eventos grandes com mais de cem mil pessoas. A gente não aceitou ser só bairro dormitório não. A gente criou uma cidade dentro de outra cidade. (Carlos Silva, 54 anos, comerciante. Entrevista concedida em 23 de novembro de 2015).

O conteúdo da fala, acima, pode ser encontrado em inúmeras outras, dos moradores e ativistas sociais mais antigos do bairro. É possível perceber um sentimento de construção coletiva em relação à comunidade. Essas pessoas sentem e externalizam que elas, bem mais do que o governo, construíram o Conjunto Ceará. Holston (2013), ao escrever sobre cidadania insurgente, diz que as periferias constituem um espaço de construtores da cidade e de sua cidadania desbravadora. O autor fala que ao construírem as suas casas, as pessoas se tornam proprietários e consumidores, seja de material de construção, ou, elétrico, móveis, eletrodomésticos, serviços de água, luz, gás, etc. E assim, passam a exercer outro nível de cidadania e de reivindicação de direitos, a partir da sua condição objetiva. A descrição feita por Holston, parece mais adequada para aqueles moradores que ocupam áreas, constroem barracos, transformam esses barracos em casas de tijolos, e vão construindo o bairro em si, com muita luta, e resistência ao abandono, e até agressão física e legal do Estado. No caso do Conjunto Ceará, os moradores receberam as casas “prontas”.

Numa área de 202 hectares de terrenos distribuídos em quatro etapas. A primeira etapa (ou Ceará I) foi entregue em 1977 com 966 casas. A segunda etapa (Ceará II) foi entregue em 1978 com 2.516 casas. Em 1979, a terceira etapa (Ceará III) foi entregue com 2.037 casas. Finalmente, em 1981, a quarta etapa (Ceará IV) foi entregue com 3.150 casas, totalizando 8.669 casas padronizadas em A, B, C, D e E. A estrutura geral manteve o mesmo padrão para todas as casas com relação à pintura (a cal), telhado, portas e janelas. (Informações divulgadas pelo CENSO realizado pelo Conselho Comunitário do Conjunto Ceará, em 1998, com Assessoria Técnica de Estatístico do IBGE).

No entanto, o sentimento de serem “construtores”, pode ser percebido nas falas de alguns dos moradores mais antigos. E, segundo eles, as casas não estavam tão “prontas” assim. Muitas das primeiras unidades apresentavam rachaduras, e as paredes se desfaziam devido à qualidade dos materiais de construção utilizados. O mesmo acontecia, e acontece, com as ruas de calçamento, e com as avenidas de paralelepípedo (estas últimas, foram recentemente asfaltadas<sup>30</sup>). Desta forma, coube à comunidade exigir junto aos governos, melhorias na infraestrutura, enquanto, com os seus próprios esforços e investimentos, reconstruía, ou, terminava de construir, as moradias.

Analisando as falas de moradores antigos do Conjunto Ceará, e sobretudo, refletindo sobre os discursos de ativistas do movimento popular, com quem tive a oportunidade de passar muitas horas conversando, ao longo deste trabalho, terminei por inferir que o movimento comunitário, desde o início, atuou em duas frentes distintas e complementares: em uma frente, lutou por estrutura, melhoria das casas, urbanização, construção de espaços de lazer, de saúde e de sociabilidade, melhoria nos transportes e na segurança. Em outra frente, apostou na mobilização em torno da produção cultural, trabalhando com artistas e grupos, que terminaram por forjar uma identidade cultural relacionada, principalmente, com o polo de lazer como espaço de resistência e centro das lutas políticas e simbólicas da comunidade. E que desse esforço, fez surgir expressões culturais como o Feirarte (feira cultural multi-linguagens); o espaço cultural Shangri-lá; a tradicional Festa Junina; os dois espaços culturais KUARUP; o bar Falanstério; o Movimento Hip Hop do estado; duas micaretas, Perifolia e Cearafest; e revelou artistas como Cacá Maciel, Rozamato, Heleno Araújo, Acauã, Banda Flor da Fúria, Banda Santa Inocência entre outros que ainda atuam na cena cultural e que tiveram o polo de lazer como berço.

É esta trajetória histórica e cultural que aparentemente empresta força ao polo de lazer como representação simbólica das identidades do Conjunto Ceará. E que também pode ajudar a entender as conexões entre a atuação do TC – que tem no polo de lazer o seu espaço preferencial de intervenção nesta comunidade - e o passado histórico do bairro.

---

<sup>30</sup> Nos meses de abril, maio e junho de 2016 todas as avenidas do Conjunto Ceará receberam cobertura asfáltica. A ação da Prefeitura de Fortaleza recebeu críticas de alguns setores da comunidade (entre eles, o TC) que compreendiam as avenidas de paralelepípedo como parte do patrimônio histórico do bairro, mas foi aprovada e festejada pela maioria dos que se manifestaram sobre o assunto nas redes sociais através das comunidades que tratam do Conjunto Ceará.

Aqui foi onde tudo começou, desde... que a gente criou o Shangri-lá, organizou os artistas, fez os primeiros protestos, as primeiras lutas, foi aqui no polo. Naquele tempo num era polo, né. Depois é que virou polo de lazer. Mas foi aqui que aconteceu as lutas e os eventos mais importantes do Conjunto Ceará. Isso aqui é o coração político e cultural do bairro, né. (Pedro Araújo, 56 anos. Conversa realizada em 23 de novembro de 2015).

Porém, ao consultarmos, as redes sociais, comunidades e alguns grupos virtuais, nos deparamos com visões divergentes sobre o polo de lazer. A maioria destas comunidades tende a apresentar o espaço como um local degradado, perigoso, reduto de traficantes e drogados, “sem lei”. Comunidades como “Conjunto Ceará, o Bairro da Gente”<sup>31</sup> e “Conjunto Ceará Melhor”<sup>32</sup> que têm perfil de denúncia e reivindicação, costumam divulgar opiniões mais conservadoras sobre o polo, fortalecendo o estigma (GOFFMAN 2012) de local perigoso em relação ao espaço. No dia 25 de março de 2016. Ao se referir ao espetáculo “Paixão de Cristo” encenado há mais de vinte anos no polo de lazer, um membro da comunidade “Conjunto Ceará Melhor” fez a seguinte postagem:

Esse rolezinho do polo tem que acaba vc não pode nem assistir a paixão de Cristo sem ter que fica olhando pros dois lados com medo de ser roubado, muita gente correu uma vez pensando que era arrastão, dia de sexta feira não saio de casa e não recomendo pra ninguém pq ta impossível.

Comentando a sua postagem, uma garota escreveu: “Tá impossível mesmo [...] se toda sexta a polícia colocasse pra correr”. O “rolezinho”, a que ambos se referem, trata-se de uma grande aglomeração de adolescentes dos bairros vizinhos como Granja Portugal, Parque Genibaú, Grande Bom Jardim e Jurema (Caucaia-CE); e até de bairros mais distantes como Messejana, Pirambu e Papicu que, convocada pela *internet*, ocupa a, recém construída, praça da juventude no polo de lazer do Conjunto Ceará às sextas-feiras. Interessante perceber que pela primeira postagem é possível inferir que não aconteceu nenhum ato violento. Apenas, o autor da postagem relatou a sua insegurança e medo de ser roubado enquanto assistia ao espetáculo. No comentário que se seguiu, a garota já sugere que a polícia “coloque para correr” os adolescentes. O autor da postagem termina por afirmar que nas sextas-feiras não sai de casa e nem recomenda que alguém saia. Iguais a estes relatos e opiniões é possível se ver muitos outros nessas duas comunidades do *Facebook* e em outras que tratam do Conjunto Ceará na *internet*.

<sup>31</sup> Disponível em <https://www.facebook.com/groups/946277368736752/?fref=ts>, acessado em 23 de abril de 2016.

<sup>32</sup> Disponível em <https://www.facebook.com/grupococeara/?fref=ts>, 23 de abril de 2016.

O medo social (...) tem como consequência a alteração drástica da relação entre as pessoas, normas, padrões de educação, conduta e introduz um novo modelo de segregação urbana, construído por processos sociais e históricos específicos de cada realidade social. É alimentado e retroalimentado pela mídia, pelos boatos e pela indústria do medo (cercas, grades, segurança privada), elementos que sobrevivem a partir da sensação de insegurança (MORAES, 2015. P 18).

Ao estudar o bairro Benfica em Fortaleza, Moraes (2015) constatou que mais do que a violência em si, a sensação de insegurança, como elemento do medo social, representava um fator de segregação urbana naquela comunidade. No Conjunto Ceará, em especial no polo de lazer, a segregação urbana, causada pelo medo social, dialoga com uma outra configuração social igualmente perversa: a “estigmatização grupal”, emergente de uma relação estabelecidos-*outsiders* (ELIAS; SCOTSON, 2000). É comum encontrar entre os grupos estabelecidos no polo de lazer do Conjunto Ceará (*skatistas*, roqueiros, comerciantes e mesmo integrantes de ONGs) que já frequentam o local e, até se encontram nele fixados há muitos anos, opiniões e atitudes que visam inferiorizar os participantes dos “rolezinhos”, recém-chegados no espaço. Desde a forma que estes se vestem, falam e andam, até o que consomem - como, por exemplo, um jovem pedir água da torneira em um quiosque porque não podia (ou não queria) comprar água mineral - são motivos para que os estabelecidos tratem os participantes dos “rolezinhos” como pessoas inferiores, *outsiders*. Como entre os estabelecidos e *outsiders* da comunidade fictícia de *Winston Parva*, estudada por Norbert Elias e John L. Scotson, no polo de lazer do Conjunto Ceará, também não há diferenças de nacionalidade, ascendência étnica, “cor” ou “raça”, separando os já antigos frequentadores do polo, dos neófitos dos “rolezinhos”.

A exclusão e a estigmatização dos *outsiders* pelo grupo estabelecido eram armas poderosas para que este último preservasse sua identidade e afirmasse sua superioridade, mantendo os outros firmemente em seu lugar. (ELIAS; SCOTSON, 2000. p.22)

A estigmatização grupal, no Conjunto Ceará, não é um fenômeno novo, como também, é grande a incidência de indícios da relação estabelecidos-*outsiders* ao longo da história desta comunidade. Seja nas relações conflituosas e violentas das décadas de oitenta e noventa e início dos anos dois mil, entre os grupos da capoeira e do judô, do judô e da bicicross, ou entre os moradores, das primeiras etapas (1ª, 2ª, e 3ª) de casas e equipamentos do Conjunto Ceará a serem construídas e entregues à comunidade, que rivalizavam, discriminavam, e em muitos casos, agrediam, moral e fisicamente, os

residentes da última etapa a ser feita e disponibilizada para o bairro (4ª etapa), que também é a mais afastada, já fazendo fronteira com o distrito da Jurema do município de Caucaia, indícios destas relações já podiam ser observados.

Um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído. (ELIAS; SCOTSON, 2000. P. 23).

Moradores do Conjunto Ceará, costumam estigmatizar os moradores dos bairros adjacentes (Granja Portugal, Parque Genibaú, Bom jardim, etc.) e tratá-los como pessoas inferiores. Esta realidade é bem conhecida e objetiva-se em brincadeiras e piadas cotidianas; na atribuição dos furtos, roubos, assaltos, assassinatos, tráfico e demais crimes ocorridos no bairro, aos moradores das comunidades vizinhas; e em muitas outras manifestações que incluem também o *bullying* escolar praticado nas dezenas de escolas do bairro. Parte das distinções que alguns moradores desta comunidade se atribuem em relação aos seus vizinhos dos outros bairros, pode ter raízes nas diferenças estruturais entre o Conjunto Ceará e os bairros do seu entorno.

O Conjunto Ceará dispõe de uma boa infraestrutura, com saneamento básico disponível para a totalidade da sua população; serviços públicos de saúde (um hospital, um posto de saúde, uma Unidade de Pronto Atendimento e um novo hospital regional anunciado pelo prefeito para ser construído em breve); educação (são mais de vinte escolas públicas funcionando na comunidade, e pelo menos quatro creches em construção); segurança (um distrito da polícia civil, o 12º DP. Um quartel do corpo de bombeiros, uma companhia da polícia militar, o 17º BPM); um tribunal de pequenas causas; três bancos; um terminal de ônibus; posto dos correios e do Departamento Estadual de Trânsito, o DETRAN; além de vários outros serviços que as comunidades vizinhas não dispõem em suas localidades e precisam recorrer ao Conjunto Ceará para ter acesso. Mas, esta é uma questão que necessita ser melhor estudada.

Porém, se esta condição é usada como base para distinções sociais e para embasar estigmas, ela também serve a outros propósitos como, por exemplo, devido ao bairro já contar com serviços essenciais asseguradas e com uma infraestrutura razoável para uma comunidade da periferia, o TC pode ousar mais em termos de movimento comunitário, indo além das reivindicações tradicionais das comunidades periféricas, que geralmente se limitam a lutar exatamente por esses serviços essenciais e por essa infraestrutura que não têm. Dessa forma, o TC inova nas suas lutas comunitárias,



elaborando reivindicações mais sofisticadas, como ações estratégicas e políticas de desenvolvimento. Essas reivindicações embasam a proposta do Polo Criativo.

Em relação ao polo de lazer, a estigmatização grupal carece ainda de estudos, para ser melhor compreendida. Pois, ela manifesta-se internamente, entre os grupos estabelecidos e os recém-chegados. E externamente, opondo grupos estabelecidos na comunidade, aos frequentadores do polo de lazer, que são vistos por estes como representações de pessoas inferiores. Talvez, até, por serem entendidos como, majoritariamente, compostos por moradores dos bairros vizinhos, estigmatizados. É importante lembrar ainda, que o Conjunto Ceará, como um todo, por ser um bairro da periferia, tende a ser classificado pelos moradores de comunidades mais estruturadas da cidade, com base no estigma de violento e perigoso. E isto vale tanto para o polo de lazer, como para toda a comunidade.

Essas relações sociais complexas, e que envolvem questões de preconceito e distinção, têm funcionado como “combustível” para as lutas simbólicas que se dão em torno da classificação do polo de lazer do Conjunto Ceará. E geram obstáculos para a criação e aumento de estoques de capital social, a ser utilizado pelo Polo Criativo no desenvolvimento local. E o capital social é justamente um dos capitais simbólicos mais estratégicos para a consolidação do Polo Criativo. Tanto pela possibilidade da sua conversão em capital econômico (BOURDIEU, 2011), como pela sua utilidade quanto elemento catalizador dos potenciais da região.

Fazendo contraponto à estigmatização grupal que ocorre no polo de lazer, e resistindo ao estigma do próprio local, o grupo “Conjunto Ceará: Polo Criativo”<sup>33</sup> e a página “Polo Criativo do Conjunto Ceará”<sup>34</sup>, mantidos por integrantes do Território Criativo no Facebook, e a própria página do TC nesta rede social<sup>35</sup>, adotam uma postura diferente, que busca a distinção do polo de lazer a partir da sua riqueza cultural e criativa, divulgando os festivais, eventos e o lado empreendedor e criativo do espaço, procurando acolher, sem distinção, o conjunto das manifestações culturais e sociais que se dão no local.

Neste sentido, por exemplo, no dia 09 de março de 2016, o TC publicou, na página do evento “Festival Miliano – Encontro de Gerações do Hip Hop do Ceará”,

---

<sup>33</sup> Disponível em <https://www.facebook.com/groups/1421752574707787/?fref=ts> acessado em 12 de março de 2016.

<sup>34</sup> Disponível em <https://www.facebook.com/polocriativodoconjuntoceara/?fref=ts> acessado em 12 de março de 2016.

<sup>35</sup> Disponível em <https://www.facebook.com/TerritorioCriativo/> acessado em 12 de março de 2016.

organizado pelo coletivo, o seguinte texto<sup>36</sup> acompanhado por oitenta e três fotos do bar Maculelê:

Maculelê Bar será uma das atrações culturais da comunidade que reforçarão o Festival "Miliano". A interação entre os convidados do Festival e os ativos criativos, sociais, culturais, esportivos, comunitários e de lazer do Polo Criativo do Conjunto Ceará é um importante diferencial do conceito do evento. Venha, convide os amigos e faça parte desta experiência inesquecível! Dias 12 e 13 de março de 2016, Av. Ministro Albuquerque Lima, 777, 1º Etapa, Conjunto Ceará, Fortaleza-CE.

O Bar Maculelê é parte do patrimônio histórico do Conjunto Ceará e um dos mais fortes ativos do Polo Criativo local. Tem programação de MPB e música regional. Mas o forte do Maculelê é mesmo o Rock e o underground. O bar atrai frequentadores de toda Fortaleza e também visitantes de outros estados (Trecho de postagem publicada pelo TC na página do evento Festival Miliano no Facebook no dia 09 de março de 2016).

Assim, se trava uma ininterrupta luta em relação à classificação do polo de lazer do Conjunto Ceará. E os dois lados combatentes seguem evidenciando ora, a criatividade, a cultura e o potencial social e econômico do lugar, ora, a degradação, o abandono e o caráter perigoso do espaço. São duas percepções distintas evidenciadas prioritariamente por setores diferentes da comunidade. Porém, ao se frequentar assiduamente o polo de lazer - e este pesquisador já o faz há muitos anos - é possível se verificar que estas duas visões estão parcialmente corretas e não são, necessariamente, excludentes entre si. É fato, que o polo de lazer sofre com a escassez de políticas públicas, e que isso já ocorre há algum tempo. Essa situação pode ser constatada observando-se o estado físico do lugar, quadras com pisos esburacados, bancos de praça quebrados, comércio permanente de drogas no local; e nenhuma ação governamental mais evidente, exceto a ação policial, expulsando os jovens do “rolezinho” da praça da juventude. Essas condições criam um cenário de degradação para o polo de lazer.

Sendo assim, quando alguns moradores denunciam o abandono e priorizam esses aspectos do espaço em suas falas e nas suas postagens nas redes sociais, eles não estão mentindo. E muitos podem até estar bem-intencionados, tentando, pela denúncia, chamar atenção para a necessidade de que se faça algo para resolver os problemas. E quando, a tudo isso, ainda se juntam as mortes ocasionalmente ocorridas no local por obra do tráfico, os discursos que evidenciam o lado negativo do lugar, ganham sentido e reverberam com mais força na comunidade, fortalecendo o estigma do polo de lazer como espaço degradado, perigoso e violento. Também é verdade que o polo de lazer é

---

<sup>36</sup> Disponível em: [https://www.facebook.com/events/445078269022328/?active\\_tab=posts](https://www.facebook.com/events/445078269022328/?active_tab=posts), acessado em 28 de março de 2016.

um espaço rico em manifestações artísticas e culturais, com produções “em cartaz” o ano todo. São festivais de *rock* e *hip hop*, festa junina, campeonatos de *skate*, teatro, poesia, rodas de conversa, festas e articulações entre diversos grupos culturais e sociais.

Atualmente, dez espaços abrigam a maioria das ações culturais do polo de lazer. São eles, a “Pista velha” (anfiteatro frequentado por *skatistas* e pelos demais grupos *underground* do Bairro); o Maculelê Bar, que, construído artesanalmente, funciona como atração artística, e realiza vários festivais culturais durante o ano; a sede do Território Criativo, um espaço cultural, palco de espetáculos de teatro e poesia, treinos e oficinas de *break*, com paredes externas oferecidas como galeria para grafites, e que congrega diversos coletivos em um formato de *coworking*; O Projeto de Desenvolvimento Comunitário do Conjunto Ceará (PRODECOM) cuja sede é um teatro, e que mantém uma biblioteca, um curso de violino e realiza o espetáculo “A paixão de cristo”. Soma-se aos demais, o Centro Cultural Patativa do Assaré (CCPA). Este, reúne empreendedores, artistas e produtores culturais, sendo um centro comercial e de fruição cultural. Tem ainda o Centro de Cidadania - antigo Centro Social Urbano (CSU) que oferece uma biblioteca e alguns cursos, artísticos e profissionalizantes. Em relação ao esporte, o polo de lazer conta com a “Quadra de areia” que é um espaço para prática de esportes como vôlei; A “Quadra de futsal” que é um equipamento frequentado por jovens e adultos praticantes de futebol de salão; a “Areninha”, antigo campo de futebol reformado pela Prefeitura de Fortaleza, e que recebe jogos tanto dos moradores do Conjunto Ceará, como dos bairros vizinhos, e disponibiliza uma academia comunitária; e a “Praça da Juventude”, que dispõe de vários aparelhos para a prática do skate, e de um palco destinado a shows e eventos artísticos.

Juntos, estes equipamentos oferecem grande variedade de opções artísticas e sociais durante o ano todo. A programação destes equipamentos somada à oferta de serviços e produtos do entorno, serve de base para a formulação do Polo Criativo, que o TC adota como principal estratégia de desenvolvimento sustentável, ou seja, de um tipo de desenvolvimento pautado no equilíbrio entre fatores sociais, culturais, econômicos, ambientais e políticos, e que priorize as fortalezas e capacidades da comunidade como elementos principais da sua autosustentação. Na problematização do meu projeto de pesquisa, antes de vir a campo, uma questão que eu tratava, era se o TC perceberia intersecções entre um modelo de desenvolvimento mais humano e sustentável, o conceito de economia criativa, e a estratégia de criação de polos criativos. Em relação a esta questão, a minha impressão atualmente é que sim, o TC percebe essas intersecções.

Alguns dos principais empreendimentos do entorno do polo de lazer, e que o TC também leva em consideração, como base do Polo Criativo, são, duas floriculturas; um grande supermercado; dois bancos (sendo um privado e o outro público); seis armazéns/lojas de roupas e acessórios de moda; cinco empresas de informática; oito pontos de venda de comida de rua; cinco produtoras de eventos; uma empresa de aluguel de palcos, som e geradores para festas e eventos; oito lanchonetes, três restaurantes; duas empresas de cursos profissionalizantes; uma central de taxi; uma rádio FM; um estúdio de tatuagens; e nove quiosques/bares.

A partir desta configuração, o polo de lazer dispõe de empreendimentos e ações relacionados com várias áreas reconhecidas pela UNCTAD/ONU como setores da economia criativa, tais quais, herança ou patrimônio, que abriga de prédios históricos (sede do CCPA e do TC) à manifestações culturais tradicionais, como o artesanato e as festas juninas, bibliotecas e exposições; artes visuais, como as pinturas; artes performáticas como música, teatro e dança; criações funcionais como atividades de moda, joias, brinquedos; e também serviços criativos, culturais, e recreativos; além da gastronomia. E o Polo Criativo tem, através dos equipamentos e coletivos do polo de lazer, buscado ampliar ainda mais a oferta de alternativas criativas na região. Atualmente, o CCPA e o TC estão desenvolvendo uma campanha destinada a atrair artistas e empreendimentos criativos para se instalarem no polo de lazer. No dia 17 de abril de 2016, a página “Polo Criativo do Conjunto Ceará” publicou o seguinte chamado<sup>37</sup>:

Artistas, artesãos, produtores culturais e criativos que tenham interesse em se instalar no Polo Criativo do Conjunto Ceará e aqui fazer fruir a sua arte e produtos, podem nos procurar. Faremos o possível para colaborar! Ateliês, oficinas, feiras e eventos serão muito bem-vindos! (Trecho de uma postagem publicada pelo TC na página “Polo Criativo do Conjunto Ceará” no dia 17 de abril de 2016).

É com esta estratégia de ocupação criativa, o aparato econômico aliado à agenda cultural dos equipamentos locais e à força criativa dos artistas, produtores e empreendedores, que o TC faz a disputa pela classificação do polo de lazer. Disputa esta, que se dá diante de uma paisagem de contrastes que podem ser captados pelos sentidos, ao se dar o contato. Imagens de um local degradado e ao mesmo tempo composto por arquiteturas históricas; estética dividida entre o artístico e o vandalizado;

---

<sup>37</sup> Disponível em Disponível em

<https://www.facebook.com/polocriativodoconjuntoceara/photos/a.479474915582885.1073741828.478642365666140/479507818912928/?type=3&theater>, acessado em 18 de abril de 2016.

cores vivas dos painéis de grafite ao lado do desbotado de paredes entregues às intempéries; o aroma das comidas de rua, das “batatinhas fritas” e dos churros disputando o olfato com o cheiro de mato, que cresce impune no meio da praça, e até do lixo não recolhido. Uma paisagem que oferece, no mínimo, duas opções de percepção.

O geógrafo Santos (2012) escreve que “a dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega para os sentidos” (p.68). E diz ainda que o aparelho cognitivo tem crucial importância na apreensão da dimensão da paisagem. Pois, esta apreensão se dá diferente para cada pessoa, em razão de ser feita de forma seletiva segundo a formação de cada um. Fazendo com que pessoas diferentes apresentem versões diferentes do mesmo fato.

Figura 04 – Sede do TC vista a partir do Maculelê



Fonte: acervo particular do TC

Figura 05 – Espaço Cultural Maculelê durante o dia



Fonte: acervo particular do TC

O esforço do TC para fortalecer a percepção dos aspectos positivos do polo de lazer, e a sua importância cultural para a comunidade, pode implicar em agir para favorecer o aumento do seu estoque de capital simbólico, aquele capital que se apoia sobre o conhecimento e o reconhecimento. Aquele mesmo capital simbólico que, segundo Bourdieu (2011), faz com que se reverencie e se faça a corte para Luís XIV, é aqui reivindicado pelo TC em favor da distinção do polo de lazer como Polo Criativo. A questão é que, para se contar com este recurso, é necessário que as pessoas conheçam e reconheçam um princípio de diferenciação que lhes faça reconhecer detalhes, singularidades e diferenças do polo de lazer, lhes atribuindo valor (BOURDIEU, 2011). Essa tarefa, parece reservada para as lutas simbólicas que se dão atualmente em torno da classificação e das distinções que envolvem o local e os agentes que atuam nele.

Por isto, a luta do TC me parece, neste momento, fortemente relacionada com a disputa em torno da classificação do espaço. O esforço do TC para evidenciar os elementos de diferenciação e de valor do polo de lazer, aparece claramente na estratégia de implantação do Polo Criativo, que surge para organizar, potencializar, e dar visibilidade para este princípio de diferenciação, que o coletivo entende como basilar para as ações comunitárias e governamentais necessárias para o desenvolvimento local.

O meu estudo, busca analisar o TC e uma política pública de economia criativa em curso no polo de lazer do Conjunto Ceará. E cada vez mais, tenho visto que para alcançar bons resultados com esta pesquisa, não posso negligenciar os elementos de classificação e diferenciação tratados neste capítulo, e que envolvem o polo de lazer e os seus agentes.

## 5. ANÁLISE, EXPLICAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Esta é uma pesquisa qualitativa que adota como método prioritário, a observação participante. Ou, como prefere Wacquant (2002), a “participação observante”. O objeto desta pesquisa é o Território Criativo e uma política pública no polo de lazer do Conjunto Ceará. Iniciei o meu estudo partindo da hipótese de que a comunidade do polo de lazer do Conjunto Ceará, precisa do reconhecimento público como Polo Criativo, para consolidar a sua identidade e impulsionar o seu desenvolvimento. Esta hipótese foi formulada a partir de percepções geradas durante incursões exploratórias que fiz ao polo de lazer, no decorrer da disciplina “estágio de pesquisa I”. O aspecto de abandono do lugar, aliado ao fato de eu não identificar, *a priori*, a existência de nenhum plano ou ação governamental destinado a superar os desafios postos para aquela comunidade, desempenharam importante papel na formulação desta hipótese. Principalmente, porque este pesquisador já conhecia um pouco sobre economia criativa e polo criativo, e acreditava na importância deles em relação à inclusão socioeconômica. A revisão de literatura, me trouxe o exemplo do Conjunto Palmeiras, comunidade situada na periferia sul da Cidade de Fortaleza, e estudada por Paulino (2012) no livro *Economia Solidária como Projeto Cultural e Político: a experiência do Banco Palmas*. Através desta obra foi possível conhecer a importância e o potencial de uma tecnologia social, no caso, o Banco Palmas, como vetor do desenvolvimento de uma comunidade. Bem como, o poder de transformação que têm determinadas formas sociais de economia. No caso específico, a economia solidária. A obra *Polos Criativos. Um estudo sobre os pequenos territórios criativos brasileiros*, de Lima (2012), me mostrou com riqueza de detalhes o potencial da economia criativa, quando articulada ao desenvolvimento local. E principalmente, esclareceu algumas das minhas dúvidas e questionamentos em relação a economia criativa e a polos criativos. Com essas leituras, a minha hipótese saiu ainda mais fortalecida. O objetivo geral da pesquisa é estudar as ações do TC, conhecendo as suas principais estratégias de atuação e o significado dessa luta para os seus integrantes. Penso que este objetivo foi alcançado. No entanto, cumpre registrar que me alinho a visão de Morin (2010), no tocante a entender que “o jogo da ciência não é o da posse e do alargamento da verdade, mas aquele em que o combate pela verdade se confunde com a luta contra o erro” (p. 23). Assim, não penso que alcancei a revelação plena das verdades em relação ao que pesquiso. Mas, acredito que sejam,

suficientemente, elucidativos os dados que coletei no campo e que analiso, explico e interpreto aqui.

## 5.1 Metodologia

Esta pesquisa tem início no ano de 2014. Mais precisamente, no primeiro semestre deste ano, durante a “prática de pesquisa I”, como uma etapa exploratória para a construção do projeto de pesquisa. Este, foi construído no semestre seguinte durante a “prática de pesquisa II”. Desde a etapa exploratória, passei a frequentar sistematicamente o campo, priorizando o turno noturno, no qual, acontece a maior parte das atividades e a presença dos principais grupos culturais, sociais e esportivos, além de ser o turno em que as atividades econômicas do polo de lazer são mais intensas. No entanto, também mantive visitas frequentes nos dois outros turnos. Principalmente para entrevistar e conversar com os grupos que se reúnem nestes horários, e acompanhar o movimento no local pela manhã e pela tarde. Destas incursões ao *locus* da pesquisa, resultaram centenas de folhas de anotações no meu diário de campo, registro fotográfico, entrevistas gravadas e escritas, e um melhor entendimento sobre as dinâmicas sociais, econômicas, culturais e políticas, do espaço. Desta forma, o ano de 2014 foi dedicado a apreender as principais dinâmicas do campo, identificar os interlocutores prioritários, revisar literatura e definir o meu objeto - e para (DURKHEIM, 2002, p. 30), a primeira tarefa do sociólogo deve ser definir as coisas de que trata, para que se saiba do que se está cuidando - construir a estratégia para a minha pesquisa e colher os primeiros dados para o estudo.

Ao chegar 2015, eu já tinha um objeto definido, estava bastante familiarizado com as dinâmicas internas do polo de lazer, já mantinha conversas periódicas pré-agendadas ou ocasionais com representantes dos vários coletivos e grupos do local e acompanhava as reuniões e articulações do Território Criativo, que havia sido escolhido como o interlocutor prioritário entre os outros coletivos, devido a sua condição de liderança entre os demais. Condição esta, identificada por meio do acompanhamento das atividades coletivas que aconteciam em torno da implantação do Polo Criativo, e das demais questões referentes ao polo de lazer do Conjunto Ceará. O delineamento do projeto de pesquisa e a condução da própria pesquisa em si, têm muito da colaboração dos atores envolvidos com o campo. As conversas, entrevistas e impressões colhidas junto aos interlocutores iam me ajudando a conduzir a pesquisa, pois, através delas eu ia



descobrir o que tinha de maior relevância no campo, em relação ao meu objeto, e ia direcionando e redirecionando o olhar, segundo esta relevância. Por isto, este trabalho usufrui de uma base empírica bastante colaborativa.

O primeiro semestre de 2015, durante o “Estágio de pesquisa I”, foi marcado, principalmente pela necessidade de aprofundar os meus conhecimentos em relação a economia criativa. Pois, quanto mais avançava no trabalho, mais a economia criativa ganhava relevância na minha pesquisa, perpassando, praticamente, todos os principais elementos do meu objeto. O TC e o Polo Criativo, se baseiam na economia criativa, e a política pública que eu estudo no polo de lazer é, exatamente, de economia criativa.

A revisão de literatura foi fundamental durante todo o estudo. Algumas obras contribuíram especialmente para aperfeiçoar o foco, e até incentivaram correções de rumo, ao longo da pesquisa. Um destes casos se refere a leitura dos artigos de Alves (2006; 2012), que me ofereceram uma abordagem mais sociológica do tema, o contextualizando de forma mais contundente em relação aos aspectos sociais e individuais do seu impacto na vida cotidiana. Esta leitura foi decisiva para o melhor direcionamento do meu estudo, me levando também a optar por uma das duas principais frentes empíricas que o autor identifica como componentes do objeto da economia criativa no Brasil. Passei a dirigir maior atenção para aspectos relacionados com as interações e fricções contidas nas ações do TC em relação às políticas públicas voltadas para a economia criativa - ou, a ausência destas - no polo de lazer do Conjunto Ceará.

A essa altura, eu já dispunha de muitas horas de áudio de entrevistas realizadas no polo de lazer, havia lido muitos artigos, matérias na internet e em revistas, visto bastante vídeos sobre economia criativa e reunido muitos dados para a pesquisa. No entanto, constatei que era preciso reforçar o conhecimento em relação a dados oficiais sobre o tema. Ao buscar estes dados, me deparei com três relatórios da ONU. O primeiro, foi lançado em 2008, o segundo em 2010; e o terceiro em 2013. Somados, os três apresentam, em 970 páginas, um amplo panorama da economia criativa no mundo. E também, trazem nas suas quase mil laudas, a mesma insuficiência: não dão conta da parte da economia criativa que escapa à formalidade. E, do ponto de vista social, esta insuficiência provoca impactos altamente negativos, já que, joga na “invisibilidade” grandes contingentes da população criativa global, que passa a não conseguir acessar as políticas públicas e as ações governamentais destinadas ao setor. E do ponto de vista econômico, não são capazes de mostrar o contexto geral da economia criativa mundial, restringindo a sua eficácia à sua face formal.

Devido às suas incompletudes, e a despeito do grande volume de dados apresentados, talvez a maior contribuição dos três relatórios da ONU sobre a economia criativa, tenha mais a ver com a institucionalização do tema e, o despertar do poder público, em escala global, para as possibilidades de políticas voltadas para ele, do que mesmo com um relato do seu “estado da arte”. Fiquei com esta impressão ao estudá-los.

Em seguida, voltei a minha atenção para a conjuntura da economia criativa no Brasil. E dois documentos me ajudaram a compreender, em muitas das suas particularidades, este setor econômico que se desenvolve na nossa terra. O primeiro, foi o *Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011-2014*. Estudei a 2ª edição (revisada), publicada em 2011 pelo MINC. O Plano traz uma noção desenvolvimentista da economia criativa, referenciada, principalmente, no pensamento de Celso Monteiro Furtado. Segundo esta visão, a criatividade e a diversidade cultural brasileiras são vistas como recursos para um novo tipo de desenvolvimento.

*O Plano da Secretaria da Economia Criativa* avança, conceitualmente, em um esforço para definir as bases do que pode ser entendido, como uma economia criativa tipicamente brasileira, com as suas singularidades, semelhanças, e diferenciações com o que já se conceituou globalmente; e adequada à nossa realidade social, cultural e econômica. E daí emerge uma economia criativa com características próprias, e norteada por princípios de diversidade cultural, sustentabilidade, inovação e inclusão social. Até aqui, interessava saber se, e como, a experiência do Conjunto Ceará dialogava com o contexto geral e com essa economia criativa “tipicamente brasileira”. Constatei que o Polo Criativo usa as mesmas categorias que a ONU/UNCTAD adota para definir os setores econômicos da economia criativa em nível mundial, e tem no *Plano da Secretaria da Economia Criativa* uma referência para a sua atuação no Conjunto Ceará.

Estudando o Plano da SEC e cruzando as suas informações com outras obtidas em vídeos, artigos e posicionamentos dos poderes públicos em relação ao tema, percebi a ocorrência de várias disputas em torno do conceito, do escopo, e das tendências deste nicho econômico. E foi este aprendizado, que me ajudou a compreender que, a economia criativa em si, ainda está em formação, quanto conceito, e quanto setor econômico. E que esta formação se encontra tomada por inúmeras disputas. Algumas destas lutas estão declaradas, e muitas outras, se dão de forma velada, entre os agentes envolvidos com o tema. Tais informações, me mostraram que o meu objeto de estudo pertence a um espaço ainda não terminado, em construção. E isto poderia explicar

algumas incongruências conceituais e técnicas que ainda persistiam nas falas e atos dos agentes estudados, quando eu as analisava à luz da literatura disponível e das práticas conhecidas.

Ainda no primeiro semestre de 2015, mais especificamente, no dia 15 de maio, participei da videoconferência, “O Futuro da Economia Criativa no Brasil”<sup>38</sup>. Este evento, promovido pela e-Criativa, mobilizou redes e agentes de outros estados, para discutir o “estado da arte” do setor no país. Representantes das redes de Santa Catarina, São Paulo, Paraná, e Ceará, e agentes criativos de Pernambuco, Bahia e Espírito Santo, entre outros, discutiram por, aproximadamente, quatro horas ininterruptas, o cenário nacional da economia criativa. A maioria das falas foi voltada para a análise das políticas públicas e para as críticas ao MINC, devido a este ter acabado com a SEC. Mas, o que mais chamou a minha atenção foi ver, a partir dos relatos das experiências nacionais, que o Polo Criativo do Conjunto Ceará, em termos de proposta comunitária relacionada com a economia criativa, é possivelmente, a mais avançada experiência em curso entre os estados que expuseram as suas atividades, que sendo em grande parte, limitadas à realização de eventos e a participação em ações governamentais, como coadjuvantes, diferem da experiência do Polo Criativo, onde os seus agentes são protagonistas e intervém diretamente na comunidade a partir da economia criativa, e com autonomia em relação a governos.

Nos últimos dois anos, temos testemunhado uma efervescência de mobilizações de todos os tipos. Lutas partidárias, debates acerca do mundo jurídico, discussão sobre as religiões, os seus papéis e limites, sobre o papel e a eficácia do estado, sobre diversidade e direitos humanos ou sobre economia e sustentabilidade. Nas ruas, nos bares, no polo de lazer do Conjunto Ceará, as pessoas estão discutindo, os coletivos se reunindo, os alunos ocupando escolas<sup>39</sup>, enfim, as pessoas estão interagindo mais. E estas interações frequentes me remeteram a uma fala de Durkheim (2000), em que ele diz que há períodos históricos, nos quais, sob influência de uma grande comoção coletiva, as interações sociais se tornam mais frequentes e ativas, e que disto, resulta uma efervescência geral, característica das épocas revolucionárias ou criativas. No Brasil, especialmente, estamos, ultimamente, atravessando crises e comoções de vários tipos. O que me animou a, baseando-se na fala de Durkheim, questionar se não

---

<sup>38</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=a-pYNDNyc3U>, acessada em 12 de junho de 2016.

<sup>39</sup> Referência ao movimento estudantil secundarista que promoveu a ocupação de quase 1000 escolas públicas em todo o Brasil, em defesa da educação pública, nos anos de 2015 e 2016.

estariamos vivendo uma época criativa? Um momento histórico favorável a criatividade e a própria economia criativa?

O pesquisador Yúdice (2013), apresentando uma visão crítica e aprofundada sobre o tema, comenta o tratamento da cultura como “recurso”, como reserva disponível, dizendo que a cultura está sendo crescentemente dirigida como um recurso para a melhoria sociopolítica e econômica, para aumentar a sua participação no que ele chama de era de envolvimento político decadente, de conflitos relacionados com cidadania, e do surgimento do “capitalismo cultural” (p. 25). E lança luz sobre as minhas indagações acerca de estarmos possivelmente vivendo uma época criativa.

Quando as maiores instituições internacionais como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e as maiores fundações internacionais, entre outras, passam a compreender a cultura como uma esfera crucial para investimentos, a cultura e as artes são cada vez mais tratadas como qualquer outro recurso (YÚDICE, 2013, p. 30).

Ou seja, neste caso a época criativa está sendo impulsionada por grandes instituições de forma premeditada. E este papel adicional que está sendo conferido a cultura, seria também, pelo menos em parte, consequência da redução dos investimentos diretos do Estado, em todos os serviços sociais, inclusive na cultura (YÚDICE, 2013, p. 28). Percebo que essa constatação feita, inicialmente, em relação aos Estados Unidos, corresponde, sem necessitar de muito esforço de apuração, à realidade brasileira.

A pesquisa chega ao segundo semestre de 2015 já bastante avançada. E me concentro nas questões mais técnicas e metodológicas. Em se tratando das minhas fontes, foram fundamentais, a convivência quase diária, durante dois anos, com integrantes do Território Criativo; as anotações ininterruptas no diário de campo; as entrevistas realizadas com roteiro semiestruturado; a participação em eventos de economia criativa como a videoconferência "O Futuro da Economia Criativa no Brasil" e a Oficina de Elaboração do Plano da Economia Criativa para o “Fortaleza 2040”; e a revisão bibliográfica sempre disponível como recurso para avançar sobre as mais variadas questões que desfiassem o meu entendimento. Como aconteceu tantas vezes, como no caso em que recorri a Simmel (1983) e as suas reflexões sobre conflito e estrutura de grupo, para tentar entender melhor a tendência dos membros do TC de, em caso de conflito, agir mais centralizados e condensados na forma de time, ao confrontar-se com elementos externos ao grupo. E vi que, em caso de conflito, as energias do grupo precisam estar concentradas em um único ponto, para poder ser usadas a qualquer

momento, em qualquer direção. Desta forma, se exige do grupo esta condensação de todos os seus elementos, de forma a não perder energia ou tempo (SIMMEL, 1983, p. 151). Ou ainda, quando busquei a visão de Mills (2009) sobre o papel e importância do arquivo para o trabalhador intelectual, com o propósito de ampliar a minha compreensão sobre a importância do arquivo do TC, para o desempenho das suas funções. Lancei mão do conceito de *bricolage* que Lévi-Strauss (2010) usou para tratar do pensamento mítico, como analogia para estudar a “bricolagem” que o Território Criativo adota como uma fase do seu método de intervenção na comunidade; tomei emprestado a noção de “capital simbólico” de Bourdieu (2001), para estudar a agência do TC, e ver que - especificamente, no caso do polo de lazer do Conjunto Ceará – a sua agência está relacionada, principalmente, com a criação e manutenção de estoques de capital social, atração de detentores de capital cultural, e aumento da disponibilidade de capital simbólico para ser utilizado em favor do desenvolvimento da comunidade.

O ano de 2016 se apresenta como o ano em que todo o meu esforço sociológico se materializa na forma de um trabalho científico, uma monografia onde a experiência vivida no polo de lazer do Conjunto Ceará, ao longo de dois anos de imersão e “participação observante”, poderá, enfim, mostrar os seus resultados, e somar-se ao meu capital cultural incorporado. Desta forma, posso me esforçar para que, ao menos uma parte deste capital, possa ser posto à disposição da comunidade.

## **5.2. Uma política pública de economia criativa no polo de lazer do Conjunto Ceará**

Durante o segundo semestre de 2015, a minha pesquisa já vinha apontando para a necessidade de intensificar a busca por relações entre o Polo Criativo, e o universo das políticas públicas. Pois crescia em mim, a sensação de que o próprio Polo Criativo reunia características muito típicas desta espécie de atividade. A pesquisa mostrou então que no polo de lazer do Conjunto Ceará, o Polo Criativo tem servido como ponto de confluência de várias ações comunitárias, e principalmente, das escassas políticas de governo, que de alguma forma se relacionem com a economia criativa. O Polo Criativo ao intervir nas ações governamentais que acontecem no espaço do polo de lazer - em muitos casos, direcionando-as, e fazendo com que dialoguem umas com as outras - assume características bem parecidas com as de uma política pública. Pois termina por fazer confluir para uma estratégia única, várias ações governamentais que, sem contar com a sua interferência, aconteceriam de forma isolada.

A revisão de literatura, novamente apoiou e confirmou os resultados da pesquisa empírica. Encontrei em Souza (2006), a visão de que, se pode resumir política pública como o campo do conhecimento que busca ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e ou analisar esta ação. E quando necessário, propor ajustes nos rumos dessa ação (p. 26). Estudei algumas ações, acontecidas no âmbito do Polo Criativo, e notei que elas não fizeram outra coisa, senão, tentar “colocar o governo em ação”, analisar as ações do Governo e propor ajustes nos rumos de ações governamentais. É este o caso da provocação para que a Secretaria Executiva Regional V reconhecesse, e inclusive, compusesse, junto com a comunidade, a governança do polo de lazer; o caso das oficinas realizadas para aproximar a política de protagonismo juvenil da Prefeitura de Fortaleza, com os jovens do Conjunto Ceará; e o caso da luta para evitar a venda do Centro Cultural Patativa do Assaré pelo Governo do Estado. Ações realizadas por meio de audiências públicas das casas legislativas, articulações comunitárias e reuniões com gestores públicos.

Estas características de política pública, sendo observados nas ações que se dão em nome, e por meio, do Polo Criativo do Conjunto Ceará, são importantes para o meu objeto de estudo porque colaboram para iluminar uma das suas faces mais opacas, aquela relativa à existência, ou não, de uma política pública de economia criativa no polo de lazer. Esta “opacidade” se deve ao fato de que as ações governamentais que se dão no local, não apresentam características de políticas públicas de economia criativa, deliberadas e conscientes por parte dos agentes públicos.

No transcorrer deste estudo, não encontrei uma ação sequer, que eu pudesse reconhecer como consciente, deliberada, planejada e acompanhada na sua execução e resultados, pelo poder público, em relação a economia criativa no polo de lazer do Conjunto Ceará. E para mim, política pública seguia mais ou menos a definição dada por Peters (1986, apud. SOUZA, 2006, p. 24) segundo a qual, política pública é “a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos (SOUZA, 2006. p.24). Dizendo de outro modo, eu tentava reconhecer uma política pública pela presença do protagonismo do governo.

Isto me levou, inclusive, a questionar se, de fato, existiria uma política pública de economia criativa no polo de lazer do Conjunto Ceará. Sobre isso, Souza (2006) nos diz que, não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Então, a confluência de ações governamentais e comunitárias, facilitada pela ação do TC e das demais organizações que atuam via Polo Criativo, no polo de lazer do

Conjunto Ceará, com o objetivo de promover o desenvolvimento local, e que têm a economia criativa como referência, eventualmente, poderão ser consideradas, em seu conjunto, uma política pública de economia criativa. Esta questão marca a minha pesquisa de forma especial, devido à possibilidade de estarmos diante de uma situação singular, em que o protagonismo de uma política pública possa se encontrar, não no poder público, mas, na sociedade civil.

### 5.3. O campo

Em se tratando de protagonismo, é perceptível a existência de “zonas cinzentas” entre a atuação do Polo Criativo e do poder público no polo de lazer do Conjunto Ceará. Acompanhei e analisei ocorrências que demonstram o que pode decorrer desta possível situação, singular, em curso no local. Registrei algumas reações do Estado quanto agente que se vê com o “monopólio” da intervenção no espaço público, e que, de certa forma, rivaliza, e até reprime e pune, protagonismos que lhe pareçam atentar contra essa exclusividade. Reações deste tipo podem dificultar que as comunidades, que muitas vezes, sofrem com o abandono por parte do Estado, possam atuar na sua autoconstrução (HOLSTON 2013), e na definição do seu próprio destino. Em se tratando do meu objeto de estudo, procurei captar algumas dessas reações do Estado, em relação a ações do TC quanto protagonista do Polo Criativo. Como também busquei registrar as iniciativas e reações dos agentes locais, em relação ao Estado, quando este de alguma forma, age pautado por esse “monopólio”. O resultado foi o registro de alguns incidentes que terminaram por contrapor Estado e comunidade, devido a intervenções unilaterais de um destes entes. Um dos casos tem a ver com a decisão do Estado de definir unilateralmente o que pode, ou não, ser comercializado nos quiosques e pontos de venda do polo de lazer do Conjunto Ceará. Ao resolver que bebidas alcoólicas não devem ser vendidas no local, o Estado toma uma atitude unilateral que vai de encontro à tradição da comunidade que trata o espaço como uma “zona boêmia” muito utilizada para o *happy hour* dos moradores e visitantes. Apesar do impasse, os empreendedores do polo de lazer definiram, também de forma unilateral, um conjunto de atividades festivas e comerciais que envolvem a comercialização de bebidas alcoólicas. E o Estado, por sua vez, não autorizou, fiscalizou e puniu os empreendedores.

A importância desta discussão para a minha pesquisa, reside no fato de que, a definição do que se pode, ou não, comercializar no polo de lazer, tem consequências

diretas para o Polo Criativo, já que, a economia criativa local depende desta definição. Sem saber quais produtos poderão ser comercializados, como se poderá definir coerentemente as políticas e ações relacionadas com a produção e comercialização no Polo Criativo? Lembrando que o Polo Criativo é uma instituição social e econômica, e que em seu interior, circulam bens simbólicos, mas também, outras mercadorias e produtos. E também, porque mais uma vez, fica claro que, em se tratando do polo de lazer, as ações governamentais tendem a fracassar, ou provocar conflitos, se não acontecerem de forma planejada e articulada com a comunidade. Ou ainda, que no polo de lazer, parece que funcionam melhor, ações que apresentem características<sup>40</sup> de políticas públicas.

Além do *Plano da Secretaria da Economia Criativa: Políticas, diretrizes e ações 2011 a 2014*. Outro documento que foi fundamental para a minha pesquisa foi o *Polos Criativos – Um estudo sobre os pequenos territórios criativos brasileiros*. Realizado pela socióloga Lima (2012), este estudo busca identificar experiências de desenvolvimento local que tenham a economia criativa como base. Aqui, pude tecer comparações entre as experiências relatadas e o que está acontecendo no meu campo empírico. Foi uma oportunidade para comparar - apesar das diferenças e particularidades que separam os casos relatados e a experiência do Conjunto Ceará - teoria e prática, num momento em que este pesquisador experimentava o auge da sua imersão no campo. Constatei que o *Polos Criativos – Um estudo sobre os pequenos territórios criativos brasileiros* exerce, no mínimo, certa inspiração sobre a base metodológica da tecnologia “Pró-Polos Criativos” do TC. O estudo de Lima (2012) foi realizado principalmente a partir de pesquisa em material de referência bibliográfica e análise de casos em cinco estados. Trazendo um resgate do histórico do conceito de economia criativa, no mundo, e no Brasil, desde o reconhecimento da cultura como produto de consumo, examinando a noção de indústria cultural e chegando no conceito atual de economia criativa empregado pela ONU e pelo MINC. Uma das questões mais relevantes dessa obra para a minha pesquisa é que, nesse estudo, a pesquisadora articula a economia criativa com o desenvolvimento local, oferecendo muitas chaves de leitura para mim no desenvolvimento do meu próprio estudo. Já que eu pesquiso o Território Criativo e uma política pública no polo de lazer do Conjunto Ceará, numa perspectiva

---

<sup>40</sup> Identifico essas características como de políticas públicas com base na tipologia que, segundo Souza (2006) vê a política pública como um ciclo deliberativo, formado por vários estágios e constituindo um processo dinâmico e de aprendizado (SOUZA, 2006. p. 10).



de desenvolvimento local. O documento prevê um mecanismo político concreto para a intervenção do Estado com políticas públicas para o setor: o “polo criativo”. E desta forma, reforça ainda mais o meu já aguçado interesse em explorar as relações entre o Polo Criativo do Conjunto Ceará e as políticas públicas.

Considero o polo de lazer do Conjunto Ceará um espaço complexo, multifacetado e ambíguo, e que isto faz dele um campo bastante atraente para estudos sociológicos. E para mim, esta atração chegou aguçando ainda mais a minha curiosidade sociológica. Encontrei o polo de lazer imerso em controversas situações e debates. Com o avançar da pesquisa, fui entendendo que este espaço abrigava questões históricas, sociais, culturais e políticas, que tinham a ver com o conhecimento, reconhecimento e construção de múltiplas identidades. E que estas questões terminariam por interagir e impactar de alguma forma o meu trabalho. Mas o fato é que me interessei em saber mais sobre as identidades do polo de lazer do Conjunto Ceará. E acredito que a leitura e releitura cuidadosa do conjunto de dados colhidos e da construção textual desta monografia, funcionem como a ferramenta derradeira de captação das identidades do polo de lazer, no âmago desta pesquisa.

Em se tratando de identidades, o sociólogo de origem jamaicana, Hall (2006), diz que o conceito de “identidade” é demasiadamente complexo, além de pouco desenvolvido e também pouco compreendido na ciência social contemporânea. E, cita o crítico cultural Mercer (1990), para afirmar que a identidade se torna uma questão apenas quando se encontra em crise, quando algo que é suposto como fixo, estável e coerente é posto em dúvida e deslocado para a incerteza. Este autor, desempenhou um papel importante para a minha melhor compreensão da situação de incerteza que paira sobre o polo de lazer do Conjunto Ceará, que passa, de uns anos para cá, a ter a sua identidade posta em dúvida por setores da comunidade e até mesmo pelos seus frequentadores mais assíduos.

A questão é que, ao ser instituído no início da década de 1990, e entregue à população junto com uma ação de urbanização que gerou o mais bonito e agradável espaço de socialização do bairro. Naquele momento, o polo de lazer foi visto como “lugar de famílias”, “cartão postal” da comunidade, e arena para os principais eventos sociais, culturais e políticos da região. Passado o tempo, a bonita estrutura se deteriorou, a grama morreu, o concreto se desgastou, a estética inicial foi se decompondo e não foi reposta. Outras questões como o aumento da violência urbana, o descaso do poder público e até a aparente negligência dos próprios usuários, foram destituindo o espaço

do seu status inicial. Atualmente, o polo de lazer do Conjunto Ceará não goza mais de aprovação hegemônica na comunidade. Alguns o veem como o oposto de tudo aquilo que ele já foi, e chegam mesmo a desejar a sua desativação. Enquanto outros, desejam devolver a ele a antiga posição. E há ainda os que lutam para lhe dar novos significados e funções. Procuo conhecer algumas das razões e consequências destas mudanças; e como se dão as disputas em torno das novas identidades que os diversos grupos e pensamentos articulam para este espaço. Em especial, analiso as práticas do coletivo Território Criativo que se movimenta neste lugar.

Para tratar das questões envolvendo identidades, me inspiro no que Hall (2006) caracteriza como “identidade do sujeito pós-moderno”. Ou seja, articulo identidade com “identidades culturais” de tipo provisórias, variáveis e problemáticas. Mas, esta noção não veio da teoria de Hall (2006) de forma arbitrária para se enxertar no meu campo empírico. O percurso foi o contrário. Me deparei com um campo contraditório, multifacetado, diverso em símbolos, significados e representações, onde grupos distintos se enfrentam em torno da atribuição de significados e referências que apesar de, em muitos casos, se confrontarem, não se anulam ou se superam por completo. Seja no tocante às construções culturais, ou mesmo em relação à paisagem e ao espaço social do lugar.

Carros, muitos carros de várias marcas e modelos. Uns não têm mais as rodas, a outros falta os retrovisores, alguns com os vidros quebrados e vários semi-encobertos pelo mato. Moradores de rua dormem dentro destes veículos amontoados em plena praça pública. A visão lembra algum cenário de um filme pós-apocalíptico, mas é o polo de lazer do Conjunto Ceará. Este cemitério de carros, criado e alimentado pelo décimo segundo distrito policial, localiza-se no centro de um triângulo formado pelo espaço cultural Maculelê, espaço cultural Prodecom e a sede do Território Criativo que é também um espaço cultural. O polo de lazer do Conjunto Ceará se mostra sempre assim, híbrido entre a criatividade e a degradação do alto da sua estética ainda indefinida, ou, multidefinida por símbolos antagônicos, dispares e ou conflitantes entre si. E me veio à memória que, na nossa adolescência, meus amigos e eu, adoraríamos ter este cenário com carros abandonados e espaço público mal-cuidado e com jeito de caos urbano, para ambientar as nossas primeiras produções de *Hip Hop*. E isto me levou a refletir sobre a estética multifacetada do polo de lazer e até enxergar nela um valor artístico não percebido até então. (Anotações do meu diário de campo, 07 de janeiro, 2016).

Encontrei no pensamento de Hall (2006), uma base para analisar o que emergia do campo na forma de um “empurra-empurra” de identidades contraditórias: O polo de lazer, onde as famílias trazem as crianças para brincar nas “motinhas” no final da tarde, é o mesmo em que traficantes comercializam pedras de *crack*, maconha e cocaína. O polo de lazer da tradicional festa junina, também é o espaço histórico do *punk* e do *Hip*

*Hop*. O polo de lazer dos carros abandonados, do mato que toma as praças, e do lixo por recolher, é o mesmo polo de lazer dos bonitos painéis de grafite, da saborosa e aromática comida de rua e dos espetáculos culturais de poesia, teatro, dança e música. O polo de lazer das mortes violentas por “acertos de conta” do crime organizado, é o mesmo que acolhe o conjunto das diversidades que lhe empresta o caráter democrático e cosmopolita. O mesmo espaço que desperta medo e desconfiança, também inspira o associativismo, a colaboração e a solidariedade, tão presentes nas lutas e manifestações culturais, políticas e sociais que acontecem ali.

O pensamento de Hall (2006) ajudou a evitar que eu adotasse o caminho arriscado que poderia conduzir a minha pesquisa a uma tendência a reduzir o polo de lazer do Conjunto Ceará a uma identidade única. Ele, me auxiliou a enxergar a multiplicidade de sistemas de significação presente e ou possivelmente aplicável ao contexto do polo de lazer do Conjunto Ceará, e no meu estudo.

Em meio às lutas simbólicas em torno das múltiplas identidades do polo de lazer, me deparei com uma “mancha” (PAIVA, 2014) a desafiar a unilateralidade do poder público. Esta sensação emergiu dos relatos dos moradores do bairro e dos agentes envolvidos nas recentes disputas com a Secretaria Executiva Regional V (SER V) da Prefeitura de Fortaleza, que se mostraram indignados diante da declaração do secretário deste órgão de que o ideal seria, passar um trator sobre tudo o que havia no polo de lazer, e começar tudo novamente. Essa questão encontrou ressonância na produção acadêmica: *As contingências da violência em um território estigmatizado* de Paiva (2014). Este cientista estudou o bairro Bom Jardim, vizinho do Conjunto Ceará e identificou que o Poder Público, muitas vezes, enxerga certas comunidades como uma “mancha” a ser retirada da cidade. Este primeiro momento, em que me vi diante de uma classificação negativa do polo de lazer por parte de um agente do poder público, foi proporcionado por relatos de membros do TC recém-chegados de uma audiência com o secretário da Secretaria Executiva Regional V (SER V).

Se a classificação negativa do polo de lazer veio de um agente público, o contraponto eu encontrei nas manifestações de agentes locais. E estas manifestações me despertaram para a necessidade de dedicar mais atenção para as disputas de ordem simbólicas que se dão em torno das identidades do espaço. Pois, de dentro e de fora do bairro, de fora e de dentro do polo de lazer, partem as investidas favoráveis e contrárias ao estigma, promovendo ou rechaçando este, ou aquele, estereótipo. Compreender o polo de lazer, mais profundamente, me demandou entender melhor o próprio Conjunto

Ceará. O que significou aumentar as conversas com antigos moradores, buscar outros trabalhos que tratem deste bairro, consultar o *blog* mantido por uma das personalidades mais antigas e atuantes na sua cena cultural e comunitária; e ler literatura de cordel<sup>41</sup> sobre parte da sua história. Um trabalho que me ofereceu várias informações relevantes foi a monografia de Maria Diógenes Vieira, *A História do Conjunto Ceará, suas lutas e conquistas*, apresentada em 1996 na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Essa pesquisa traz a contextualização social e política da construção do Conjunto Ceará pelo governo militar, e trata de aspectos sociais da sua ocupação. Além de registrar algumas das suas primeiras lutas comunitárias. E estes foram dados importantes, principalmente, porque um dos objetivos específicos do meu trabalho denota conhecer as conexões entre a atuação do Território Criativo e o passado histórico da comunidade.

Na busca por aumentar o meu conhecimento em relação ao campo da pesquisa, demoradas conversas com antigas referências comunitárias me renderam muitas informações. Os comunitários gostam de falar da História do bairro, principalmente dos episódios que envolvem o seu protagonismo. Nas suas falas, eles se inserem como parte determinante da construção física e social do Conjunto Ceará. Estas características, presentes nas falas dos meus interlocutores, me levaram a dialogar com Holston (2013) e com a sua “cidadania insurgente”. Na referida obra, o pensador norte-americano que estudou a cidadania brasileira a partir da periferia de São Paulo, fala de um tipo de cidadania que nasce, entre outras coisas, da ação prática dos agentes sociais, que agem na construção física das suas comunidades, a começar pela sua própria moradia. E que a partir desta condição de construtores, os comunitários vão se tornando também consumidores, e apurando o nível das suas reivindicações sociais.

Neste momento da pesquisa senti a necessidade de estudar mais profundamente esta questão das identidades do polo de lazer do Conjunto Ceará, pois elas se apresentam para mim de forma tão diversificada quanto as opiniões divergentes, complementares e ou contraditórias dos diferentes setores da comunidade que se expressam sobre esse espaço. E foi também para melhor me situar em relação a essas diferentes posições, que realizei a análise de seis páginas/grupos no Facebook, acompanhando uma gama de comentários e postagens que tratam do polo de lazer. E foi a partir desta análise que constatei que os discursos se dividem em duas principais

---

<sup>41</sup> Ver O CONJUNTO CEARÁ NO ANO DE NOVENTA E DOIS – Cordel do poeta Horácio Custódio de Sousa. Fortaleza-CE: Fundo Rotativo de Edições Populares. Coleção: Memórias de Nossas Lutas, 1992.

vertentes: De um lado, o conjunto de visões que se orientam pelo estereótipo do polo de lazer como um espaço violento, perigoso e degradado. E do outro lado, os discursos que evidenciam as características positivas, sociais, culturais e criativas do espaço. O TC, nitidamente, cumpre papel de protagonista junto à segunda vertente aqui exposta.

Por fim, sobre a relação entre o meu campo e o objeto da minha pesquisa, devo dizer que, a convergência entre eles se mostrou precisa. Confirmando o entendimento de Beaud e Weber (2007) de que não existe um bom objeto de pesquisa sem um bom campo. E vice-versa. Um faz o outro. E penso que em relação a esta pesquisa, ocorreu exatamente assim.

#### **5.4. O TC**

Este trabalho estuda uma política pública, mas também discute o coletivo Território Criativo. E a pesquisa aponta que o TC é uma organização da sociedade civil que se vê como uma tecnologia social, ao mesmo tempo em que criou o que ele considera uma outra tecnologia social, para atuar no polo de lazer do Conjunto Ceará, visando auxiliar o seu desenvolvimento. Como referência e fundamento da agência do TC, e conseqüentemente, do Pró-Polos Criativos - que é a referida tecnologia social criada para intervir no polo de lazer - encontramos a economia criativa. São todos elementos interligados, e alguns até bem parecidos em termos de nomenclatura. Devido a isto, penso que se fazem pertinentes algumas explicações a mais, para aumentar o entendimento em relação ao presente trabalho.

A presente pesquisa trata do Território Criativo e uma política pública de economia criativa no polo de lazer do Conjunto Ceará. O TC é um coletivo que reúne entidades e pessoas para atuar com economia criativa. E criou a tecnologia social Pró-Polos Criativos que é um conjunto de metodologias, técnicas e ferramentas usadas para dar vida e forma ao Polo Criativo. Este por sua vez, é uma reunião de empreendimentos criativos geograficamente próximos e circunscritos a um território de pequena dimensão (LIMA, 20013. p. 6), no caso do Conjunto Ceará, aos limites do polo de lazer.

Procurei estudar tanto as estratégias de ação deste coletivo, como a sua metodologia de intervenção na comunidade. E também as motivações dos seus integrantes. Constatei que o TC se orienta por uma noção própria de território, diferente, por exemplo, da noção defendida pelo geógrafo Santos (2001). E que a principal diferença entre as duas noções, é que na perspectiva do TC, ao contrário do que pensa o

geografo, o território não aparece limitado a fronteiras físicas. De fato, um dos primeiros conceitos pelo quais me interessei nesta pesquisa, foi o de “território”. Primeiro, por ele se encontrar nominando o coletivo que estudo, e também dialogar com a noção de “polo”, presente tanto no polo de lazer do Conjunto Ceará, como no próprio Polo Criativo. A noção que o TC adota para território, como vimos acima, difere do uso mais consensuado do termo. Os membros do coletivo falam de um território que entendi como “desterritorializado”<sup>42</sup>. No entanto, percebi que a própria definição do que é o Território Criativo, nos aspectos, conceitual e prático, ainda está sendo concebida pelos seus membros e, que de certa forma, é objeto de disputas.

A pesquisa também revelou o *modus operandi* do TC na comunidade. Mostrando que o coletivo segue um método de ação que pode ser resumido como, criação e alimentação de um arquivo com dados e informações que servem de suporte para todas as suas atividades; diagnóstico das potencialidades e demandas da comunidade; consulta e utilização do arquivo para elencar possíveis ferramentas que, somadas às potencialidades locais, serão utilizadas para atender as demandas da comunidade; construção das soluções a partir das ferramentas disponíveis no arquivo e na comunidade (esta fase do método o TC chama de bricolagem); e, finalmente, aplicação das soluções criadas diretamente nas comunidades atendidas.

### **5.5. Objetivos específicos**

Quanto ao estudo das intenções dos membros do TC, questão relacionada com um dos objetivos específicos, o estudo identificou um alto nível de altruísmo manifestado nos seus discursos. Ao mesmo tempo que, sob a luz do pensamento de Bourdieu (2011), suscitou dúvidas em relação aos seus atos “desinteressados”. Em se tratando das conexões entre a atuação do Território Criativo e o passado histórico do Conjunto Ceará – o que inclusive, compõe outro objetivo específico da pesquisa – o estudo identificou a existência de raízes históricas fincadas em um passado de lutas comunitárias e sociais de uma população que se entende como construtora da sua própria comunidade. E revelou que boa parte desta conexão tem relação com o papel do

---

<sup>42</sup> No sentido de não se encontrar limitado ao espaço físico, ao chão, ao conjunto localmente delimitado de natureza e cultura defendido por Milton Santos e mais usualmente acatado como características de um território.

polo de lazer como centro político, cultural, econômico e social; e com a sua tradição de lugar de resistência. Tradição esta, assumida e continuada pelo Território Criativo.

Quando analisei o papel de “construtores” que moradores do Conjunto Ceará desempenharam ao longo da sua história, o estudo me levou a perceber duas linhas principais de ação adotadas na “construção” da comunidade. A primeira, tem a ver com a construção física e estrutural do Bairro. E a segunda, está relacionada com a construção das identidades do local. Nesta segunda frente, o movimento cultural, presente na comunidade desde a sua gênese, é o grande protagonista. Talvez seja a partir desta história cultural, que se desenvolveu sempre com uma forte vertente militante e engajada, que surja a referência do polo de lazer como lugar de resistência, insubordinação e autonomia comunitária. Essa ideia se projeta a partir das falas dos remanescentes dos movimentos culturais do início do Conjunto Ceará, e oferece a conexão mais evidente, entre o passado de “construtores” e o presente de insurgência dos atores e atrizes sociais que agem no polo de lazer. Marcando um vínculo decisivo entre a atuação do Território Criativo e o passado histórico do Conjunto Ceará. Como oferece também, pistas para se buscar outras causas para o estigma do espaço como “mancha” na estrutura da cidade.

## **5.6. A hipótese e a distinção**

A comunidade do polo de lazer do Conjunto Ceará precisa do reconhecimento público como Polo Criativo para consolidar a sua identidade e impulsionar o seu desenvolvimento? A hipótese na qual se baseou este estudo, afirma que sim. Para testá-la, foi preciso, primeiramente, entender a fundo o que é o Polo Criativo do Conjunto Ceará. E o estudo me mostrou que ele é mais do que um “lugar de desenvolvimento” (LIMA, 2013). E que no Conjunto Ceará, o Polo Criativo funciona como uma espécie de “*hub* social” conectando entre si, ações governamentais, e estas, com as ações comunitárias, que também são conectadas umas com as outras através do Polo Criativo. E mais, com o aprofundamento da pesquisa, entendi que o Polo Criativo é também “um título”, uma “distinção” que o Território Criativo busca para o polo de lazer do Conjunto Ceará, por entender que este reconhecimento público pode ajudar a reverter o estigma de lugar perigoso e violento, e contribuir para impulsionar o desenvolvimento local. E que, buscando esta distinção, o TC promove ações que visam atrair para o polo de lazer, pessoas possuidoras de capital cultural; se esforça para criar e aumentar

estoques de capital social e ampliar a disponibilidade de capital simbólico a serviço do desenvolvimento do polo de lazer e também do Conjunto Ceará. Examinando os atos do TC à luz da existência desta busca por distinção, fica mais fácil entender o seu envolvimento com as diversas disputas que se dão em torno da estigmatização do polo de lazer e dos agentes que nele atuam. É que o TC precisa vencer o estigma que ameaça o lugar e, favorecer a sua compreensão como Polo Criativo. Parece que a conquista desta distinção é atualmente o objetivo principal do Território Criativo em relação ao polo de lazer do Conjunto Ceará.

Afinal, este espaço é também, objeto daquele tipo especial de relação - identificado por Goffman (2012) - entre atributo e estereótipo. E o atributo, aqui, sendo usado, exatamente, “em referência a um atributo profundamente depreciativo (GOFFMAN, 2012, P. 13)”. Um estigma, segundo relatado por integrantes do TC, desencadeado pela insubordinação e a resistência a um tipo de ordenamento urbano proposto pelo poder público e rejeitado pelos agentes locais. Esta reação da comunidade parece ter sido suficiente para serem consideradas características diferentes das previstas pelo poder público, para a comunidade. E ainda, na perspectiva de Goffman (2012), este afastamento negativo das expectativas, conduzindo o polo de Lazer do Conjunto Ceará - ao menos sob a ótica do poder público - para longe da “normalidade”.

Também realizei a análise do fenômeno do rolezinho que acontece às sextas-feiras na praça da juventude no polo de lazer, como mais um recurso metodológico para estudar os tipos de classificação que se dão entre os grupos frequentadores e ocupantes do lugar; e o papel que estas classificações desempenham na construção e ou desconstrução das identidades locais. Foi desta forma que percebi a presença do “medo social” – tal qual apresenta Moraes (2015) ao estudar o bairro Benfica em Fortaleza-CE – como um elemento causador de segregação entre os frequentadores e usuários do polo de lazer do Conjunto Ceará. Assim, captei a presença do medo social associado à “estigmatização grupal” compreendida no âmbito de uma relação estabelecidos-*outsiders* (ELIAS; SCOTSON, 2000).

Também, o conhecimento de aspectos históricos da relação envolvendo os moradores do Conjunto Ceará e os seus vizinhos das adjacências - adquirido através de conversas informais com estudantes que frequentam o polo de lazer, e com referências comunitárias antigas - foi fundamental para a apreensão destas singularidades presentes na segregação e nas relações que envolvem distinção em torno das identidades do lugar.



A partir do conhecimento desta realidade, ficou mais nítido para mim a gravidade e o alcance das lutas simbólicas em torno das identidades do polo de lazer. Isto me instigou a prestar mais atenção ao papel do Polo Criativo em relação a estas disputas. Afinal, a minha pesquisa aponta que o polo de lazer é objeto de, pelo menos, dois tipos de estigma. Um, direcionado ao espaço como um todo, que é visto como violento e perigoso. E outro que se revela na forma da “estigmatização grupal” (ELIAS; SCOTSON, 2000) e é manifestado nas relações que se dão entre os “estabelecidos” e os *outsiders* do polo de lazer do Conjunto Ceará.

### **5.7. Aspectos Socioeconômicos**

Destaco como um aspecto importante deste trabalho, o fato de que, nele, o social divide as atenções com elementos econômicos presentes no evento pesquisado. O caráter de fenômeno socioeconômico de um evento, segundo Weber (2003), não lhe é objetivamente inerente. E depende do nosso interesse de conhecimento. Acredito, com base na formulação de Weber (2003), que eventos como o Polo Criativo do Conjunto Ceará, inscrevem-se naqueles fenômenos que, no sentido mais amplo, podemos designar como socioeconômicos.

[...] Por sua vez, o caráter de fenômeno “sócio-econômico” de um evento não é algo que lhe seja “objetivamente” inerente. Pelo contrário, ele está condicionado pela orientação do nosso interesse de conhecimento, e essa orientação define-se conforme o significado cultural que atribuímos ao evento em questão em cada caso particular (WEBER 2003. p. 79).

Neste caso, a orientação do meu interesse de conhecimento é motivada pelo fato de que o TC escolheu como ferramenta principal da sua intervenção, a economia criativa. E desenvolveu e utiliza no polo de lazer do Conjunto Ceará, um instrumento baseado neste “nicho econômico” para executar as suas ações. Deve-se a isto o meu esforço de tentar contribuir para que a economia criativa e o Polo Criativo sejam aqui percebidos e entendidos tanto nos seus aspectos econômicos, quanto nas suas características, nuances e consequências sociais. Ou seja, também no seu caráter socioeconômico (WEBER 2003). E o caráter econômico tanto do Polo Criativo como da economia criativa, podem trazer oportunidades, mas também preocupações sociais que não devem deixar de caminhar junto com uma experiência deste tipo, que é uma

proposta de desenvolvimento cultural, social e sobretudo econômico. “O desenvolvimento econômico, necessariamente, pressupõe o gerenciamento de populações [...] em especial de populações marginais (YÚDICE, 2013, p.39)”. E estas, segundo Castells (2000), é que “realçam a vida” e nutrem a inovação dos criadores. Tal alerta não pode passar despercebido, principalmente, porque estamos tratando de um lugar da periferia, um lugar marginal.

## **5.8. Fechamento**

Este meu esforço de análise, explicação e interpretação do objeto da pesquisa foi conduzido por meio da abordagem mais cuidadosa do que eu considero como sendo os principais elementos constituintes dele. Acredito que em especial, a economia criativa, o Território Criativo, o Polo Criativo, o polo de lazer do Conjunto Ceará, e a política pública, além das disputas que envolvem distinção, sejam peças chave para a compreensão do objeto, e que, a partir do entendimento da importância e do papel que estes elementos cumprem no meu trabalho, se torne mais fácil o entendimento do que eu efetivamente estudo quando pesquiso o Território Criativo e uma política pública de economia criativa no polo de lazer do Conjunto Ceará. Ou seja, uma experiência comunitária em que um agente protagonista (o Território Criativo) articula e anima uma estratégia de desenvolvimento local baseada na economia criativa (o Polo Criativo) por meio de uma tecnologia social (o Pró-Polos Criativos) que envolve e mobiliza nesta estratégia os agentes locais (pessoas, grupos, instituições, políticas públicas, ações comunitárias e de governo, empreendimentos e empreendedores) que são coordenados para gerar ações sinérgicas com o objetivo de superar estigmas e alcançar distinção e desenvolvimento para o polo de lazer do Conjunto Ceará.

## 6. CONCLUSÃO

Para além das dificuldades econômicas característica destes tempos tão difíceis em que o Estado se retira, cada vez mais, das suas responsabilidades para com os serviços sociais (YÚDICE, 2013), e principalmente das regiões periféricas. A falsa ideia da “desorganização” do gueto (ou da periferia) devido às suas carências, faltas e ausências (WACQUANT 2002), ainda se encontra amplamente difundida em termos de senso comum, e nas concepções de gestores e autoridades públicas que se imaginam como provedores de ordem e de soluções de fora para dentro. Nos últimos dois anos me dediquei ao estudo de uma experiência comunitária que parece desafiar esta lógica. Trata-se do Polo Criativo do Conjunto Ceará.

A pesquisa, iniciada ainda no primeiro semestre de 2014, partiu da hipótese de que a comunidade do polo de lazer do Conjunto Ceará precisa do reconhecimento público como Polo Criativo para consolidar a sua identidade e impulsionar o seu desenvolvimento. Esta hipótese foi testada a partir do estudo do objeto: Território Criativo: Um Estudo Sobre Uma Política Pública de Economia Criativa no Polo de Lazer do Conjunto Ceará em Fortaleza – Ce. Este trabalho resultou na identificação de um alto grau de altruísmo nas intenções dos membros do TC em relação ao Conjunto Ceará, no entendimento de que a amplitude de possibilidades que a economia criativa oferece para militância é determinante para a sua escolha como ferramenta de intervenção na comunidade pelos membros do TC, e na compreensão de que as principais conexões entre o passado da comunidade e atuação do TC no presente, estão relacionadas com o papel de “construtores” que os moradores do Conjunto Ceará desempenharam ao longo da sua história, e com a tradição militante do movimento cultural deste bairro. O estudo concluiu também que as expectativas de futuro que o Território Criativo alimenta em relação a comunidade, têm a ver com a superação dos estigmas e a conquista da distinção como Polo Criativo, que é a sua principal estratégia para o local. Em relação a política pública de economia criativa, o estudo levou em conta o papel que o Polo Criativo cumpre no tocante às ações governamentais e comunitárias, servindo de ponto de confluência entre elas e agindo como uma espécie de “*hub* social” que conecta essas ações, fazendo com que interajam entre si, ganhando coerência em relação a uma estratégia de desenvolvimento que é traçada no âmbito do próprio Polo Criativo.

O estudo concluiu que para compreender a política pública de economia criativa em curso no polo de lazer do Conjunto Ceará, se faz necessário entender política pública como o campo do conhecimento que busca ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar esta ação, propondo, quando necessário, ajustes nos seus rumos; superar o entendimento que reconhece a política pública apenas a partir do protagonismo do governo, e entender que as ações do Polo Criativo e dos seus agentes, podem ser consideradas, em seu conjunto, como uma política pública singular, onde a sociedade civil, ao invés do Estado, é o seu maior protagonista.

E por fim, a pesquisa concluiu que o Polo Criativo funciona como um elemento de distinção, em torno do qual, se articulam a superação dos estigmas e segregações, e se projetam as possibilidades e oportunidades de desenvolvimento do polo de lazer do Conjunto Ceará. O TC, através do Polo Criativo, reconecta – como abordamos na segunda e na terceira parte deste trabalho – o Conjunto Ceará com o seu passado de lutas e com as suas múltiplas identidades. Além do mais, a pesquisa identificou que o fomento à ampliação dos estoques de capital simbólico, especialmente de capital social e capital cultural, promovido pelo Polo Criativo, representa um recurso estratégico fundamental para o aumento da autoestima da comunidade, superação dos estigmas que dificultam o seu desenvolvimento, e para o seu reposicionamento econômico e social em relação à cidade e a si própria.

Estratégias de desenvolvimento local à base de economia criativa, apesar de ainda representar uma novidade no Brasil, pululam por nações como Espanha, Reino Unido e Austrália, e por cidades como Londres e Madrid, na forma de cidades criativas, distritos criativos e/ou bairros criativos. Com a implantação do Polo Criativo no polo de lazer do Conjunto Ceará, o TC contribui, não só para a superação dos estigmas e segregações que rondam essa comunidade, mas também, para inscrever Fortaleza e o Conjunto Ceará – que não dispõe de recursos econômicos tradicionais (indústrias, *commodities*<sup>43</sup> ou vocação turística natural) que possam alavancar o seu desenvolvimento - no *hall* dos lugares que buscam na criatividade e na cultura, as soluções para os seus problemas e para as suas demandas por desenvolvimento

---

<sup>43</sup> Por definição, commodity é todo recurso que se encontra em estado bruto ou de baixo valor agregado. Muitos destes produtos ainda estão em sua forma *in natura*, ou seja, não sofreram grandes modificações que alterassem sua forma original. Por exemplo, o café bruto colhido nos campos é considerado uma commodity, enquanto que o café torrado e moído que é vendido nos mercados é um produto industrializado, uma vez que passou por modificações que alteraram seu estado bruto original. Disponível em <http://economiasemsegredos.com/commodities-petroleo-cafe-e-madeira/>, acessado em 17 de julho de 2016.

sustentável. E é por tudo isso que este estudo chega à conclusão que o polo de lazer do Conjunto Ceará precisa do reconhecimento público como Polo Criativo para consolidar as suas identidades, e impulsionar o seu desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Maia. **Cultura popular, patrimônio e mercado: O consumo das performances folclórico-artísticas**. In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, II. Salvador, 2006.
- . **A ECONOMIA CRIATIVA DO (NO) BRASIL**. Revista Latitude. [on-line]. Latitude, vol. 6, nº 2, pp.119-173, 2012. Alagoas. Disponível na Internet: <http://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/876/572>
- BAUMAM, Zygmunt. **Congresso Europeu da Cultura**, 2011, Wroclaw.
- BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Tradução: Sérgio Joaquim de Almeida. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **What makes a social class? On the theoretical and practical existence of groups**. Berkeley Journal of Sociology, n.32, p.1-49, 1987.
- . **O Poder Simbólico (Tradução de Fernando Tomaz)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1998.
- . **El capital social: Apuntes provisionales**. Madrid, Zona Abierta, nº 94-95, páginas 83-87, 2001.
- . **“Gostos de classe e estilos de vida”**. In: ORTIZ, Renato (org.). A sociologia de Pierre Bourdieu. São Paulo: Olho D’água, 2003, p. 73-111.
- . **Questões de Sociologia. Lisboa, Fim de Século**. 2003.
- . **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva. 2007.
- . **Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação**. (Tradução Mariza Corrêa). Campinas, SP. Papyrus Editora. 2011.
- BLOG **“Conjunto Ceará”** – disponível em <http://conjceara.blogspot.com.br/> acessado em 12 de novembro de 2015.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano da Secretaria da Economia Criativa: Políticas, Diretrizes e Ações (2011-2014)**, Brasília: Ministério da Cultura, 2011.
- CASTELLS, Manuel. **O PODER DA IDENTIDADE - Volume II**. Tradução de Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- Conta-Satélite de Saúde Brasil - 2007-2009**. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/economia\\_saude/css\\_2007\\_2009/](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/economia_saude/css_2007_2009/). Acessado em 15 de agosto de 2015.
- DELEUZE, G e GUATTARI, F. **Mil Platôs**. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 1996. v.1.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. 17ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FISCHER, Rosa. **Foucault e a Análise do Discurso em Educação**. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf>, acessado em 07 de julho de 2016.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 11ª edição. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2006.

HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

FONT, José. **La cultura... ¿salvavidas de Europa?** Madrid: El País. 10 de setembro, 2011. Disponível em: [http://elpais.com/diario/2011/09/10/cultura/1315605601\\_850215.html](http://elpais.com/diario/2011/09/10/cultura/1315605601_850215.html). Acessado em 27 de janeiro de 2016.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem**. 11ª edição. São Paulo. Papyrus Editora. 2010.

LIMA, Selma. **Polos Criativos – Um estudo sobre os pequenos territórios brasileiros**. UNESCO/MINC. Brasília. 2011/2012.

———. **Polos Criativos – lugares de Desenvolvimento**. In Seminário Internacional – Políticas Culturais. V. 2013, Rio de Janeiro.

MAGNANI, José. (2002), "**De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17 (49): 11-29.

——— (Org.); SOUZA, Bruna (Org.). **Jovens na Metrópole: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade**. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2007.

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

MERCER, K. **Welcome to the jungle: identity and diversity in postmodern politics**. In: RUTHERFORD, J. (Ed.). *Identity: community, culture, difference*. London: Lawrence & Wishart, 1990. p. 43-71.

MILLS, Charles. **Sobre o artesanato Intelectual e Outros Ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

**Ministério da Cultura acaba com secretaria de economia criativa**. Disponível em: <http://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/ministerio-da-cultura-acaba-com-secretaria-de-economia-criativa-562106.html>. Acessado em 08 de setembro de 2015.

**MinC define agenda de economia da cultura**. Disponível em <http://migre.me/r153W>. Acessado em 02 de agosto de 2015.

MONTIEL, Edgar. **Em Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura**. Brasília: UNESCO, 2003.

MORAES, Ulisses. **PIERRE BOURDIRU: CAMPUS, HABITUS E CAPITAL SIMBÓLICO, um método de análise para as políticas públicas para a música popular e a produção musical em Curitiba**. In FÓRUM DE PESQUISA CIENTÍFICA EM ARTE. V. 2006/2007. Curitiba. Anais. P. 180 a 192.

MORAES, Suiany. **Medo, Violência e Insegurança: Tramas e Trajetos no Cotidiano do Bairro Benfica**. Fortaleza – CE: UFC, Monografia, 2015.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. 14ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

NEGRI, Antônio; HARDT, Michael. **Multidão: Guerra e democracia na era do império**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

NETTO, José; YOSHIDA, Miguel. **Cultura, arte e literatura – textos escolhidos – Karl Marx e Friederick Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PAIVA, Luiz. **Contingências da Violência em um Território Estigmatizado**. Campinas, SP. Pontes Editores. 2014.

PERON, Vivian. **Centralidade da Cultura e Sua Atual Conveniência: O lugar da cultura no discurso sobre a ação do comando brasileiro no Haiti**. In ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. V. 2009, Salvador. Disponível em <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19517.pdf>, acessado em 07 de julho de 2016.

PAULINO, George. **Economia Solidária como projeto Cultural e Político: a experiência do Banco Palmas**. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: EDUSP, 2012.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**. Organizado por Evaristo de Moraes Filho. São Paulo: Editora Ática, 1983.

———. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6ª Ed. Rio de Janeiro. Record, 2001.



SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>, acessado em 05 de julho de 2016.

TORRES, Roberto. **Governabilidade, governança e poder informal - Um problema central de sociologia política**. 2016. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/19581/14424> acessado em 04 de julho de 2016.

VIEIRA, Maria. *A História do Conjunto Ceará, suas lutas e conquistas*. Monografia. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza: 1996.

**Vídeo conferência – “O Futuro da Economia Criativa no Brasil”**. Disponível em <https://plus.google.com/events/cq127u4slck191830nfqo55to98>. Acessado em 11 de Setembro de 2015.

WACQUANT, Loic. **Corpo e Alma**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

WEBER, Max. **Sociologia**. 7ª Edição. São Paulo: Editora Ática, 2003.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura: Usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.